

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

VOLUME I

**PROJECTO FINANCIADO PELO ESCRITÓRIO DA MULHER NO
DESENVOLVIMENTO, BUREAU PARA PROGRAMAS GLOBAIS, PESQUISA DE
TERRENO E APOIO, AGÊNCIA NORTE AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL, SOB CONTRATO Nº FAO - 0100 - C - 00 - 6.005 - 00, COM
DEVELOPMENT ALTERNATIVE, INC.**

JULHO 1997

WIDTECH

**1625 Massachusetts Ave NW, Suit
550, Washington D.C 20036 USA
TELEF - 202-332-2853
FAX - 202-332-2857
Internet: Info Widtech - Org**

WIDTECH

**Um Projecto de Assistência
Técnica Mulher no Desenvolvimento**

**Projecto financiado pelo escritório
Mulher no desenvolvimento - Bureau
para Programas Globais, Pesquisa de
Terreno e Apoio, Agência Norte
Americana para o Desenvolvimento
Internacional, sob contrato nº FAO -
10100-C00. 6005-00.**

- 1. Esta publicação foi possível graças ao apoio fornecido pelo escritório da Mulher no desenvolvimento - Bureau para Programas Globais, Pesquisa de Terreno e Apoio, Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, sob contrato nº FAO-10100-C-00. 6005-00.**
- 2. As opiniões aqui expressas são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional.**
- 3. A presente versão em português foi traduzida por Branca Neto do Espírito Santo.**

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

ELABORADO POR:

**Marcia E. Greenberg
Della McMillan
Branca Neto do Espírito Santo
Júlia Ornelas**

Development Alternatives, INC

JULHO 1997

WIDTECH

**Um Projecto de Assistência
Técnica Mulher no Desenvolvimento**

**Projecto financiado pelo escritório
Mulher no desenvolvimento - Bureau
para Programas Globais, Pesquisa de
Terreno e Apoio, Agência Norte
Americana para o Desenvolvimento
Internacional, sob contrato nº FAO -
10100-C00. 6005-00.**

PREFÁCIO

O grupo WIDTECH constatou que, tal como suposto pela missão da USAID em Angola, as mulheres em Angola constituem um grupo activo e determinado, com capacidade para apoiar os objectivos fundamentais do Governo dos Estados Unidos da América em Angola, particularmente o reforço da paz e estabilidade. A teoria da USAID baseia-se em quatro pressupostos: (1) que a paz e estabilidade em Angola depende de um processo democrático real (2) que os programas da USAID em Angola, podem e deverão apoiar tal processo (3) que o sucesso dos programas da USAID depende da sua concepção e implementação e (4) que os programas apoiados pelos E.U.A. serão melhor concebidos e implementados se as mulheres angolanas participarem nas diferentes fases do mesmo.

A equipe WIDTECH acredita nesta teoria, e reconhece que se encontrou mais força, interesse e capacidade do que as expectativas. A pesquisa reforça a proposta da USAID relativa a estratégia da sua programação em Angola consubstanciada no princípio de que as mulheres desempenham um papel importante tanto para a programação da USAID como para a sociedade civil em geral.

Além do mais, existem inúmeras oportunidades para apoiar os esforços das mulheres angolanas para o estabelecimento de uma sociedade pacífica e pluralista. Constatou-se que em Angola existe uma comunidade rica e activa de organizações locais organizadas para e pelas mulheres (excepto a notória falta de organizações no Moxico e Kwanza Sul). Estas organizações já desenvolvem actividade, mas poderão ser mais activas se tiverem alguma assistência. Elas seriam fortes parceiras para a implementação dos programas da USAID.

Ainda existem constrangimentos que impedem a plena participação da mulher, entre os quais destacamos os seguintes: (1) atitudes dos angolanos sobre o papel da mulher na sociedade, (2) fluxo de informação sobre a mulher, e (3) esforços inadequados para o envolvimento da mulher na concepção e implementação dos programas de assistência técnica.

Há duas formas para o aumento do envolvimento da mulher nos programas da USAID: envolve-las mais nos programas já existentes para assegurar que tenham acesso a sua quota parte de oportunidades e assistência humanitária, e direccionar parte da assistência para questões sobre a mulher em particular. É verdade que alguma assistência da comunidade estrangeira, especialmente a Suécia e a Noruega, já têm apoiado a mulher há muitos anos. Não é por mera coincidência que os suecos apoiam a então Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, actual Ministério da Mulher e financiam o Centro de Conselho Jurídico da OMA para mulheres vítimas de violência. Importa aqui salientar que um número considerável de associações femininas foram fundadas em 1995.

Neste momento, é muito importante que a USAID estabeleça relações de trabalho privilegiadas com o Ministério da Mulher. Para qualquer intervenção que envolva formação em matéria de género ou praticas de recrutamento das ONGs americanas, o Ministério deve ser o parceiro principal (Anexo 10 fornece informações sobre o programa do Ministério).

Este relatório visa fornecer informação para uma variedade de leitores - incluindo a USAID em Washington, a Missão da USAID em Luanda, e outras instituições em Angola preocupadas com a participação da mulher na sociedade angolana. Assim foi introduzida uma secção relativa as condições sócio-económicas e históricas enfatizando desta forma as bases sobre as quais assentam a posição da mulher na sociedade angolana.

A equipa WIDTECH organizou-se em dois grupos de trabalho de acordo com os objectivos da USAID em Angola. O objectivo estratégico #1 sobre o Reassentamento-, reabilitação e auto-suficiência alimentar, e o objectivo estratégico #2 sobre a sociedade civil e instituições políticas, cuja abordagem se encontra em capítulos separados. O capítulo respeitante a #1 está organizado por tipo de actividade. Cada secção esta interrelacionada com as observações dos projectos e respectivas recomendações .

Por outro lado secção relativa ao objectivo estratégico #2 debruça-se sobre uma matéria que é nova para a assistência da USAID. Consequentemente, as observações centram-se mais sobre a sociedade que programáticas, e as recomendações sugerem um plano e estrutura gerais para a assistência na área de Democracia e Governação.

A secção do relatório dedicada aos Anexos, principia com a cópia das acções a serem implementadas, que o grupo propôs como recomendações a USAID aos 29 de Abril, aquando da partida das americanas, membros da equipa. A pedido da Missão, foram sumarizadas as acções em função das suas prioridades e das especificidades da sua implementação diária.

Do restante material anexado consta não só a análise e as recomendações do grupo, para o fornecimento de material de referência adicional. Primeiro, fornece-se uma lista de referências que foram consultadas durante a preparação do relatório (anexo2). Logo a seguir aparecem os anexos que incluem as listas de pessoas e organizações que contribuíram com informações para a pesquisa da WIDTECH (anexo 6), e outra informação suplementar. Os últimos três anexos são relativos à organizações femininas, projectos sobre a mulher e ao Ministério da Mulher.

A pesquisa e as ideias constantes deste relatório são o resultado de um grande número de inputs e colaboração. Referimos aqui que tanto o pessoal como a Direcção das organizações parceiras americanas que estão implementando as estratégias da USAID colaboraram bastante e responderam as perguntas bem assim como apresentaram sugestões bastante válidas sobre o género. Igualmente apreciamos as contribuições dos clientes e parceiros angolanos dos programas da USAID, bem assim como das instituições governamentais. Aproveita-se a oportunidade de dar a conhecer que o estudo preliminar elaborado pela Comissão para os Refugiados, Mulheres e Crianças, bem os encontros personalizados com integrantes da mesma contribuíram sobremaneira na preparação deste trabalho.

A equipe agradece todos da Embaixada dos E.U.A. em Angola e da USAID pelo seu apoio, paciência e contribuições. O grupo ficou impressionado com a vigilância e determinação do Embaixador Steinberg em identificar situações da falta de acesso das mulheres e advogar a sua integração. Em complemento, nenhum dos preparativos seriam possíveis sem a ajuda de Muneera Salem-Murdock e Muri Baker em Washington.

Finalmente, e mais importante, agradece-se a Nicholas Jenks. Não só teve a perspicácia de reconhecer a importância da integração da mulher nos programas da USAID em Angola, e aproveitar a capacidade do G/WID para contribuir na identificação dos constrangimentos e oportunidades para a participação da mulher, mas também esforçou-se em assegurar o máximo do grupo WIDTECH.

ÍNDICE

PÁGINA

VOLUME I

SUMÁRIO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DA WIDTECH EM ANGOLA

A EQUIPA WIDTECH
RELATIVAMENTE AO REASSENTAMENTO, REABILITAÇÃO E AUTO
SUFICIENCIA ALIMENTAR (SO OE #1)

RELATIVAMENTE AOS PROGRAMAS DE DEMOCRACIA E
GOVERNAÇÃO (SO OE #2)
TRABALHANDO COM A MISSÃO REPORTANDO

CAPITULO 2

CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-CULTURAL RELATIVAMENTE A MULHER ANGOLANA

INTRODUÇÃO
INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS NO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE
ANGOLANA
VARIAÇÕES NAS NECESSIDADES E PERSPECTIVAS NOVE TIPOS
ILUSTRATIVOS DA MULHER ANGOLANA
DADOS E ESTUDOS SOBRE A MULHER ANGOLANA

CAPITULO 3

A MULHER NOS PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO, REABILITAÇÃO E AGRICULTURA

A ASSISTÊNCIA ALIMENTAR DE EMERGÊNCIA
PROMOVENDO A SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O PERIGO DAS MINAS
A PESQUISA E A EXTENSÃO AGRÍCOLA
A REABILITAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA, SAÚDE E INFRA-
ESTRUTURAS EDUCACIONAIS (ATRAVÉS DO MÉTODO COMIDA
PELO TRABALHO)

ESPOSAS E PARENTES DO SEXO FEMININO DOS SOLDADOS
DEMOBILIZADOS E SOLDADOS MENORES

MULHERES PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
MULHERES AFECTADAS POR OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS (MÃES
DE CRIANÇAS TRAUMATIZADAS E REENCONTRO FAMILIAR)

CAPITULO 4
MULHERES E DEMOCRACIA, GOVERNAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

BARREIRAS QUE IMPEDEM AS MULHERES O USUFRUTO DOS
BENEFÍCIOS DA DEMOCRACIA
OPORTUNIDADES PARA AS MULHERS NA DEMOCRACIA ANGOLANA
RECOMENDAÇÕES

REFERÊNCIAS

NOTA FINAL

PARTICIPANTES

VOLUME II

ANEXOS

- Anexo 1 Relatório preliminar submetido a USAID-Angola aos 29 de Abril de 1997
- Anexo 2 Revisão de sumario dos estudos relativos a Mulher em Angola
- Anexo 3 Amostra Tabela demonstrativa para a auto-avaliação das ONG's sobre as suas praticas de contratação do pessoal
- Anexo 4 Projecto de plano e agenda para um seminário de 5 dias sobre a aumento da participação da Mulher nos programas da USAID em Angola
- Anexo 5 Amostra de inquérito para recolha de dados básicos sobre o género
- Anexo 6 Lista de individualidades, Instituições governamentais, Organizações Internacionais e ONG's angolanas contactadas pela equipa WIDTECH
- Anexo 7 Carta informal distribuída em Angola e artigo do Jornal de Angola

Anexo 8 Informações relativas as organizações femininas

Anexo 9 Informações sobre os projectos em curso e em carteira das organizações femininas

Anexo 10 Informações sobre o Programa para 1997 da Secretaria de Estado para a Promoção e desenvolvimento da Mulher (actualmente Ministério da Mulher)

Lista de tabelas

<u>Tabela</u>		<u>Pagina</u>
1	Os objectivos estratégicos da USAID em ANGOLA, 1997	1
2	As actividades da USAID relacionadas com o objectivo estratégico # 1(OE#1) que a equipa WIDTECH observou	3
3	Número de entrevistas -relacionado com o OE#1 -por tipo de entrevistado	5

GLOSSARIO DAS ABREVIATURAS

AAD	ACÇÃO ANGOLANA PARA O DESENVOLVIMENTO
AAMJ	ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DE MULHERES JURISTAS
CCF	FUNDO CRISTÃO PARA A CRIANÇA-CHRISTIAN CHILDREN'S FUND
CREA	CREATIVE ASSOCIATES INTERNACIONAL
CRS	CATHOLIC RELIEF SERVICES
ERSP	PROJECTO DE REABILITAÇÃO SOCIAL PÓS-CONFLITO
FAA	FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS
FAO	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA
FAS	FUNDO DE APOIO SOCIAL
FNLA	FRENTE NACIONAL PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
FONGA	FORUM DAS ONG'S ANGOLANAS
GURN	GOVERNO DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL (EMPOSSADO EM ABRIL DE 1997)
ICRC	COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

IDP	DESLOCADOS INTERNOS
IMC	INTERNACIONAL MEDICAL CORPS
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
OIM	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES
IRI	INSTITUTO REPUBLICANO INTERNACIONAL
IRSEM	INSTITUTO PARA A REINSERÇÃO SOCIAL DOS EX-MILITARES
LIMA	LIGA DA MULHER ANGOLANA-UNITA
LWF	FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL-LUTHERAN WORLD FEDERATION
MINARS	MINISTÉRIO DE ASSISTÊNCIA E REINSERÇÃO SOCIAL
MPLA	MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
NDI	INSTITUTO NACIONAL DEMOCRÁTICO-NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUT
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (expressão utilizada em primeiro lugar em relação as organizações dos E.U.A. implementando programas de Democracia e Governação da USAID, e a Organizações angolanas com estatuto legal e estrutura institucional básica).
OMA	ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA
OTI	OFFICE OF TRANSITION INITIATIVES-USAID
PAM	PROGRAM ALIMENTAR MUNDIAL
PVO-OPV	ORGANIZAÇÃO PRIVADA VOLUNTÁRIA (expressão utilizada para as Organizações parceiras da USAID nas actividades O1)
QA-AQ	ÁREAS DE AQUARTELAMENTO
SeCOR	SERVIÇO COMUNITÁRIO DE REFERÊNCIA
O.E	OBJECTIVO ESTRATÉGICO
UCAH	UNIDADE DE COORDENAÇÃO DAS AJUDAS HUMANITÁRIAS
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
UNITA	UNIÃO NACIONAL PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
VVAF	VIETNAM VETERANS.of American Foundation
WC	COMISSÃO DA MULHER PARA MULHERES E CRIANÇAS REFUGIADAS
WFP-PAM	PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

Quando os angolanos ultrapassarem a guerra, eles terão que compreender que as mulheres angolanas são importantes para a construção e a manutenção de uma paz duradoura. A Missão da Agência dos E.U.A. para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em Angola consciente da necessidade de uma maior participação da mulher, solicitou no início de 1997 ao Departamento Mulher e Desenvolvimento da USAID (G-WID), assistência através ao projecto WIDTECH.

Para o efeito, a WIDTECH reuniu uma equipa de 4 peritas especialistas: a especialista da WIDTECH sobre questões de Democracia e Governança- Marcia Greenberg; uma antropóloga com experiência em África no ramo da Agricultura e Reassentamento- Della MCMillan; uma jurista angolana vice presidente da Associação Angolana de Mulheres Juristas-Julia Ornelas e uma economista que é uma das responsáveis de uma das mais efectivas ONGs angolanas- Branca Neto do Espírito Santo.

O objectivo da equipa consistiu na identificação das barreiras para a participação da Mulher e na recomendação das oportunidades que aumentam a contribuição da Mulher no processo democrático e na reestruturação económica no âmbito dos programas da USAID. O processo envolveu também o esboço geral das circunstâncias em que vivem as Mulheres angolanas para uma melhor compreensão da sua situação.

A equipa dividiu-se para cobrir dois dos (revisitos) objectivos estratégicos (OE) da USAID para Angola:

- 1- Crescente reassentamento, reabilitação e auto-suficiencia alimentar das comunidades angolanas afectadas pela guerra (OE # 1) e
- 2-Necessidade de reconciliação nacional através do reforço da sociedade civil e instituições políticas (OE#2).

Durante 5 semanas, a equipa WIDTECH efectuou pesquisas em 5 províncias (Bie, Cuanza-Sul, Huambo, Malange e Luanda). A equipa OE#1 efectuou mais de 300 entrevistas (individualizadas ou em pequenos grupos), e alcançou outras 200 pessoas em sessões mais alargadas. A equipa OE#2 organizou 6 grupos focais para discussão dos seguintes temas: mulheres angolanas e os média, desemprego, pobreza, violência, direitos humanos e o direito costumeiro versus positivo. A equipa também reuniu com 3 grupos de mulheres nos musseques de Luanda e com mulheres da LIMA e ADEMA no Bailundo. A equipa completa encontrou-se com a Ministra da Mulher para explorar oportunidades de cooperação para a realização dos objectivos do seu Ministério e os da USAID em Angola.

Contexto histórico e sócio-económico das mulheres angolanas

- Em Angola existem no mínimo nove grupos etno-linguísticos, alguns dos quais são matrilineares. Eles partilham duas características que são muito importantes para as mulheres: aceitação histórica da poligamia, e a importância económica da mulher consubstanciada no seu pleno envolvimento nas diferentes fases da actividade de produção agrícola.
- As Mulheres em Angola não constituem um grupo homogéneo. As suas diferenças dependem da sua educação e bem-estar económico, se vivem no meio rural ou centros urbanos, na área do Governo ou da UNITA e se têm uma residência estável ou são deslocadas. Na concepção dos programas tem que se levar em conta estes aspectos.
- Durante o período colonial, os portugueses separaram homens das suas famílias -primeiro através dos três séculos de tráfico de escravos e depois por intermédio de um sistema extensivo e firmemente bem orquestrado de trabalho forçado nas plantações. Como consequência, historicamente as mulheres tinham que fornecer alimentos e satisfazer as necessidades básicas para si e suas crianças.
- Missionários, tanto católicos como protestantes, proporcionaram oportunidade de educação aos angolanos. Eles educaram os homens angolanos a serem leaders.O enfoque da educação para as mulheres foi entretanto, em economia domestica, assistência social e ensino. Até hoje a maior parte da formação proposta às mulheres - mesmo pelas ONG's femininas são limitadas a costura, bordados e especialidades afins.
- Embora fosse comum por toda a África o poder colonial não ter deixado uma mão de obra especializada, após a independência vários países conheceram décadas dedicadas ao desenvolvimento da capacidade humana. Em Angola, anos de guerra interferiram neste processo, o que representa um dos problemas para o desenvolvimento económico, todavia a necessidade de disseminação de formação abre oportunidades para formar tanto homens como mulheres.
- Durante décadas, as igrejas representaram uma fonte importante de acesso a educação, serviços sociais e informação. A maior parte das mulheres estão afiliadas numa igreja e participam nas respectivas sociedades de senhoras.
- Apesar da sua retórica neo-Marxista ou igualitarismo, tanto a União Nacional para a Independência Nacional de Angola (UNITA) como o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), ambos parecem terem relegado as mulheres ao seu tradicional papel de suporte, com algumas excepções na liderança.

- Dos impactos negativos da guerra na mulher, constata-se um incremento substancial de agregados familiares chefiados por mulheres e a poligamia (o que as mulheres angolanas dizem que as deixa física e economicamente bastante vulneráveis), um grupo cada vez mais crescente de mulheres vítimas de minas, e forte dependência do direito costumeiro ou neo-costumeiro “sistema legal” por falta de um sistema legal formal eficaz.
- Os anos de guerra tiveram também alguns aspectos positivos para a mulher. Por exemplo, as mulheres separadas da sua área de origem viram-se obrigadas a falar português, enquanto língua veicular. Adicionalmente, as mulheres tiveram a oportunidade de desenvolver habilidades e experiências consideradas inovadoras, assumindo profissões e actividades relevantes, enquanto os homens se encontravam na frente de combate. Paradoxalmente, a luta da mulher pela sobrevivência parece ter contrariado a tendência e passividade que caracteriza, outras sociedades pós- socialistas ao ter incentivado a inovação e o surgimento de actividades empresariais.

Barreiras e Oportunidades

Barreiras

1. A participação das mulheres em todas as fases do processo de tomada de decisão dos projectos da USAID não é adequada.

Embora as organizações humanitárias e de desenvolvimento sejam cada vez mais sensíveis a inclusão de mulheres como beneficiárias, elas ainda não as engajam nas diferentes fases da assistência -particularmente no diagnóstico das necessidades, concepção do projecto e sua implementação. Em vários casos, o pessoal das ONG's financiadas pela USAID não possuem a suficiente sensibilidade para as questões do género nem para desenvolver estratégias culturalmente apropriadas visando o aumento da participação da mulher.

Com frequência a prática de contratação de organizações privadas voluntárias (OPV's) financiadas pela USAID tendem a omitir / excluir, ou desencorajar a contratação de mulheres angolanas.

2. Os métodos estandardizados para disseminação de informação sobre os projectos financiados pela USAID não atingem as mulheres angolanas.

Existem dois impedimentos para a efectiva comunicação, os meios e a mensagem. Os meios não são adequados dando a uma forte dependência a canais de comunicação que as mulheres angolanas não dispõem, como os rádios, circulares para os hospitais municipais e postos de saúde, jornais e redes de trabalho de ONG's. As mulheres geralmente recebem informações por duas vias (1) dos líderes do sexo masculino, como as autoridades tradicionais, pastores das igrejas e professores das escolas, e (2) através das sociedades das senhoras das respectivas igrejas. Porém, nas mensagens dirigidas as mulheres frequentemente, regista-se uma ausência de sentido específico, i.e., sentido para a mulher. Raramente as mensagens (por exemplo, convites, para participar em programas ou concurso para emprego) explicam porque é que as mulheres devem concorrer.

3. A falta de dados fiáveis desagregados por sexo, distorce a concepção e implementação do projecto em detrimento da mulher angolana.

Décadas de guerra impediram esforços para a recolha de dados por cinco razões :

- Dificuldade de acesso para certas zonas do país, tornando-se difícil a obtenção de informação em primeira mão.
- O colapso e avarias das telecomunicações e do sistema de transportação tornaram impossível, perigoso, e dispendioso a recolha de informação.
- Existem barreiras relativas às línguas locais para assegurar uma compreensão clara dos problemas e assuntos.
- Os frequentes movimentos (deslocações) da população torna difícil assegurar que toda a população esteja sendo coberta sem que haja duplicação.
- A realidade no terreno muda constantemente.

Para além das dificuldades gerais da recolha de informação, esforços para compreender as necessidades das mulheres são muito recentes. Mas a partir dos últimos anos, existem muito bons estudos: o estudo do Programa Alimentar Mundial (Tall, 1996), o relatório da Missão da Comissão da Mulher para as mulheres e crianças refugiadas (Diaz, 1997), estudo do Banco Mundial (Declich, 1997), e um recente estudo angolano denominado, O Perfil da Mulher Angolana no Desenvolvimento (Cohen dos Santos, 1997). Persiste entretanto, a necessidade de recolha de dados básicos e actualizados incluindo o número de agregados familiares chefiados por mulheres e suas necessidades, nível educacional/escolaridade e domínio do português, as aptidões e background das mulheres para o emprego, e o perfil e aspirações das mulheres nas áreas historicamente ocupadas pela UNITA.

4. Dum modo geral ainda se verifica uma relativa “cedência” do controle e o poder de tomada de decisão aos homens.

A primeira vista, a posição das mulheres parece mais poderosa, do que a realidade devido a sua apresentação ao mais alto nível do governo, incluindo os dois Ministérios importantes dos Petróleos e das Pescas. Mas por detrás de um círculo restrito de uma elite baseado na família existe uma cultura de exclusão (baseada em factores tradicionais) das mulheres dos sistemas de controle. Os

papeis são diferentes em Angola: as mulheres trabalham muito, mas não participam nas tomadas de decisão. Os homens trabalham no domínio público, comandam e tomam decisões afectando toda a sociedade, tal como fazer ou continuar com a guerra.

Se Angola pretende desfrutar de uma democracia efectiva, não pode excluir 50 por cento da população, nomeadamente mulheres, na identificação das necessidades, determinação de prioridades e alocação de recursos.

5. Os esforços tendo como objectivo a participação política da mulher tende a enfatizar a quantidade em relação a qualidade: o número dos votos das mulheres, em vez de votos informados, o número de mulheres como candidatas políticas, em vez das suas chances para ganhar.

As mulheres participaram activamente no processo de votação de 1992. Mas as entrevistas nas aldeias e comunidades apoiadas pelos projectos da USAID evidenciam o facto de que tipicamente de as mulheres não dispor de suficiente informação sobre os candidatos, suas plataformas ou assuntos afins.

Embora elas conheçam as suas necessidades, desconhecem entretanto qual o candidato que trabalhará para elas.

No que tange as mulheres em posição de liderança, não há mulheres como governadores ou vice-governadores provinciais e ao nível nacional, 25 dos 215 membros da Assembleia Nacional são mulheres. A forma como o poder e recursos estão distribuídos, sugere que as mulheres têm dificuldade em manter tal nível de envolvimento. Para além disso, o maior problema é se mais mulheres estarão interessadas em assumir cargos de liderança, terão habilidades e recursos para a campanha e podem negociar no seio do partido político o seu posicionamento na lista do partido para que se tornem candidatas viáveis.

6. Actualmente, o sistema legal formal de Angola não é eficaz e, portanto tem pouca utilidade para a mulher.

No ambiente pós-conflito de Angola, as pessoas defendem os seus direitos, pessoas e propriedade de qualquer forma possível - muitas das vezes utilizando armas, influências familiares e dinheiro (corrupção). A implementação da lei deveria proteger todos os membros da sociedade, são precisamente os que não possuem outras formas de defesa que mais carecem de protecção legal. Embora a linguagem da Constituição angolana e algumas leis protejam a mulher, a aplicação das mesmas demonstra o contrário. As mulheres angolanas conhecem pouco ou nada sobre as leis, não têm acesso a conselhos legais a tribunais, o que as torna vítimas de diversas formas de brutalidade.

Oportunidades

1. A variedade de organização de grupos de mulheres vai desde iniciativas no sector informal a novas associações profissionais, e isto oferece bases importantes para a participação da mulher na democracia e sociedade civil em Angola.

Muitas mulheres já estão trabalhando em conjunto. Suas iniciativas, vão desde grupos informais com interesses comuns, a iniciativas baseadas no interesse, a organizações baseadas na comunidade, a ONG's. A cada nível, existe uma grande necessidade de criação de capacidade e as próprias mulheres por si só estão ansiosas de beneficiarem de assistência técnica e farão um bom uso desta.

2. A USAID em Angola não necessita de começar os seus programas de democracia e governação a partir da estaca zero, porque as redes de trabalho extensivas constituídas pelas PVO's nos programas humanitários, reconstrução e agricultura constituem uma base para iniciativas de educação cívica e democracia.

Uma vez que os programas agrícolas e humanitários da USAID já alcançaram pelo menos 1.5 milhões de pessoas, existe uma ampla plataforma e rede de trabalho através do qual se poderão difundir e aumentar o apoio democrático. Existem oportunidades para que projectos sobre democracia sejam implementados em coordenação com as OPV's e seus beneficiários para multiplicar o seu impacto.

3. Existem "práticas recomendáveis" em Angola que poderão ser disputadas pelas organizações financiadas pela USAID, concebendo projectos para apoiar a democracia.

Embora muitas OPV's não tenham experiência em apoiar elementos de democracia, como a representação, processos de tomada de decisão participativo, transparência e criação de comunidade, existem vários programas que oferecem experiências relevantes. A CREA, o Fundo de Apoio Social (FAS), a CCF, e os comités técnicos da UCAH têm promovido processos participativos em Angola. Estes programas oferecem lições válidas sobre como introduzir os angolanos para a democracia.

RECOMENDAÇÕES

Em relação aos programas de reconstrução, reassentamento e para a agricultura

Para ajudar os angolanos a atingir a auto-suficiência alimentar, a USAID deve aumentar substancialmente o número de mulheres agentes extensionistas, fazendeiras, e fazendeiros beneficiários do programa "sementes da liberdade". Para melhorar o sucesso destes programas, a USAID deve considerar :

- Requerer que as OPV's empreguem 50 por cento de mulheres nas posições ligadas a extensão e pesquisa agrícola;
- Ajudar as OPV's a desenvolver formas para que as mulheres desenvolvam a função de extensionistas nas áreas onde vivem e simultaneamente, para que o programa possa beneficiar de agentes que conheçam as condições da população e da agricultura, e as agentes mulheres poderão trabalhar com as OPV's e permanecer próximo das suas famílias; e
- Insistir que todo o processo de recrutamento de todos as OPV's incluam contactos com as redes de trabalho de escolas, grupos de mulheres religiosas, grupos de extensionistas e autoridades tradicionais.
- Obter dados importantes e actualizados que servem de referencia para a concepção e implementação dos projectos. A USAID deverá apoiar as OPV's e ONG's (e seus trabalhadores de terreno ou agentes extensionistas) na recolha de dados básicos relativos a:
 - O número, condições sócio-económicas, e sistema agrícola dos agregados familiares chefiados por mulheres;
 - O grau de conhecimento da língua portuguesa e nível de escolaridade; e
 - A existência, estrutura e propósitos de alguns grupos de mulheres.

Tal informação é necessária, mas não requer estudos dispendiosos, amplos e que demorem muito tempo.

- Quando se apoiar a reabilitação de infraestruturas, a USAID deve insistir que as mulheres devem ser envolvidas desde a fase da concepção do projecto para que este tenha em conta as necessidades das mesmas (por exemplo, para economizar tempo e esforços na recolha da água e na moagem dos cereais), incorporar as experiências e conhecimentos das mulheres, e envolve-las tanto na construção como na manutenção.
- Quando prestarem assistência a pessoas vitimas de minas, a USAID deve dirigir a sua atenção a condição das mulheres deficientes em Angola. A USAID deve inscrever nas suas necessidades urgentes próteses que beneficiem as mulheres, requerendo que 50 por cento dessas lhes sejam atribuídas. Mas também é extremamente importante que a USAID reconheça que a menos que as mulheres portadoras de deficiência tenham a capacidade de ter acesso a transportação especial e assistência médica, a sua capacidade de apoiar a família é limitada.
- A USAID deveria apoiar a sua capacidade a longo prazo de produção alimentar, assistência as suas famílias e de participar como cidadãos activos, assegurando que beneficiem de reforço de capacidade no âmbito dos programas de Democracia e Governação para organizar grupos de interesse.

Relativamente aos Programas de Democracia e Governação

- A USAID deve promover o crescimento da Sociedade Civil em Angola apoiando "ONG's" (iniciativas baseadas na comunidade ou organizações baseadas na comunidade e grupos de interesse) resultantes dos grupos de beneficiários do OE#1 (por exemplo parteiras, mulheres portadoras de deficiência, e parentes dos soldados menores).
- Na fase seguinte, a USAID terá a oportunidade de ligar a base reforçada das organizações comunitárias do OE#1 para preparar as mulheres para as eleições. Esta é uma base essencial, porque dispersando a assistência do D&G a grupos de mulheres espalhadas por todo o país não terá o impacto desejado.
- Entretanto, as OPV's financiadas pela USAID devem reforçar e promover a capacitação das ONG's e associações existentes, trabalhando com elas em projectos específicos.
- É importante direccionar alguns esforços e recursos a aproximadamente um terço de mulheres angolanas que agora vivem como deslocadas nos musseques de Luanda.

- As OPV's financiadas pela USAID devem ser solicitadas a direccionar a programação do D&G no tocante ao reforço/envolvimento das mulheres como candidatas no seio dos partidos políticos para que elas possam ter acesso a lugares na Assembleia Nacional.
- Os projectos da D&G financiados pela USAID devem reorientar a sua educação cívica e preparação para as eleições para assegurar que as mulheres possam tomar decisões como votantes.
- A Embaixada dos EUA e a USAID devem apoiar o restabelecimento do papel da lei que protege a mulher angolana. Educação jurídica é certamente importante para que as mulheres tenham conhecimento sobre as leis. Mas isto sómente não é suficiente, porque é de pouca utilidade educar as mulheres sobre um sistema que não funciona. Consequentemente os Estados Unidos deve também apoiar e assegurar a funcionabilidade dos tribunais, para que as mulheres tenham acesso a justiça, ao patrocínio judiciário e aos aconselhamentos legais.
- Devem ser concertados esforços que assegurem o acesso das mulheres aos programas da USAID. Sómente as que já estão no sistema tendem a ter acesso a assistência, o que aumenta a disparidade entre a elite masculina e as mulheres angolanas, maioritariamente desprovidas de habilidades e recursos, o que as impossibilita de competirem como parceiras iguais e efectivas.

Passos importantes e seguimento a médio-prazo

A equipa Widtech recomenda que a USAID/ ANGOLA deve:

- Constituir em cada província onde a USAID esteja trabalhando actualmente um Comité de aconselhamento sobre a Mulher que deverá incluir os membros angolanos da WIDTECH, representantes da LIMA e da ADEMA, bem assim como o centro da OMA para mulheres vítimas de violência e ainda o Comité das Mulheres da Igreja Metodista. Este mecanismo de articulação serviria como retro - informação às mulheres angolanas sobre os recursos e programas da USAID em Angola.
- Solicitar a assistência da G/ WID para orientar um workshop para concepção de um guião sobre o género para as OPV's em Angola. O resultado esperado do workshop será a formulação de linhas mestras sobre o género, específico para cada sector, tanto para a concepção e implementação dos projectos, como para a assistência humanitária ou extensão e pesquisa agrícola, e a concepção de planos de acção para aumentar o recrutamento e a formação das mulheres angolanas.
- Prestar apoio político e financeiro as iniciativas da UCAH/Instituto de Reintegração para assegurar que o processo de desmobilização e de reassentamento inclua apoio para a mulher. A USAID deverá financiar a curto-prazo um perito em género que será responsável pela convocatória do primeiro encontro da task force para os assuntos da Mulher e para assegurar que a task force elabore o plano de acção sobre o género.
- Organizar trocas de experiência entre as OPV's e ONG's baseadas em Angola. Em particular, os programas D&G e de agricultura deverão comunicar de forma mais efectiva com as mulheres rurais angolanas, aprendendo a partir dos programas de sensibilização sobre o perigo das minas como educar e envolver as mulheres. A colaboração da CCF com as autoridades tradicionais e *catequistas* deverá ser um modelo a seguir. O método de distribuição da informação as mulheres através das autoridades tradicionais, também deve ser privilegiado.
- Requerer que as ONGs e OPVs financiadas pela USAID informem sobre a participação da mulher em todas as suas fases dos projectos e encorajar todos as que efectivamente integrem mulheres.

CAPITULO 1

INTRODUÇÃO: A ABORDAGEM DA WIDTECH EM ANGOLA

O Departamento da USAID para o Desenvolvimento da Mulher estabeleceu o projecto WIDTECH para ajudar a USAID a melhorar a participação da mulher nos seus programas. Por isso o papel da WIDTECH em Angola não consistiu numa ampla investigação sobre as Mulheres em Angola, mas na identificação das oportunidades e constrangimentos que encorajam ou inibam a sua participação plena nos programas da USAID.

Deste modo, a equipa da WIDTECH debruçou-se sobre o que a USAID está fazendo em Angola, e na identificação dos meios para aumentar a participação da Mulher nestes programas. Os parâmetros do trabalho da USAID em Angola são definidos por três "objectivos estratégicos", e a WIDTECH foi solicitada a focar os dois primeiros (tabela 1). O estudo visa fornecer a informação de base sobre as necessidades e as capacidades das mulheres, acompanhado de recomendações específicas sobre os caminhos para orientar a "formulação de estratégias e da concepção das actividades" da USAID (USAID/ Angola 1997:7).

Tabela 1

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA USAID EM ANGOLA,1997

Objectivo estratégico # 1:Aumentar o ressentamento, reabilitação e auto-suficiência alimentar das comunidades angolanas afectadas pela guerra.
IR# 1 :Aumentar o nível de segurança alimentar nas comunidades onde se encontra um numero significativo de pessoas reassentadas/reinstaladas .
IR#2 Melhorar a situação da saúde nas áreas cobertas pelos parceiros das OPV's e os doadores dos programas(com contribuições de outros parceiros).
IR#3: Reabilitação das vitimas da guerra e outros grupos vulnerais (i.e.amputados vitima de minas,crianças traumatizadas psicologicamente, soldados menores, e crianças separadas pela guerra).
Objectivo estratégico #2: aumentar a reconciliação nacional através do fortalecimento da Sociedade civil e instituições politicas.

Fonte:R4 1997:19, USAID 1997

A equipa WIDTECH

A equipa foi composta por quatro peritas em tempo inteiro que trabalharam juntas desde 23 de Março a 29 de Abril de 1997. A equipa WIDTECH foi chefiada por Márcia Greenberg, jurista com experiência em processos participativos e especialista em Democracia e Governação. Ela foi acompanhada por Della McMillan, uma antropóloga com experiência sobre Africa, agricultura e Reassentamento-.

Duas angolanas juntaram-se as americanas: Júlia Ornelas, jurista e vice-presidente da Associação Angolana das Mulheres juristas, e Branca Neto do Espírito Santo, economista e uma das responsáveis de uma das ONG's de desenvolvimento mais eficazes em Angola. Ambas participaram na Conferência da Beijing. Adicionalmente a equipa teve a oportunidade de contar com Clarisse Caputo, uma jornalista angolana que trabalha e milita na Unita há dezassete anos.

A colaboração com as peritas angolanas foi muito importante por várias razões. Primeiro, isto facilitou a habilidade das americanas em entender a história, politica e situação da mulher. Segundo, ajudou na organização dos encontros /no acesso as pessoas e organizações. Terceiro, elas eram potenciais parceiras na pesquisa, análise e formulação das recomendações específicas para o contexto angolano. Por último e muito importante, elas são a chave para a sustentabilidade a longo - prazo do trabalho da equipa porque elas estão habilitadas em continuar a trabalhar com a USAID, com as ONG's americanas e OPV's e com outros indivíduos, organizações e departamentos do Governo, cujas acções têm um impacto na vida das mulheres angolanas.

A equipa iniciou o seu processo de pesquisa em Angola redigindo uma carta que resumizava os seus objectivos e a abordagem pretendida, revista e aprovada pelo Director da Missão da USAID. A equipa traduziu-a para português e distribui-a a todas as individualidades e grupos com quem teve entrevistas e discussões. Este foi um instrumento valioso tanto para dissipar apreensão e rumores, como para o anúncio público sobre os objectivos da equipa. Inadvertidamente, a carta serviu como uma espécie de comunicado de imprensa, que deu origem a um artigo de jornal sobre a WIDTECH (Anexo 7).

RELATIVAMENTE AO REASSENTAMENTO, REABILITAÇÃO E AUTO-SUFICIÊNCIA ALIMENTAR (OE#1)

A primeira área (abrangente) programática onde a USAID intervêm em Angola é o apoio "no aumento do Reassentamento-, reabilitação e auto-suficiência alimentar das comunidades angolanas afectadas pela guerra" (R4, 1977).

Actualmente o Governo dos E.U.A apoiam mais que 20 tipos de actividades no âmbito do objectivo estratégico # 1(Tabela 2). Na sua forma actual, muitos destes projectos apoiam um pacote de actividades que incluem a ajuda alimentar de emergência, bem assim como a reabilitação dos recursos hídricos, cuidados primários de saúde e assistência básica a produção agrícola para pessoas afectadas pela guerra. Muitos destes projectos diversificados e de "transição", desenvolveram-se a partir da resposta inicial e gradual das OPV's, a emergência de 1993. Outros projectos no âmbito da OE#1 direccionam-se mais firmemente na realização de uma actividade única como o acompanhamento nutricional ou saúde básica, primaria.

As questões de género associada aos esforços de reconstrução e reabilitação diferem de acordo com o tipo de actividade no seio do projecto. Elas também são fortemente influenciadas pelas circunstâncias da população se encontrar num processo de Reassentamento. Por exemplo, muitos dos populares que beneficiaram da primeira geração da assistência alimentar estão agora

melhor para o restabelecimento da auto-suficiência dos alimentos básicos, e poderão mesmo gerar um excedente para comercialização. Outros estão precisamente a começar a difícil transição de reconstrução após o regresso a área de origem da cidade ou segundo local de transição para onde terão fugido. Outros ainda estão em condições temporárias de um segundo local de transição para o regresso a área de origem.

Para assegurar que a nossa análise reconhecesse as diferenças fundamentais em necessidades, oportunidades, objectivos e constrangimentos, a equipa da WIDTECH para o OE# 1 (McMillan e Neto Do Espírito Santo) direccionaram a sua análise preferencialmente a tipos de actividades específicas e não para projectos individualizados (tabela 2).

TABELA 2

AS ACTIVIDADES DA USAID RELACIONADAS COM O OE#1 OBSERVADAS PELA EQUIPA WIDTECH

A Q = Área de aquartelamento	Bie/Kuito QA:N'Tucko	Cuanza-Sul	Huambo	AQ Malange: Catala	Luanda
1. Assistencia de emergência: alimenta-ção, cuidados primários de saúde, aloja-mento, e vestuário para os deslocados internos nos centros urbanos	*	*		*	
2.Programas de vacinação (crianças e mulheres)	*	*			
3.Alimentação crianças mal nutridas					
4.Comida pelo trabalho: Estradas	*				
5.Comida pelo trabalho: Reconstrução de latrinas		*			
6.Comida pelo trabalho: Reconstrução de escolas e postos de saúde	*	*			
7.Reparação de sistemas de agua				*	*
8.Desmobilização de soldados menores			*	*	
9.Acompanhamento e aconselhamento aos soldados menores e suas famílias			*	*	
10.Acompanhamento e aconselhamento aos soldados desmobilizados e suas famílias	*			*	
11.Entrevistando deslocados nos cen-tros urbanos para determinar os constran-gimentos para o seu reassentamento	*			*	
12.Apoiando o reassentamento dos deslocados	*			*	
13.Distribuindo instrumentos agrícolas	*	*			
14.Distribuindo sementes	*	*		*	
15.Testando variedades de sementes		*			
16.Extensão agrícola		*		*	
17.Inqueritos sobre minas	*			*	
18.Consciencialização sobre o perigo de minas		*		*	
19.Organização comunitária			*		
20.Terapia para crianças traumatizadas	*		*	*	
21.Alojamento/apoio alimentar para ór-fãos (incluindo comida para o trabalho)	*				

Os objectivos desta análise foram:

1. Examinar os parâmetros actuais da participação da mulher como clientes, empregadas e administradoras em cada fase do projecto (identificação das necessidades, planificação, implementação, monitoria e avaliação) numa amostra representativa das actividades financiadas no terreno;
2. Identificar os maiores constrangimentos e barreiras das diferentes categorias da participação da mulher e
3. Formular recomendações para reforçar a participação da e os benefícios para a mulher.

Atendendo que Angola é um país extenso (duas vezes maior que o Texas) com grandes diferenças baseadas na geografia, história, background etno -linguístico e na experiência da guerra, foi importante que a equipa tivesse em conta as condições de Angola e os programas da USAID em várias localidades. Contudo, a equipa WIDTECH deparou-se com limitações de tempo e transporte. Devido as hostilidades esporádicas e forças armadas, bandidagem, destruição das estradas, e o perigo penetrante das minas, viajar era difícil. São possíveis pequenas viagens por estrada e por via aérea os voos são predominantemente efectuados pelo Programa Mundial Alimentar.¹

Não obstante a equipa WIDTECH tentou realizar a pesquisa em 5 províncias (Bié, Cuanza-Sul, Huambo, Malange, Luanda). Estas localidades foram seleccionadas em consulta com a USAID/Angola para assegurar a representatividade das amostragens das actividades financiadas pela USAID. Devido a dificuldades logísticas e de transporte em Angola, houve casos em que a equipa não teve a oportunidade de ver primeiro o projecto no terreno. Neste caso, a equipa entrevistou os supervisores a nível provincial e nacional em Luanda e reviu a documentação (note como "Luanda" na tabela 2).

A pesquisa actual consistiu em entrevistas não estruturadas, com cinco grupos de clientes do sexo feminino dos projectos, empregados e administradores de ambos os sexos das OPV's e vários leaders. O objectivo das entrevistas (que acompanhou um esboço predeterminado para aumentar a comparabilidade entre os entrevistados) era descrever os parâmetros passados e presentes da participação das mulheres nos diferentes processos de tomada de decisões associado aos projectos assistidos pela USAID.

As entrevistas também foram direccionadas ao acesso de informação sobre os recursos disponíveis e a assistência humanitária patente nas políticas e práticas dos doadores, ONG's internacionais, ONG's locais, Governo e comunidades.

A equipa OE#1 encontrou-se também com representantes da Unidade de Coordenação da Ajuda Humanitária das Nações Unidas (UCAH), Serviço Comunitário de Referência (SeCOR), e várias ONG's estrangeiras (Tabela 3). Ao todo, a equipa OE# 1 entrevistou aproximadamente 336 indivíduos um a um ou em pequenos grupos, e encontrou-se com cerca de 200 indivíduos em sessões de informação mais amplas (Anexo 6)

Tabela 3

NUMERO DE ENTREVISTAS RELACIONADAS COM O OE#1 POR TIPOS DE ENTREVISTADO

Tipo de entrevistados	# entre-vistado
Administradores nacionais e provinciais e leaders eleitos	15
Funcionários públicos	48
Empregados das ONG's financiadas pela USAID, nível nacional	19
Empregados das ONG's financiadas pela USAID, nível provincial	48
Empregados da USAID e das Agencias das N.U. associadas as iniciativas financiadas pela USAID	25
Beneficiários directos de programas da USAID	88
Leaders locais(homens e mulheres, leaders tradicionais, leaders religiosos e leaders de organiza-ções locais como grupos de mulheres (OMA, LIMA)	93
Número total de entrevistados	336

Em adição as questões gerais sobre a participação do projecto, a equipa efectuou uma análise especial sobre as necessidades prioritárias e os constrangimentos de quatro categorias de mulheres vulneráveis (vide também UCAH 1995c: 8)

1. As esposas, companheiras e mães dos soldados menores ou dos que aguardam pela desmobilização.
2. Mulheres solteiras chefes de família
3. Deslocados internos afectadas pela guerra, ou deslocados internos que vivem em comunidades "tradicionais" secundárias não patrocina-das ou em comunidades "tradicionais" secundárias, assistidas pela USAID, ou recentemente regressados a sua "área de origem"; 2 e
4. Mulheres mutiladas por minas ou outros actores da guerra.

RELATIVAMENTE AOS PROGRAMAS DE DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO (OE#1)

A componente democracia e governação requer quatro abordagens. Primeiro, a equipa OE#2 (Greenberg e Ornelas) encontrou-se com representan-tes de grupos de mulheres, e com representantes de alguns Ministérios.³

Segundo, a equipa encontrou-se com algumas representantes de ONG's envolvidas no trabalho de democracia e governação para a USAID, incluindo NDI, IRI, PACT, e a World Learning. Elas também encontraram-se com ONG's que estão fazendo trabalhos afins, tal como a Procura do Entendimento Comum, e a CREA.

Terceiro, a equipa OE#2 organizou discussões em grupos focais em seis tópicos:

1. Mulheres e os média
2. Mulher e desemprego

3. Mulheres e pobreza
4. Mulheres e violência
5. Mulheres e Direitos Humanos
6. Mulheres e a Lei (costumeiro versus formal)

A equipa também organizou três sessões de discussão com grupos focais nos musseques de Luanda:

- Um no mercado com mulheres vendedoras de peixe;
- Um com mulheres na Igreja Evangelista Baptista de Angola situada no Bairro Palanca no Município de Kilamba Xiaxi; e
- Um com mulheres Kimbanguistas do grupo etnolinguístico Kikongo que fugiram para o Zaire em 1961 por motivos de segurança, regressaram a Angola depois de 1975, e chegaram aos musseques sómente há poucos anos.⁴

Quarto, a equipa viajou para o Huambo, Bailundo e Luvemba onde encontraram-se com mulheres leaders e ONG's femininas. No Huambo, a equipa visitou os escritórios regionais da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, mulheres participantes num projecto da Oikos fora do Huambo, e parteiras tradicionais de um programa de formação do IMC. No Bailundo, a equipa encontrou-se com leaders da LIMA e ADEMA, e em Luvemba, com o grupo de mulheres da Igreja local.

TRABALHANDO COM A MISSÃO

Para assegurar que a equipa estava analisando as questões e fontes que seriam mais úteis para a USAID, e para assegurar que as recomendações seriam práticas e exequíveis, a equipa consultou a USAID/Angola da seguinte forma:

- A equipa encontrou-se com Nicholas Jenks, o Director da Missão, e com os oficiais de programas Alexis Robles e Kimberly Smith.
- A equipa forneceu o esboço proposto deste relatório uma semana após a chegada
- A equipa forneceu um sumário com observações e recomendações cinco dias antes da partida
- A equipa encontrou-se com o Sr. Jenks e com o futuro Director da USAID, dois dias depois para discussão deste sumário.
- A equipa elaborou o documento revisto. Dois dias depois o sumário de propostas de acções a serem implementadas.
- A equipa encontrou-se com o Director da Missão para discussão do sumário acima referido.
- Uma vez incorporado as observações do Director da Missão, a equipa elaborou um relatório com a revisão das acções a serem implementadas, que foi entregue a USAID / Angola no dia da partida (Anexo1).
- A equipa encontrou-se com o Embaixador dos EUA no início desta avaliação e a meio da mesma. Na ausência do Embaixador, a responsável da equipa encontrou-se com o Chefe-adjunto da Missão alguns dias antes da partida. Por sugestão do Director da Missão, a equipa realizou uma conferencia de imprensa alguns dias antes da partida.

REPORTANDO

Houve três fases adicionais para os esforços da WIDTECH para reportar:

1. Márcia Greenberg e Della McMillan relataram a USAID em Washington em 28 Maio de 1997,
2. Júlia Ornelas participou no seminário da WIDTECH aos 11 de Junho em Washington, para troca de lições e preocupações relacionados com os caminhos através dos quais os sistemas legais em circunstância de pós -conflito em África falharam na protecção e apoio a mulher; e
3. Márcia Greenberg e Della McMillan encontraram-se aos 20 de Junho de 1997 com os peritos da Comissão para a Mulher nas mulheres refugiadas e crianças, que estiveram em Angola em Dezembro de 1996. ⁵

A equipa WIDTECH esteve encarregue de assistir a Missão em Angola e com a prestimosa colaboração da Branca Neto do Espírito Santo, Júlia Ornelas e Clarisse Caputo, a equipa recolheu um grande número de informações. Por conseguinte, sem prejuízo de se centrar fundamentalmente nas observações e recomendações solicitadas pela USAID / Angola, este relatório contém

informação adicional recolhida ao longo das cinco semanas de trabalho. O capítulo dois refere-se as fontes históricas e sócio-económicas do papel e condições da mulher em Angola.

CAPITULO 2

BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SÓCIO-ECÓNOMICO RELATIVAMENTE AS MULHERES ANGOLANAS

INTRODUÇÃO

Angola possui um grande potencial económico resultante da existência de vários recursos naturais nomeadamente mineiros, como petróleo e diamantes, e terras muito férteis. A comunidade internacional está consciente destas potencialidades. É notório o grande afluxo de investidores e comerciantes dos mais diversos quadrantes, ansiosos em estabelecer-se em Angola, como se pôde constatar aquando da Assinatura dos Acordos de Paz.

Paradoxalmente, essa riqueza determinou que o país vivesse mais de 30 anos de guerra. Desde 1961, a educação e prosperidade económica dos Angolanos foram adiadas por três décadas de guerra. A luta de libertação anti-colonialista contra Portugal estendeu-se desde 1961 até 1974. Seguiu-se uma longa guerra civil entre o MPLA, UNITA e FNLA, "concluído" com os **Acordos de Bicesse** rubricados pelo MPLA e a UNITA, em 1991, em Portugal. Este, entretanto rompido pela sangrenta "terceira guerra" 1992-94, resultando daí o fenómeno de deslocados de guerra de aproximadamente 3 milhões numa população de cerca 13 milhões de habitantes.²

Em Novembro de 1994, as duas facções dominantes, o Governo democraticamente eleito e a UNITA, rubricaram o **Protocolo de Lusaka** para pôr fim ao conflito. Desde então, registam-se progressos em direcção a paz, reconciliação e reconstrução nacional. As partes subscritoras do Protocolo de Lusaka comprometeram-se a desmobilizar as forças militares excedentárias. Os Estados Unidos juntou-se aos esforços das Nações Unidas no apoio do esforço das partes na desmobilização das respectivas máquinas de guerra (UCAH,1997 a,b).³

Com a alteração da situação no país, igualmente modificou-se o carácter da assistência humanitária estrangeira. Com o reacender da guerra em 1992 até 1996, a assistência humanitária foi necessária no apoio a população urbana sitiada para garantir a sua sobrevivência. Essa assistência limitava-se ao fornecimento de meios básicos como alimentos, água e cuidados primários de saúde. Nesta fase, a assistência da comunidade estrangeira dedicava pouca atenção as questões do género.⁴ (vide também PAM,1996).

Mas, a assistência da comunidade estrangeira, incluindo da USAID, está neste momento virada para uma nova fase. Com o estabelecimento do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) em Abril de 1997, os doadores estrangeiros podem colaborar com Angola na reconstrução da sua economia, e contribuir para criação de bases para um Governo Unificado e de Instituições da sociedade civil. Para que este processo seja sustentável, os doadores procuram apoiar na *formação de capacidade humana "Capacity building"*.

Este período de assistência de transição revela-se apropriado para a mudança da abordagem do tipo da assistência, quer em geral como em relação a mulher. Muitos dos soldados desmobilizados dedicaram a maior parte da sua vida adulta a guerra. Decidir em depor as armas, regressar ao lar, ou permanecer com a sua unidade militar, a opção "lar" frequentemente não é atractiva. Por um lado as suas casas situam-se em aldeias devastadas ou centros urbanos destruídos, por outro as suas famílias e comunidade estão dispersas e a dura realidade económica não combina com os sonhos pós-guerra dos desmobilizados relativamente a formação técnica e oportunidades emprego.

Consequentemente, constata-se que existe um reconhecimento crescente do papel vital que as mulheres têm a desempenhar. A desmobilização não funcionará até que os homens encontrem alternativas viáveis para a sua reinserção na vida civil. Mas são as mulheres que têm a capacidade de assegurar que essas alternativas sejam atractivas. As esposas e as mães dos soldados têm que carregar a maior parte do peso da reconstrução das casas, das estruturas da comunidade e actividades económicas para as quais os soldados deverão regressar.

Embora muitas mulheres angolanas se apresentem determinadas em lançar as bases para uma sociedade em tempo de paz, elas enfrentam desafios adicionais como a assumpção da maior parte da responsabilidade dos lares por elas chefiados (pelo fenómeno crescente da poligamia), a dureza e desconforto causado pela estradas e sistemas de água destruídas. Nas áreas rurais, as mulheres são uma das principais vítimas das minas devido ao seu papel activo na recolha da água e produção agrícola de subsistência, em zonas minadas.

Para os que estão interessados em apoiar as mulheres angolanas nos seus esforços de construção de uma sociedade segura e pacífica, é importante compreender quem são elas. Neste capítulo, a equipa esforçou-se em esboçar um quadro exacto e completo de uma variedade de mulheres angolanas em três quadrantes:

- Primeiro descreve-se as raízes culturais e históricas do papel da mulher na sociedade angolana.
- Segundo, descreve-se as diferenças socio-económicas e o impacto da guerra no seio da mulher angolana. Qualquer trabalho com ou em nome da mulher angolana deve ter em conta que elas não constituem um grupo homogéneo. Assegurar que as referências "mulheres angolanas" e "participação da mulher" não implicam uma medida para todas as soluções. Por isso apresentamos mini-perfis de nove tipos de mulheres cujos interesses e necessidades deverão ser reconhecidos pelos programas da USAID e outros.

- Terceiro, descreve-se um breve panorama de algumas das fontes de informação standard sobre a mulher angolana, incluindo algumas reservas sobre a sua utilização para o planeamento. Como principal recomendação, os projectos financiados pela USAID devem limitar a sua confiança aos inquéritos a nível regional e nacional. Embora estes dados possam parecer muito úteis para retratar tendências gerais, estão sujeitos a importantes variações inter e intra regionais.

INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Raízes etnolinguísticas

A cessação gradual da guerra civil e o reaparecimento de um número de partidos políticos regionais e étnicos, renovou interesses dos tradicionais grupos etnolinguísticos (Zenos, 1996). A inicial liderança do MPLA era dominada por mestiços assimilados e a elite kimbundu educada pela igreja metodista, enquanto que a liderança da UNITA era dominada por Ovimbundus (ou Umbundu) do planalto central, educados pela igreja Congregacional (Henderson, 1992; Zenos, 1996).⁵ Muitos documentos descrevem a existência de 10 grupos etnolinguísticos maiores: oito Bantus e dois não-Bantus (Koisian e Portugueses) (Henderson, 1992).

Existe pouca informação disponível sobre as diferentes perspectivas do género que prevalecem nos grandes grupos étnicos. Porém, sabemos que alguns desses grupos (nomeadamente os Kikongos 6 e os Ambos 7) são matrilineares, i.e. determinam a sua descendência através da linha materna. Nas sociedades matrilineares, as mulheres geralmente possuem uma melhor posição social no lar e no seio do grupo familiar em relação as sociedades patrilineares, e as heranças e terras são transmitidas através da mãe ou irmão da mãe e não do pai (Declich, 1997; Henderson, 1992).

Todos os grupos, tanto matrilinear como patrilinear, partilham duas características chave: a aceitação histórica da poligamia e a importância económica da mulher na execução das actividades produtivas (Henderson, 1992).

A diversidade etnolinguística e a variação do papel da mulher a ela relacionada, afecta a assistência estrangeira de várias formas: Primeiro, a comunidade estrangeira não deve empregar políticas standardizadas para a alocação de propriedades, terras ou bens para a execução dos projec-tos. Segundo, a diversidade etnolinguística significa que uma pessoa encontrará provavelmente algumas variações do conceito "tradicional" sobre o papel da mulher na sociedade. Terceiro, isto enfatiza a necessidade de fornecimento de programas de extensão agrícola em línguas locais.

Ao mesmo tempo, sugerimos que é importante que não se sobreestime a etnicidade, como uma categoria significativa para a análise de questões sobre o género, excepto para pequenas minorias de elites (vide Zenos, 1996). Historiadores enfatizam que, historicamente existiu um forte padrão de "relações de tolerância e cultura comuns inter-grupos, e que se tornou oculto, pela abordagem europeia que enfatiza um falso retrato frequentemente veiculado de violenta rivalidade no passado" (Davidson, 1976).

Influência colonial

Vários factores no período colonial reforçaram o papel da mulher rural como fornecedoras económicas - chaves das suas famílias. Particularmente importante foi o uso da força de trabalho que separava os homens das suas famílias (o tráfico de escravos). Os números são demonstrativos. Historiadores estimam que ao longo de três séculos de tráfico de escravos, 16 milhões de angolanos foram transportados para além-mar, entre os quais 12 milhões morreram em trânsito (Bossema, 1988 in Sogge, 1992).

Mas, a divisão das famílias continuou. Após abolição da escravatura, os portugueses mantiveram um sistema de trabalho forçado nas plantações. Em 1954, meio milhão de angolanos - cerca de 10% da população - abandonou o país para escapar-se do domínio colonial português (Sogge, 1992).⁸ Estes desenvolvimentos obrigaram a mulher a ser mais independente economicamente.

Existiam forças contraditórias que influenciaram a sua participação no sector moderno. Por exemplo, a Igreja Católica proporcionou o acesso a educação (Henderson, 1979, 1992; Bender, 1978). A educação católica para as massas, privilegiou a educação básica elementar para ensinar orações e doutrina católica. Embora a Igreja tenha expandido

gradualmente o número de escolas elementares, sómente um pequeno número de estudantes continuou a educação secundária em seminários. O primeiro objectivo foi criar padres (Henderson, 1979). O ênfase da Missão Protestante era de cada pessoa estar habilitada em ler a “palavra de Deus na sua própria língua” (ibid). eram necessárias escolas acima do nível académico de catequista, mas abaixo do standard do seminário.

Embora muitas das escolas secundárias apoiadas por missionários (ambos Católica e Protestante) terem formado tanto homens como mulheres, a formação das mulheres esteve direccionada essencialmente para economia doméstica, assistência social e ensino. Muitas mulheres formadas nestas escolas (missões), casaram-se com homens formados em escolas específicas para o sexo masculino tornando-se a primeira geração dos leaders de libertação de Angola (vide Henderson, 1979; Henderson, 1992) O acesso as facilidades de educação variavam bastante de região para região, resultando daí áreas mal servidas como por exemplo o leste de Angola extremamente mal-servido (Hendersen, 1979) 9.

Durante o período colonial, a marginalização das mulheres foi um facto. Os Portugueses estabeleceram um alto sistema centralizado a partir da Metrópole. A população angolana foi integrada numa estrutura política e administrativa centralizada, baseada em Lisboa e implementada pelos escritórios / departamentos da Província de Angola através da sua capital Luanda. Pouca autonomia foi dada ao próprio Governo do Ultramar sediado em Luanda, e nenhuma aos Administradores locais. As autoridades tradicionais perderam autoridade dentro desse sistema. (Neto em Senos, 1996).

As mulheres eram discriminadas dentro do sistema colonial pela sua exclusão nos cargos administrativos e na nomeação ou designação para funções de soba cuja elegibilidade recaia aos autóctones assimilados.¹⁰ Um sem número de legados da tradição colonial de exclusão da mulher persistem e deverão ser reconhecidos nos esforços actuais de integração da mulher, em questões tão diversas como a agricultura e a governação local, e a

Outra herança do colonialismo português foi a formação de poucos quadros angolanos. Os portugueses não propiciaram o desenvolvimento técnico dos angolanos. Quando os portugueses deixaram Angola, levaram consigo os seus peritos. Embora tal herança deve ter sido típica em muitas sociedades pós-coloniais, algumas tiveram já tempo de criar as suas próprias capacidades técnicas. Porém, em Angola, décadas de guerra civil frustraram os passos necessários para apagar este deficit de capacidade humana.

O Impacto da Igreja

A conversão religiosa que começou nos finais do século 19, criou novas instituições e padrões de participação que têm grandes implicações para os programas da USAID que visam a promoção e desenvolvimento da Sociedade Civil.

A Igreja foi e continua a ser um local onde a mulher desempenha um papel muito activo. Esta realidade foi constatada nos musseques, bem assim como nas áreas rurais controladas tanto pelo Governo como pela UNITA. Toda a visita a aldeia ou musseque incluiu discussão com vários grupos de mulheres religiosas associadas as Igrejas locais. Isto torna claro que o papel social e económico dos laços criados por estes grupos é muito importante para os lares pobres chefiados por mulheres. É remarcável que se alguém medir a actividade cívica ou social em termos de números dos encontros registados e o papel das organizações em disseminar informação sobre as iniciativas financiadas pela USAID, os grupos das igrejas apresentam-se mais activos que as organizações políticas associadas com o MPLA e UNITA- (OMA e LIMA respectivamente).

Estas mesmas entrevistas sublinharam a necessária associação da igreja - tanto no passado como no presente - ao desenvolvimento. Tanto, a igreja Católica como a Protestante, desempenharam um importante papel na alfabetização básica e na educação primária e secundária, e ambas desempenharam papéis importantes na promoção da saúde primária, agricultura e formação profissional (vide Henderson, 1992).

Esta forte associação da Igreja com a alfabetização básica, educação e apoio social sugere que os grupos ligados as igrejas representam uma das melhores oportunidades para a criação de alianças políticas locais, que são um fundamento necessário para a sociedade civil e desenvolvimento pós-guerra. As igrejas e os leaders das igrejas africanas desempenharam um papel similar em forjar as novas ideias e instituições que deram nascimento a luta de libertação nos anos sessenta. (Bender, 1976; Henderson, 1992).

Os mesmos grupos religiosos e respectivos leaders, provavelmente desempenharão um papel importante na reintegração económica e social dos agregados familiares de deslocados, chefiados por mulheres nas suas áreas de origem ou em zonas de trânsito secundárias.

MUDANÇAS RELACIONADAS COM A GUERRA

Os mais de trinta anos de guerra, que Angola conheceu, teve profundas implicações económicas e sociais na participação das mulheres na sociedade angolana e nos programas da USAID. A cultura militar parece ter reforçado alguns dos estereótipos negativos do “lugar da mulher” que foi introduzido no sistema de educação colonial.

Apesar da sua retórica neo-Marxista, Maoista, ou igualitária, nem o MPLA nem a UNITA parece ter colocado as mulheres num mesmo pé de igualdade com os homens. Ambas organizações militares apoiaram e encorajaram organizações femininas muito activas - OMA e LIMA. Utilizavam estes grupos femininos para apoiar os esforços militares e os objectivos

políticos. Por exemplo, embora as mulheres fossem activas na recolha e análise de informação classificada; obtenção e controlo da transportação dos abastecimentos, e como assistentes sociais e parteiras no apoio das tropas, elas desempenharam um papel menos importante como combatentes nas frentes de combate. Alguns oficiais militares do sexo masculino, parlamentares, e pessoas estudiosas reconhecem que as mulheres assumiram um papel secundário em tempos de cultura de guerra, e sugerem que isto deveria mudar num contexto de pós-guerra.

Para propósitos de planeamento dos projectos da USAID, outro impacto importante da guerra foi o incremento de agregados familiares chefiados por mulheres. Embora tenha sido estimado em aproximadamente um terço, a cifra actual deve provavelmente ser mais alta.¹¹ O número preciso dos agregados familiares chefiados por mulheres ainda não foi determinado. (Declich, 1997, rever diferentes diagnósticos). Embora um incremento dos agregados familiares chefiados por mulheres seja um impacto normal da guerra, a situação em Angola é complicada devido a longa duração da guerra e as deslocações da população. Estes factores culturais da poligamia significa que há um decréscimo no tempo e recursos que os homens que vivem nestas famílias, dedicam a mulher individualmente e as suas crianças (Declich, 1997).

Outras evidências incluindo recentes dados estatísticos do INE, demonstram que uma alta percentagem dos agregados familiares chefiados por mulheres (e seus dependentes) enquadram-se na escala da pobreza dos paupérrimos, o que reforça a ideia de que os projectos financiados pela USAID devem incluir a assistência aos agregados familiares chefiados por mulheres (FAO, 1997; UCAH, 1995; INE, 1996 a, b, c; MINARS, 1993).

Além disso, a guerra aumentou o peso do trabalho da mulher e enfraqueceu a sua saúde. Estas condições podem ser atribuídas a uma variedade de factores, como:

- Embora os ferimentos e as mortes civis não sejam registadas por idade e sexo, um amplo censo realizado em 1992, permitiu concluir que a distribuição dos ferimentos e mortes por faixa etária é a seguinte: 40 por cento são crianças, 30 por cento são mulheres e 30 por cento são homens (Sogge, 1992);
- Muito mais mulheres morreram de doenças preveníveis e fome do que de acções armadas (ibid.);
- O incremento dos agregados familiares chefiados por mulheres (Cohen, 1997; INE, a, b, c; Declich, 1997);
- Altas taxas de migração forçada para as áreas urbanas que estava mal preparada para acomodar tal afluxo migratório;
- O incremento do rácio dependente/trabalhador causado pelo marido ausente e o aumento do número brusco de órfãos (UCAH, 1995; Sogge, 1992; INE, 1996, a, b, c.);
- Aumento vigoroso do trabalho manual causado pelas avarias dos moinhos de grão das pequenas cidades e equipamentos para extracção de óleo alimentar (Sogge, 1992);
- O colapso do sistema da saúde e sanitário que resultou num incremento da mortalidade de crianças recém-nascidas e infantil (Sogge, 1992; Comissão para os refugiados mulheres e crianças, 1996); e
- Grande vulnerabilidade da mulher em relação as minas devido a localização desta, próximas de áreas onde as mulheres cultivam, recolhem água, ou do mercado.¹²

Mas, a guerra teve alguns benefícios inesperados para as mulheres. Durante as nossas entrevistas, um número de mulheres considera que um impacto inesperado do disseminado serviço militar e deslocações durante o tempo de guerra foi o aumento do uso e compreensão da língua portuguesa (vide também Sogge, 1992). Particularmente para as mulheres que deixaram as suas casas para apoiar a UNITA, a língua portuguesa é necessária como língua veicular.

Entretanto, algumas mulheres nas cidades controladas pelo governo desfrutaram de benefícios diferentes da guerra. Tal como as mulheres americanas tiveram a oportunidade de ter emprego na indústria e escritórios durante a segunda guerra mundial, houve a oportunidade para as mulheres angolanas com um certo nível académico, terem empregos bem remunerados, formação e promoção na ausência dos homens.

Isto é importante para a reabilitação pós-conflito por várias razões. A experiência de trabalho contribui para o desenvolvimento da capacidade humana das mulheres. Ao mesmo tempo, isto pode ser um problema no contexto da desmobilização. Se os homens regressarem as suas cidades para apoderarem-se dos "bons" empregos, os empregadores terão que despedir o pessoal feminino. Embora tal decisão possa parecer injusta e discriminatória, é importante que os homens encontrem oportunidades de emprego em trabalhos civis. Até que a economia gere mais postos de trabalho, os homens desempregados ou regressam para a guerra ou para as actividades ilegais (New York Times, 17 de Junho de 1997).

Levará algum tempo até que o sector formal, forneça postos de trabalho suficientes para estes homens. Por esta razão muitos doadores encorajam o desenvolvimento de novas oportunidades de emprego através do sector informal, comércio, e pequena manufactura. Outros doadores estão direccionados para esquemas de micro-crédito para as mulheres.

As mulheres parecem estar melhor preparadas em relação aos homens, para iniciar seu próprio negócio e tornarem-se empresárias, embora não tenhamos dados para fundamentar esta afirmação. Muitos dos homens que passaram grande parte da sua vida combatendo, não têm experiência em matéria de finanças, comércio e gestão de negócios. Eles necessitam de iniciar com conhecimentos básicos. Enquanto que as mulheres trabalharam nas repartições governamentais,

sector privado, e bancos e por isso têm mais experiência sobre como fazer negócio.¹³ Este deve ser um factor para que os doadores procurem apoiar o desenvolvimento do sector privado.

A HERANÇA DA PLANIFICAÇÃO CENTRALIZADA E ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA

Outro legado que afectou as mulheres em Angola é a experiência do MPLA com o socialismo e a planificação centralizada. A ideologia marxista de Angola de alguma forma se assemelhava ao dos demais países socialistas quanto a proclamação dos direitos iguais e oportunidades para as mulheres, embora esta ideologia pareça ter tido pouco impacto na média das mulheres e seu papel no lar e arena política.

Algumas mulheres estão acostumadas e foram formadas sobre o funcionamento de um sistema centralmente controlado. Esta experiência deve influenciar a sua concepção de negócios, desenvolvimento e gestão.

Mas de uma forma estranha e paradoxal, o comportamento ligado a guerra negou a perspectiva socialista. A necessidade de ser agressivo e auto-suficiente na guerra parece ter contra-atacado alguma passividade que tipifica os sistemas socialistas. A equipa WIDTECH ficou impressionada pela herança de auto-suficiência que ajudou os Angolanos a sobreviver.

Além disso, ao contrário de outros países destruídos pela guerra como Moçambique, onde centenas de milhões de dólares e trabalhadores de ajuda humanitária estabelecem-se para apoiar as vítimas, Angola recebeu relativa pouca ajuda antes do reacender da "terceira guerra" em 1992 (Sogge, 1992):

Realmente, Cuba forneceu um montante considerável em assistência técnica: professores, trabalhadores da saúde, bolsas de estudo, etc. Alguns doadores do Norte foram leais a Angola ao longo dos anos. Mas na verdade, foi o povo que se manteve confiado nas suas próprias forças, e seu instinto de sobrevivência.

Um tema actual em várias das nossas entrevistas foi a apreensão de que o programa do Governo e dos doadores, que distribuem ajuda alimentar, elimine a mentalidade de auto-ajuda e crie uma nova cultura de dependência.

VARIAÇÕES QUANTO AS NECESSIDADES E PERSPECTIVAS: NOVE TIPOS ILUSTRATIVOS DE MULHERES ANGOLANAS

As mulheres em Angola não são uniformes. Embora esta afirmação pareça óbvia tem sido negligenciada. Mas, qualquer tentativa de criação de capacidade de desenvolvimento sustentável e processos democráticos em Angola deve ter em conta as necessidades e os pontos fortes deste grupo heterogéneo.

MULHERES DA CLASSE ALTA

Existe um pequeno grupo de mulheres com alto nível académico provenientes de famílias proeminentes e ocupando altas posições no Governo e nas áreas da UNITA. Muitas foram educadas nas escolas das missões protestante e católica. A sua tendência foi casarem-se com proeminentes homens da mesma escola, que representam a primeira geração de angolanos que chefiaram as igrejas e Ministérios através de todo o tipo de pensamento político. As jovens mulheres desta classe na área do Governo formaram-se na Universidade de Luanda durante os anos sessenta e oitenta, nos países comunistas como a ex-União Soviética, Cuba, ou a ex-Alemanha do Leste, ou mais recentemente em Portugal.

Muitas ex-estudantes ou guerrilheiras estão agora casadas com leaders políticos, homens de negócios e leaders de igrejas cujo status e recursos permite que as suas esposas trabalhem em full-time no sector público, especialmente em Ministérios sociais. Uma preocupação - chave para estas mulheres consiste no facto de que as constantes interrupções que dificultam o ensino superior nas áreas do Governo durante a última década, dificultará o acesso aos seus filhos à educação de qualidade.

As jovens mulheres da elite na área da UNITA tiveram em geral menos oportunidade de estudar no exterior em relação as mulheres da mesma idade das áreas do Governo. Porém, por causa de um sistema da UNITA altamente efectivo das escolas do tempo de guerra, a educação das suas crianças foi menos interrompida. Mulheres da elite de ambos lados, demonstram um forte compromisso com as lideranças dos seus Ministérios, igrejas, e uma diversidade de organizações políticas femininas e organizações de mulheres das igrejas.

Mulheres da elite dedicaram longos períodos no exílio em várias partes de Angola ou no exterior-no Zaire, Zâmbia, África do Sul, Portugal, Cuba, e França. Muitas destas mulheres falam inglês, russo, alemão, francês, ou espanhol.

Porém, verificou-se uma mudança emocional. Muitas destas mulheres - tanto no campo político do Governo como da UNITA- tiveram as suas vidas directamente afectadas pela perda de algum parente morto num assassinato político ou morto num campo de batalha.

MULHERES DA CLASSE MÉDIA NAS CIDADES CONTROLADAS PELO GOVERNO

Esta categoria de mulheres está situada entre a elite e as mulheres pobres dos centros urbanos, os musseques. Localizadas em Luanda ou capitais de província, estas mulheres tipicamente são ou foram casadas com homens que ocupam posições de nível baixo ou médio no sector privado, na função pública ou nas ONG's. Poucas têm mais que o ensino primário. Uma pequena minoria delas receberam a educação secundária que lhes permite ir para as posições mal pagas do fim da escala ou a meio no qualificador de funções.

Muitas destas mulheres experimentaram a devastação directa da guerra quando as suas casas foram bombardeadas, o fornecimento alimentar e os serviços sociais interrompidos nas cidades onde viviam ou se refugiaram. Nas entrevistas, elas identificaram como preocupações - chave o alto custo da alimentação, a interrupção dos serviços básicos como o fornecimento de água potável, e a necessidade de fácil acesso a materiais de construção para a reparação das suas casas, destruídas pela guerra.

Parte das suas experiências pós-guerra, inclui o peso dos (parentes) órfãos ou crianças dos parentes que foram enviados para a cidade para estudar. Um número significativo de viúvas ou de chefes de família de facto que não podem contar nem a curto nem a médio prazo com o apoio de um homem.

Estas mulheres estão reconstruindo as infra-estruturas sociais, lares para os órfãos, e doutro modo assumindo a maior porção do peso social da guerra, não assumindo um papel activo no processo político a não ser por intermédio das organizações da Igreja e OMA.

MULHERES DA CLASSE MÉDIA NA ÁREA DA UNITA

Contrariamente às mulheres da classe média nas áreas do Governo, a maior parte das mulheres da classe média na área da UNITA têm o ensino primário ou secundário e sobreviveram 20 anos de guerra civil tanto em pequenas e isoladas municipalidades ou em áreas rurais.¹⁴ Devido a falta de acesso a maior parte das estruturas da saúde, educação e alimentação das áreas do Governo, estas mulheres desempenharam um papel activo na concepção de estruturas alternativas para apoiar populações civis e militares. Muitas trabalhavam como enfermeiras e parteiras - das áreas de família sempre em movimento - que acompanhavam a alta mobilidade dos tropas da UNITA. Outras estão envolvidos em relações públicas e jornalismo, no estrangeiro ou em Angola; ou como professoras, trabalhadoras de saúde e sanidade pagas em espécie (produtos das lavras cultivadas em forma de cooperativa). As suas actividades do tempo de guerra eram coordenadas através da UNITA e LIMA secção feminina da UNITA, e seu altamente estratificado sistema hierárquico por intermédio das estruturas políticas.

MULHERES POBRES NOS MUSSEQUES URBANOS DE LUANDA

O constante fluxo de pessoas deslocadas internas para Luanda está causando o crescimento desordenado da cidade. Parte dos *musseques*, são actualmente caracterizados por casas transitórias e falta de infra-estruturas.

Muitas nos musseques, são mulheres pobres com crianças, e a grande maioria dos agregados são chefiados por mulheres. Muitas chegaram recentemente. um numero substancial não fala nem entende português apesar da crescente necessidade do uso do português como língua veicular. Poucas são alfabetizadas ou não têm educação académica formal.

Estas mulheres sobrevivem por intermédio do exercício de actividades comerciais de pequena escala e o cultivo de pequenas parcelas de agricultura peri-urbana. Para elas sobrevivência económica requer longos e árduos dias de trabalho, e viajar longas distâncias até aos mercados urbanos. Elas não têm outra alternativa se não deixar os seus filhos sozinhos em casa, com pouca ou nenhuma supervisão.

Em comparação com os arredores das pequenas capitais de província, como Malange ou Kuito, onde mulheres deslocadas frequentemente vivem rodeadas dos membros da família extensa e ligações nas aldeias, a maior parte das mulheres nos musseques vivem em pequenas famílias extensas ou relativamente isoladas, famílias nucleares chefiadas por mulheres. A única e mais importante instituição social transversal é a igreja. Os grupos das igrejas e os mercados são as suas principais fontes de informação.

MULHERES MUTILADAS PELAS MINAS

Porque todos os dias em Angola as pessoas continuam sendo mutiladas por minas, mulheres mutiladas está entre os grupos que crescem rapidamente em Angola.

As nossas entrevistadas confirmaram a observação feita algures -que a alta percentagem destas mulheres são viúvas, divorciadas ou separadas chefes de famílias monoparentais. A maior parte das mulheres que foram entrevistadas no Centro Ortopédico de Bomba Alta do CICV no Huambo, eram viúvas com crianças, ou têm maridos com múltiplas esposas.

Este status na família, significa que elas estão forçadas em exercer o pequeno comércio e praticar a agricultura como fonte de rendimentos para a sua sobrevivência e da família.

Para cuidar delas próprias e dos seus filhos, estas mulheres têm que obter próteses e outra assistência. Além de que para serem aparelhadas elas precisam de ter sapatos, e pagar para a transportação e alimentação enquanto estiverem no hospital. Algumas disseram que elas próprias não podem ter vantagens da assistência oferecida porque elas são incapazes de fornecer alimentos as suas famílias durante o período de um mês de hospitalização. Frequentemente, o seu isolamento económico e social torna difícil para elas assumirem a mais pequena despesa extra.

Este mesmo isolamento, significa que algumas mulheres mutiladas não estão ligadas aos canais normais de comunicação através do qual são distribuídas as informações sobre as próteses. Elas também informaram que a sua deficiência tende a isolá-las das redes sociais existentes por intermédio das quais elas poderiam obter informação sobre serviços especiais para portadores de deficiência ou desenvolvimento de novas oportunidades, como associação de créditos revolvendo e serviços de extensão rural.

Com certeza que aquelas que já receberam as próteses disseram que elas ajudam-lhes a andar. Mas, elas também apontaram que a aquisição das próteses é só a resolução parcial de um problema mais amplo. As suas principais preocupações são económicas. Uma das mulheres entrevistadas, iniciou uma pequena micro-empresa mas esteve em desvantagem na competição com as mulheres não portadoras de deficiência. Três eram agricultoras, e outra, vendia no mercado da cidade, pequenas quantidades de produtos agrícolas por ela produzidos.

Muitas não podem contar com apoio social ou económico das suas famílias extensivas. Embora todas identificaram-se com a igreja católica ou protestante, elas indicaram que elas não estavam activamente envolvidas em nenhum grupo religioso. Muitas das mães disseram que elas não podiam enviar os seus filhos a escola porque não têm possibilidade de adquirir o material escolar. Entre as mulheres por nós entrevistadas uma tem a sexta classe e escreve e fala português, as demais eram analfabetas.

Nenhuma das entrevistadas tinha conhecimento sobre alguma associação que aglutinasse as mulheres mutiladas.

MULHERS RURAIS POBRES

Algumas das mulheres rurais vivem nas suas aldeias natal, e algumas são deslocadas e vivem em novas áreas. Para a maioria, porém, seu dia normalmente inicia com uma ou duas horas buscando água, seguido de duas ou três horas pisando os cereais. A mulher rural típica gasta todo o dia de trabalho cuidando o campo que ela cultiva com as suas crianças e seu marido, caso tenha um. Frequentemente ela cultiva uma pequena área de legumes que ela tem que trocar por cereais, sal e produtos manufacturados.

Numerário é visto raramente. Quando é o caso, é tipicamente em notas de 10,000 kwanzas o que é pouco valioso fora do centro do mercado rural.

As plantações de cereais e as aldeias limpas contradizem a realidade de mais de 35 anos de guerra altamente destrutiva e deslocações. Um grupo de mulheres, vivendo numa pacífica aldeia da UNITA, descreve como elas foram forçadas a abandonar a sua actual aldeia de 1982-1987. Muitas famílias estavam dispersas, mas muitas estão regressando.

Os dois agricultores leaders entrevistados expressaram a sua apreciação pelo programa de ajuda alimentar e sementes e instrumentos de trabalho financiados pela USAID, que permitiu-lhes regressar para casa situados nos bairros da capital da província onde se refugiaram desde 1992-1996. Quando inquiridos pelas suas prioridades, eles respondem "panelas" e roupas. Os extensionistas que acompanharam a equipa WIDTECH concordaram que as mulheres fazem uma pequena confusão em relação aos benefícios da pesquisa agrícola e programas de extensão. Esta confusão surge porque os agentes extensionistas frequentemente chegam na mesma viatura dos que acompanham a distribuição alimentar.

As deslocações em tempo de guerra parece ter incrementado o número de mulheres rurais que compreendem português elementar. Ainda que poucas possam ler e escrever, mesmo nas mais isoladas aldeias, encontramos muitas mulheres que concluíram a escola primária e que sabem ler e escrever.

Todas as aldeias das áreas da UNITA que entrevistamos têm a representante da LIMA, bem assim como uma rede muito activa de grupos de mulheres das igrejas católica e protestante próximo de cada vila.

MULHERES NOS CAMPOS DE TRÂNSITO

Nem todos os deslocados que procuraram refúgio nos centros urbanos durante a guerra de 1992-93 regressaram para casa. Por uma razão ou outra- em muitos casos a mudança no controle político na área urbana da sua proveniência, crêem que não é seguro regressar. Entretanto, a USAID assistiu estes deslocados a identificar campos de trânsito onde foram recolocados temporariamente. Várias mulheres nestes campos são de centros urbanos e peri-urbanos, palco dos maiores combates em 1993. Algumas declararam a sua intenção de regressar a casa, mas ainda estão aguardando pelo regresso efectivo da paz e segurança.

A equipa ficou surpreendida por ter encontrado entre os habitantes do campo de trânsito um número significativo de ex-trabalhadores do Estado - professores escolares, enfermeiros e administrativos dos serviços civis. Alguns estão lá há mais de um ano; outros são recém-chegados que se juntaram recentemente a família que já se encontrava no campo, desde o seu estabelecimento. As entrevistas sugerem que os números oficiais actualmente recolhidos e analisados pelas OPV's podem mascarar a alta percentagem de deslocados adultos que são mulheres ou mulheres chefes de agregados familiares.15 Muitas submeteram-se a várias deslocações e perderam muitos membros das suas famílias, incluindo esposos e crianças.

Nos e a volta dos campos, muitas construíram suas casas de adobe. Algumas começaram a praticar a agricultura nas áreas a volta do campo com as sementes e instrumentos de trabalho recebidos. Devido a demora na recepção das sementes, poucos tiveram uma colheita com sucesso no primeiro ano, por isso a única fonte de rendimentos é a venda de lenha.

MULHERES NOS CAMPOS DE DESMOBILIZADOS “Áreas de aquartelamento”

Embora alguma das mulheres nos campos de desmobilizados terem sido soldados combatentes, a maior parte seguiu e acompanhou as forças armadas.

As mulheres que entrevistamos descreveram a vida das cidades móveis adjacentes as áreas das tropas que incluem escola elementar para as crianças e centros de parteiras para as esposas dos soldados.

As mulheres que vivem nas 15 áreas de aquartelamento que foram criadas como acampamentos até a completa desmobilização das tropas da UNITA vieram para estas áreas com os seus maridos. Das entrevistadas, todas salvo uma foi forçada a deixar a sua casa na aldeia natal quando ela era criança para “seguir a tropa”, primeiro com os seus pais e depois com o esposo que encontrou na guerra. Todas as mulheres que entrevistamos expressaram o alto nível de incerteza sobre onde vão viver depois da guerra. Muitas indicaram que elas esperam regressar para as aldeias dos maridos - onde elas nunca estiveram - para viver com os parentes do marido, seus desconhecidos.

Um número significativo recebem conhecimentos básicos sobre escrita e leitura nas escolas militares da UNITA ou das escolas do mato da UNITA.

Todas salvo duas (uma que ficava em casa e cultivava, outra pescava)” andavam com o homem”. Sete assumiram responsabilidades de tempo de guerra como parteira, professora primária, três carregavam armas e alimentos e cultivavam, uma transportava armas para a frente de combate, outra era responsável pela organização da transportação dos fornecimentos das aldeias da UNITA para as aldeias.

Elas são realistas quanto ao seu futuro. Em resposta as questões sobre os seus planos após a desmobilização total, elas disseram: “Acomodar-nos e começar de novo a produzir” Elas têm poucas ilusões sobre o que elas encontrarão. Várias indicaram que não estão seguras se encontrarão uma aldeia.

Nenhuma das nove mulheres entrevistadas pode contar com apoio sustentado do seu marido. Todas as nove mulheres pertencem a agregados polígamos: seis dos maridos possuem duas esposas vivendo com ele no campo; um tem três mulheres e outro tinha quatro. Algumas rivais reclamavam pelo facto de terem de partilhar a sua ração com as esposas mais jovens.

O marido soldado das mulheres na área de desmobilização tipicamente encara duas opções: 40 por cento serão integrados nas novas forças armadas as Forças Armadas de Angola (FAA), outros serão civis. Uma mulher foi a ilustração das, cujos maridos serão enquadrados para as FAA. Ela disse que ela ainda não sabia para onde o seu marido fora colocado. Embora ela quisesse juntar-se a ele é improvável que ele possa contar juntar-se a ela num futuro próximo. Actualmente não existem áreas para a família e muitos soldados foram colocados em zonas onde as suas ex- esposas da UNITA poderão não ser bem-vindas. É provável que várias esposas dos homens que ingressarão as FAA, regressarão como mulheres solteiras chefes de família para a área do marido ou para a área da sua família.

Todas aquelas cujos maridos são candidatos para a desmobilização também encaram um futuro incerto. Muitas das segundas ou terceiras esposas actualmente vivendo nos campos (há várias outras esposas noutros sítios pelo país) são novas companhias que os soldados encontraram precisamente no processo de aquartelamento. Algumas das primeiras esposas que entrevistamos indicaram que elas podem regressar para a casa se os seus maridos escolherem viver com a nova esposa próximo da área de aquartelamento. Isto é especialmente verdade na área de aquartelamento da Caculama próximo de Malange que possui mercados activos bem assim como um forte potencial económico ou está localizado perto de minas de diamantes ou de rotas de comércio.

MÃES (OU OUTROS PARENTES DO SEXO FEMININO) DOS SOLDADOS MENORES

O Fundo Cristão para a Criança (CCF) esteve trabalhando para identificar os pais ou parentes de crianças separadas de suas famílias. Uma vez encontrado o membro da família, o catequista através da CCF e em coordenação com a Organização Internacional das Migrações, orienta o regresso do soldado menor para a aldeia. Os menores chegam com um dinheiro inicial para o assentamento, bem assim como um stock de alimentos básicos e um kit de sementes e instrumentos de trabalho.

Contrariamente as expectativas, muitos dos soldados menores regressaram com esposas, e no caso dos desmobilizados menores próximo de Malanje, com alguns membros da família extensiva da mulher. As entrevistas com os catequistas e as mães destes soldados indicam que o real problema da inserção social surge algum tempo após a sua chegada.

Uma vez terminada a verba para o reassentamento, são usualmente as mães que têm que carregar o peso adicional do menor desmobilizado. Enquanto alguns soldados trabalham com os seus pais ou tios no campo, muitos dos soldados regressados não aceitam trabalhar. Muitos regressam sem os documentos oficiais, Bilhete de Identidade, e Certidão Narrativa de Nascimento. Para além disso gastam o seu primeiro pagamento na totalidade, e com frequência falta-lhes fundos que seriam necessários para a aquisição dos documentos oficiais.¹⁷

Por último, muitas mães que entrevistamos disseram que a realização dos rituais de purificação era absolutamente necessário para que os soldados esqueçam as más memórias e reintegrem a comunidade. Mas, frequentemente falta-lhes os fundos necessários para realizar as cerimónias de purificação. Normalmente são as mulheres velhas, tias ou avós que "patrocinam" a reintegração das crianças traumatizadas e soldados menores, apoiando estes rapazes e jovens homens, suas esposas, e outros dependentes, até que recebam o seu segundo pagamento.

DADOS E ESTUDOS SOBRE A MULHER ANGOLANA.

Um número crescente de estudos documenta a situação crítica das mulheres angolanas (Anexo 2; também Cohen dos Santos, e Declich, 1997). Até ao momento a maioria destes estudos assentam nas mesmas base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Programa Alimentar Mundial (PAM), e da UCAH. Estes dados poderão ser úteis para esboçar uma imagem do movimento da população e a grande diferença regional do impacto demográfico da guerra, mas existem várias razões porque estes dados, e em muitos casos os estudos que neles se baseiam, poderão não ser de grande utilidade para a o planeamento de projectos da USAID.

Poucos dos principais estudos desagregam os principais dados gráficos por género. Declich nota que apesar de uma acumulação de dados, existem relativamente poucas análises que ajudam os planificadores a entender as necessidades especiais, preocupações e os constrangimentos das mulheres.

Segundo, vários estudos que analisam as necessidades das mulheres estão debilitados pelo uso de dados e técnicas analíticas cujo enfoque são os agregados familiares chefiados por homens. Por exemplo, a resposta dos homens as questões sobre o número de dependentes nos agregados familiares, e que nem sempre vivem na mesma área geográfica, frequentemente tem-se reflectido na "estrutura real dos agregados familiares em Angola" (Declich, 1997). Declich aponta que outro problema fundamental é que a maior parte dos estudos utiliza os agregados familiares como a unidade base da análise, mas trata os agregados familiares com dependentes como um "grupo vulnerável", e não como a norma. 18

Uma terceira base para as distorções é a probabilidade de que os processos de pesquisa estatística a nível macro não estão captando informações sobre um largo segmento da população. A menos que existam boas razões para agirem assim - tal como tornarem-se elegíveis para a distribuição de bens alimentares de emergência - pessoas deslocadas tipicamente nunca são registadas por nenhuma autoridade nacional ou estrangeira (Sogge, 1992). É especialmente verdade em Angola, onde o censo para o inquérito foi utilizado para determinar as quotas regionais por recrutas militares bem como para alocação de alimentos, água, trabalho e alojamento.

Por todas estas razões, os planificadores associados aos projectos da USAID deverão ser cautelosos na utilização de dados estatísticos a nível provincial ou nacional para o processo de planeamento dos projectos. É imperativo que mais atenção seja dedicada sobre o tipo de dados necessários para o planeamento, acompanhamento e avaliação, e como estes dados deverão ser recolhidos.

Existem três caminhos expeditos e efectivos para a recolha da informação necessária:

- 1. Recolha de informação participativa a nível local.** Para informar sobre a concepção dos seus projectos e assegurar a total participação, os planificadores dos projectos necessitam de muitos dados significativos. É também importante, entretanto, que os beneficiários tanto homens como mulheres, bem assim como os leaders no domínio estatal, militar e "tradicional", nas áreas onde eles trabalham, entendam os objectivos da pesquisa e tenham algo a dizer na concepção da mesma. Em complemento, os projectos não devem desviar-se dos tópicos controversos, tal como os rendimentos, o emprego no sector não - agrícola, ou padrões projectados para o assentamento, mas tem que conduzir a pesquisa de forma que não ponha em risco a segurança dos inquiridos nas suas comunidades.

Declich propõe uma metodologia de baixo-custo, de duas etapas, que oferece "uma solução temporária para a falta dos dados e estatísticas sobre o género".¹⁸ Ela recomenda o uso de grupos focais identificados por leaders para identificar questões-chave e desenvolver inquéritos para pesquisas mais amplas. Declich sugere que um modelo similar de pesquisa participativa poderá ser usado para melhorar toda a qualidade dos dados para o planeamento, tendo em conta a mulher.

Declich testou esta metodologia nas famílias dos soldados desmobilizados em duas áreas de aquartelamento - Londuibale e N'gove. Um dos resultados desta metodologia participativa, que incluiu altos níveis de inputs dos líderes dentro da concepção dos instrumentos de pesquisa e apresentação dos resultados da pesquisa, foi fornecer informações relevantes para as políticas sobre questões do género que possam ser obtidas nas pesquisas de campo.

Por exemplo, contrariamente às expectativas dos doadores, a pesquisa de Declich revelou que cerca de um terço das mulheres nos dois locais não esperavam acompanhar os seus maridos uma vez que eles deixassem a área de aquartelamento (19% em Londuibale e 47% no N'gove).

A mesma pesquisa demonstrou que as mulheres que seguiram as tropas e combateram possuíam habilidades empresariais e organizacionais que poderá ser usado para o arranque rápido de empresas, e que muitas delas sofrem de bem-fundamentado medo de perseguição "porque elas podem tornar-se num alvo fácil para a vingança, especialmente quando deixadas atrás pelo marido / pai"

2. "Genderizing" a análise dos dados existentes nas iniciativas financiadas pela USAID. Uma simples, embora parcial solução para a actual carência de dados para o planeamento sensíveis ao género seriam a desagregação de alguns dados existentes, pelos administradores dos projectos. A equipa WIDTECH ficou impressionada com a velocidade com a qual um número de projectos financiados pela USAID esteve capaz de desagregar por género as listas dos clientes existentes e números sobre o emprego para a extensão agrícola, sensibilização sobre o perigo das minas, e programas das áreas de trânsito. Em muitos casos eles parecem ser capazes de "reanalisar" dados da área provincial com uma máquina de calcular em poucas horas.

Declich relata a mesma experiência com a OIM. Embora o relatório inicial que o INE preparou sobre deslocados vivendo em sete campos provinciais (INE 1996b) tenha demonstrado que em média cerca de um terço eram agregados familiares chefiados por mulheres, não houve tentativa de descrever as características socio-económicas destes agregados. Correspondendo ao pedido de Hansen e Declich, a OIM desagregou os dados por sexo dos chefes de família. Declich relata que "esta nova organização de dados possibilita uma análise mais profunda de alguns indicadores como os números dos dependentes, ocupação, e províncias de destino dos agregados familiares chefiados por mulheres dos deslocados nestes campos" (1997).

3. Modificar os procedimentos dos doadores para os relatórios e solicitações. A reanálise tem as suas limitações, porque o facto de não se colocar a questão correcta, tem como consequência a inexistência de alguns dados. Frequentemente as mulheres ou não foram sujeito do inquérito ou das entrevistas. Para instituir os primeiros dois passos em direcção a recolha de dados básicos e importantes sobre o género, é importante que a informação requerida esteja ligada às mudanças nos procedimentos de monitoria da USAID e outros doadores. Declich propôs (Declich 1997:4):

Atra(indo) organizações internacionais, agências implementadoras bem assim como ONG's... a produzir.....informações sensíveis ao género e dados demográficos.....(fazendo disto uma exigência que as)..... organizações implementadoras têm que realizar enquanto concebem e implementam as suas acções.

Se ao pessoal da USAID é pedido a recolha de informação básica, e se eles estão trabalhando em comunidades circunvizinhas (aldeias, locais de desmobilização, etc.), então eles têm a capacidade de recolha da informação exigida. Neste caso, como os dados são necessários para a concepção do projecto, não é necessário encorajar, financiar ou solicitar estudos grandes e caros. Uma amostra de um tipo simples de inquérito que poderá ser usado consta no Anexo 5.

CAPÍTULO 3

MULHERES NOS PROGRAMAS DE REASSENTAMENTO, REABILITAÇÃO E AGRICULTURA

Embora inicialmente ao grupo WIDTECH tenha sido solicitado a revisão da nova carteira de projectos sobre Democracia e Governação da USAID em Angola, o grupo WIDTECH procedeu a análise dos programas de reassentamento e reabilitação. A USAID solicitou ao grupo para identificar as barreiras da participação da Mulher nas várias categorias de assistência: ajuda alimentar de emergência, programas sobre a sensibilização sobre o perigo de minas, investigação e extensão agrícola, reabilitação de infra-estruturas, assistência as esposas dos soldados desmobilizados e aos soldados menores, assistência com próteses e assistência as crianças traumatizadas e reencontro familiar. A USAID também procura oportunidades para aumentar a participação da mulher e o impacto dos seus programas nas mulheres.

ASSISTÊNCIA ALIMENTAR DE EMERGÊNCIA

Angola está na fase inicial de uma nova etapa, onde as necessidades humanitárias serão significativamente diferentes das do passado, tanto para o povo que necessita a assistência como a forma de assisti-los.¹ Neste período de transição, a ajuda será para o apoio as migrações em massa que se espera que se seguira com a paz, por exemplo, entre as áreas anteriormente controlada pela UNITA e áreas do Governo, e dos países vizinhos. É provável que alguma desta ajuda, seja direccionada para programas de alimentos pelo trabalho para assistir a reabilitação de infra-estruturas. Embora as mulheres fossem as principais beneficiárias na primeira geração dos programas de assistência alimentar de grande escala, devido a obrigação no cumprimento rigoroso dos manuais da USAID sobre os objectivos a atingir,² elas não estavam activamente envolvidas no diagnóstico das necessidades, concepção ou implementação destes programas. Nem havia muitas mulheres contratadas para acompanhar a distribuição alimentar ou como administradoras.³ Um recente diagnóstico sobre o género nos projectos do Programa Alimentar Mundial (PAM) detectou similares níveis baixos de participação de emprego da mulher “no seu pessoal ... e grupos de distribuição” (PAM, 1995; 1996).

O PAM distribui três terços de ajuda humanitária em Angola. A sua experiência, e de outros programas regionais de ONG's como a CARE e a World Vision, demonstram que envolvendo pessoas da comunidade, como pessoas de contacto da aldeia, acompanhantes da distribuição alimentar e administradoras, pode aumentar a velocidade e eficiência da distribuição da ajuda alimentar (PAM, 1995; 1996). Estas mesmas experiências, demonstram que um envolvimento mais activo da mulher no diagnóstico das necessidades e na fase de distribuição da assistência humanitária, pode aumentar a eficácia dos esforços do grupo alvo vulnerável tal como pessoas deslocadas internas e agregados familiares chefiados por mulheres.⁴

Na fase inicial da nova etapa de assistência humanitária, a USAID deve assegurar que as lições relacionadas com o género insertos no Plano de Acção sobre o género do PAM e o programa regional da Save the Children /USA, CRS, World Vision, CARE, e outras OPV's americanas que trabalham na distribuição alimentar de emergência, sejam partilhadas com o pessoal das OPV's trabalhando com programas financiados pela USAID em Angola.

A USAID deve exigir que as OPV's aumentem a participação da mulher como empregadas de forma a conceber melhores métodos de alcance das mulheres como grupo-alvo e beneficiarem da formação de capacidade inerente ao trabalho com OPV's.

PROMOVENDO A SENSIBILIZAÇÃO SOBRE AS MINAS TERRESTRES

Embora a guerra tenha terminado, existem minas terrestres espalhadas por quase toda Angola. Isto é uma ameaça contínua para todos os angolanos, mas é particularmente real para mulheres que necessitam de trabalhar nos campos e para as crianças que correm livremente pelos espaços abertos. Não será possível remover esta terrível ameaça por completo. Embora existem alguns registos sobre a sua localização, elas são difíceis de ser encontradas.

Por isso é importante que os angolanos aprendam tanto quanto possível sobre como evitar as zonas provavelmente minadas. Embora os doadores estrangeiros estejam financiando esforços para a remoção das minas, existem também sérios esforços para a educação por intermédio de “Programa de sensibilização sobre os perigos de minas”. Para ser efectivo, este programa tem que alcançar todas as pessoas ameaçadas por minas, independentemente da idade e sexo. Por causa da urgência, das consequências resultante pelo não alcance das pessoas ameaçadas, e o reconhecimento de que o sucesso do programa depende da total participação, estes programas desenvolveram uma das melhores peritagens em Angola sobre, como alcançar mulheres enquanto beneficiárias, embora haja ainda algumas preocupações, relativamente a participação da mulher em documentos escritos, na concepção de programas, na execução e gestão dos programas.

Os programas de sensibilização sobre o perigo de minas são bons por duas razões. Primeiro, o programa foi alcançando com sucesso tendo mulheres como clientes.⁵ Segundo, os programas reduziram efectivamente o número de acidentes afectando mulheres e crianças.⁶

Não obstante o sucesso em ter mulheres como clientes, a primeira geração dos programas financiados pela USAID empregaram relativamente poucas mulheres como instrutoras para a sensibilização sobre as minas e coordenadoras. O bem sucedido programa da World Vision em Malange emprega 17 instrutores treinados sobre a sensibilização sobre o perigo de minas que são responsáveis pela instrução dos actuais contactos das aldeias, mas somente uma é mulher. Todos os seis supervisores municipais são homens, tal como o são, ambos coordenadores.

Uma vez que muitos dos mais antigos programas são modelos de formação efectiva de agentes expansionistas e pessoas de contacto a nível das aldeias, poderiam ser utilizados para a disseminação de informação sobre os recursos, a educação cívica e os processos democráticos para as mulheres na área rural. Um aspecto importante é a forma como alguns dos programas de sensibilização sobre o perigo de minas usaram com sucesso duas a quatro semanas de formação para indivíduos com educação primária, mas com poucos conhecimentos prévios no uso de uma variedade de técnicas inovativas de formação. Estas técnicas incluem o uso do teatro, marionetes, treino de pequenos grupos participativos e sessões de discussão.⁷

A disseminação mais efectiva das lições apreendidas destes projectos de emergência bem sucedidos, passa pelo recrutamento e formação de mulheres empregadas durante as fases posteriores. Embora não se tenha visitado nenhum dos programas de sensibilização sobre o perigo de minas que esteja a ser desenvolvido pela CRS em Benguela/ Região do Lobito, estes projectos foram citados como um exemplo, de como formar e equipar mulheres, muitas das quais sobreviventes de acidentes de minas, como instrutoras na sensibilização sobre o perigos de minas e tem "melhorado a sua condição na comunidade e ganho respeito dos homens que supervisionam" (Comissão da mulher para os refugiados mulheres e crianças, 1996).

Alguns programas de sensibilização sobre o perigo de minas, como o da Africare, ainda estão na fase de planificação, enquanto que outros, como o da World Vision em Malange, reduzirá ou continuará. As OPV's envolvidas nestes programas devem desenvolver planos de contratação e recrutamento de mulheres para assegurar a sua maior participação. Para aumentar o número de mulheres solicitando emprego, as OPV's que implementam programas de sensibilização sobre o perigo de minas precisam de desenvolver estratégias e acções claras para a divulgação das oportunidades de emprego para as mulheres, em escolas e grupos de igrejas.

A CARE deve assegurar que o pessoal associado aos novos programas de sensibilização sobre minas visite programas já estabelecidos para estarem mais conscientes das lições apreendidas para alcançar, mulheres clientes e recrutar mulheres instrutoras e administradoras em particular.⁸ Num dos mais novos programas de sensibilização sobre o perigo das minas, um dos dois instrutores era mulher. Contudo, nenhum dos doze estudantes actuais para instrutores não pagos a nível da aldeia era mulher. Porque este programa particular de sensibilização sobre o perigo de minas, esta iniciando, ele poderá beneficiar do contacto com programas com maior experiência, tal como o que é implementado pela World Vision.

O projecto de sensibilização sobre o perigo de minas é significativo como um modelo de práticas recomendáveis, não só para a sensibilização sobre as minas, mas como método para transmitir informações para os grupos marginalizados ou populações de difícil alcance. Por causa da urgência em se alcançar as mulheres e crianças que vivem e trabalham em áreas remotas e que tipicamente recebem pouca informação, estes projectos desenvolveram meios efectivos e criativos para a formação e comunicação. Seus métodos, incluindo formação baseada na aldeia, teatro, e marionetes, provaram serem efectivos na transmissão de informações para as mulheres e crianças e envolvendo-as como clientes. Tal como um novo programa de extensão agrícola, o novo projecto sobre democracia e governação procura formas de comunicar com a população em geral. O pessoal das OPV's que implementam estes projectos deverão visitar alguns dos projectos de sensibilização sobre o perigo de minas já bem estabelecidos e bem sucedidos.⁹

PESQUISA E EXTENSÃO AGRÍCOLA

Actualmente a USAID encontra-se numa fase de mudança de assistência humanitária para a assistência ao desenvolvimento sustentável, enfatizando a auto-suficiência alimentar. Estas iniciativas agrícolas enquadradas na nova geração de programas de extensão agrícola, baseiam-se nos anteriores e bem sucedidos programas de distribuição de sementes e instrumentos de trabalho na fase de emergência. O primeiro objectivo deste programa é a ajuda aos camponeses no domínio de técnicas novas, com alta produtividade e reabastecimento do seu stock em sementes melhor adaptadas, testando novas variedades que já tenham dado provas de sucesso em Angola e em países vizinhos.¹⁰

Obviamente, estes programas exigem vários tipos de competências e de papeis. Na fase de pesquisa e de testes, devem existir camponeses líderes ou camponeses para os testes experimentais das novas sementes e determinar a sua viabilidade no solo, clima e cultura de Angola. Uma vez identificadas as variedades agrícolas, os agentes extensionistas distribuem as sementes e os instrumentos de trabalho, e ensinam os camponeses angolanos a cultivar as novas espécies. Pessoal técnico e de gestão é necessário para as OPV's responsáveis pelo programa.

As mulheres são as participantes mais importantes nestes programas, porque elas constituem a maioria da classe camponesas em Angola. Enquanto os homens estiveram combatendo, as mulheres produziam alimentos. As mulheres camponesas conhecem a terra, preparam os alimentos, e são as responsáveis na alimentação das suas famílias. Consequentemente, se os angolanos pretendem desenvolver programas de auto-suficiência alimentar, as mulheres devem ser envolvidas na decisão sobre os produtos a cultivar, avaliação das sementes e dos instrumentos de trabalho, aprendizagem dos novos métodos, e distribuição da alimentação através dos mercados.

A participação da mulheres é inadequada nos programas da USAID por duas razões: Embora alguns dos programas expressem um interesse em recrutar mulheres, actualmente muito pouco do pessoal técnico sénior, agentes extensionistas, camponeses de contacto, ou agricultores testadores de sementes são mulheres. Muito poucos dos sobas das aldeias e extensionistas estão sensibilizados para o porquê ou como poderão alcançar melhor as mulheres camponesas/agricultoras. Após décadas de guerra, poucos homens e mulheres camponesas fora do sector comercial

entendem o benefício resultante da participação no programa de extensão agrícola.¹¹ Finalmente, com uma percentagem tão pequena de mulheres escolhidas como camponesas líderes para testar as novas variedades de sementes, está demonstrado que os novos programas de pesquisa e extensão não está direccionado de forma adequada para os objectivos e necessidades das mulheres. A presente pesquisa sugere que não obstante o sucesso demonstrado em algumas iniciativas de emergência de agricultura da USAID para ajudar os agricultores a reestabelecerem-se, existe um grande risco de que algumas das iniciativas de transição de acompanhamento poderão advogar modelos inapropriados de extensão agrícola.

- **Diferença nos objectivos e necessidades das mulheres camponesas mas número insuficiente de Mulheres Camponesas Líderes e Camponesas para os testes.** Em cada um dos dois casos em que foi perguntado aos homens e mulheres para priorizarem as suas necessidades visando aumentar a produção agrícola, os homens e mulheres estabeleceram prioridades diferentes. A mesma entrevista demonstra que as categorias (ciclos, qualidade das folhas e ou das hastes, resistência a doenças, processamento, armazenagem) que as mulheres consideraram nas suas prioridades eram totalmente diferentes das consideradas pelos homens. Em dois grupos entrevistados, no Kwanza-sul e em Malange, as mulheres consideram o feijão como a sua primeira prioridade enquanto os homens consideravam o milho. Mulheres frequentemente olham não somente para o feijão como tal, mas também como a variedade cujas folhas são utilizadas para a cozinha como fonte de vitaminas diárias, bem assim como o seu valor comercial nos mercados para rendimentos em cash. Estas respostas sugerem que é necessário que os projectos da USAID desenvolvam melhores sistemas para identificar e responder aos diferentes padrões da participação feminina. Os dados existentes indicam que as mulheres angolanas têm conhecimentos extensivos da complexidade da área, bem como estão adaptadas as terras secas e aos sistemas agrícolas de irrigação.

Esforços de curto-prazo para a recuperação da auto-suficiência alimentar do país deverão expandir-se para além do sistema actual que permite empregar somente um pequeno número de mulheres como extensionistas camponesas líderes e para os testes do programa sementes da liberdade. Um sistema que não inclua estas mulheres, corre o risco de chegar a conclusões inapropriadas e desenvolver modelos não efectivos de extensão e de variedades de sementes uma vez que as necessidades especiais das mulheres rurais, (de preferência de espécies específicas e com boas qualidades) não são tidas em conta de forma adequada. Para assegurar que a competência das mulheres, os constrangimentos, e os objectivos sejam considerados na concepção dos programas de extensão e pesquisa, a USAID deve mandar que 50 por cento das posições dos camponeses líderes e os camponeses para os testes do programa sementes da Liberdade sejam mulheres.

- **Um limitado número de mulheres que são actualmente empregadas ou agentes de extensão.** Embora a importância da mulher na produção rural agrícola, tanto como produtora independente e como membro da unidade de produção do agregado, as mulheres são uma minoria tanto na extensão como nos postos de supervisão nos projectos já bem estabelecidos. Um dos primeiros programas de extensão agrícola financiados pela USAID numa das suas melhores estabelecidas bases emprega 30 agentes extensionistas, dos quais somente 4 são mulheres, e 5 técnicos /supervisores, 4 dos quais são homens. Este baixo nível do emprego feminino ocorre não obstante um esforço deliberado por parte das OPV's em recrutar e empregar mulheres.

A USAID deve mandar que 50 por cento das posições administrativas e do pessoal relacionado com a pesquisa agrícola e programas de extensão sejam mulheres.

- **Um número limitado de mulheres que concorrem para posições dos programas de extensão.** As OPV's financiadas pela USAID em Angola expressaram o seu interesse em empregar mulheres, mas existe confusão e incerteza sobre as causas do insucesso no seu recrutamento. Uma das explicações apresentadas nas entrevistas centra-se nas práticas actuais de trabalho, que obriga os agentes de extensão a viajarem fora da base central, o que dificulta a participação das mulheres que usualmente têm que conciliar os seus compromissos de trabalho com os compromissos de assistência às crianças. Das entrevistas realizadas, concluiu-se que a efectividade de agentes extensionistas homens não pertencentes a comunidade também decresceu. Outra das razões apontadas reside no facto de que muitas das mulheres que seriam elegíveis para este posto não têm informação sobre a existência de vagas. Mesmo mulheres com acesso as redes de ONG's onde poderiam obter informação, frequentemente não estão informadas sobre as condições de trabalho e ou as dificuldades físicas do trabalho são exageradas.

Algumas das mulheres melhor instruídas das aldeias e zonas peri-urbanas que entrevistamos pareciam ter aproximadamente o mesmo perfil educacional que os agentes contratados. Muitas destas mulheres manifestaram o seu interesse em concorrer para posições pagas como agentes extensionistas ou monitoras dos testes das sementes, desde que pudessem servir nas comunidades onde elas vivem.

Antes da campanha do recrutamento do pessoal começar para vários programas de pesquisa e extensão agrícola é essencial que as OPV's determinem as razões porque as mulheres não concorreram ou não foram seleccionadas para as vagas da extensão, nos programas em curso e já bem estabelecidos.

Os projectos financiados pela USAID deverão ser considerados como novos modelos nos quais as mulheres extensionistas podem ser contratadas para servir a comunidade onde vivem. Este modelo, tornaria mais fácil as mulheres ocuparem estas posições. As OPV's associadas a estes projectos deverão solicitar informações sobre modelos promissores para recrutar e colocar mulheres extensionistas que tenham trabalhado em outros países africanos.

Os projectos, deverão também desenvolver novos mecanismos para identificar mulheres candidatas promissoras, publicando as exigências para o posto e as condições de emprego através das redes não tradicionais tal como escolas e grupos de mulheres religiosas e extensionistas.¹² Esta mesma campanha de publicidade, poderá incluir apresentações

públicas de mulheres extensionistas ou técnicas como “modelos a seguir”. Os projectos poderão criar oportunidades de emprego como extensionistas de curto prazo, funcionando desta forma como um método social aceitável para seleccionar candidatos promissores com experiência que de outra forma não poderiam satisfazer os standards mínimos de educação ou exames escritos.

- **Número limitado de mulheres em postos técnicos seniores e administrativos.** A sustentabilidade a longo prazo dos investimentos projectados e em carteira, da USAID, na extensão e pesquisa agrícola esta ameaçada pelo baixo número de mulheres servindo em postos sénior e técnicos. As que concorrem, são geralmente eliminadas devido ao seu baixo nível académico.¹³

Se os padrões actuais continuam:

- Poucas mulheres das províncias circundantes concorrerão para estes postos, mesmo se forem encorajadas a fazê-lo, porque não têm a alta formação académica exigida.
- Mulheres provincianas com o nível secundário necessário e elegíveis para a formação em agricultura de alto nível, serão provavelmente incapazes de continuar a sua formação devido a estrangimentos financeiros.
- Os administradores das OPV's estarão tentados a preencher as quotas mandatadas através da contratação de mulheres angolanas “qualificadas” com a exigida formação académica, mas provenientes de Luanda. Estas mulheres, frequentemente não falam a língua local ou não conhecem a região. Este padrão de recrutamento a longa distancia frequentemente requer que a mulher deixe parte ou todos os seus parentes, resultando em frequentes ausências do trabalho e pouco compromisso de longo-prazo assim que termine o projecto.

Nem a USAID nem as OPV's apoiarão sistemas que trarão pessoal não qualificado. Porém, existem varias razões, que nos levam a acreditar que os critérios de emprego não são necessariamente efectivos:

- Este trabalho está relacionado com a agricultura, onde os mulheres angolanas têm uma extensiva e real experiência de vida.
- Qualificações técnicas e académicas nem sempre são necessárias para o emprego.
- Muitos homens em Angola também não têm experiência necessária para desempenhar estas actividades.
- Algumas mulheres poderão ter alguma desta base educacional ou experiência sem os certificados requeridos ou a documentação de suporte.¹⁴
- Após vários anos de guerra, seguido da exclusão colonial de vários angolanos, Angola encara um deficit educacional considerável. Muitas pessoas terão que aprender no local de trabalho ou em sessões de formação em paralelo com o seu emprego.
- Os programas correm o risco de serem menos efectivos e obterem menos sucesso por falta da perspectiva das mulheres na implementação.

As OPV têm que examinar seus critérios de contratação e identificar exactamente que habilidades e preparação académica são necessárias para um emprego concreto. Isto deve constituir também um esforço deliberado para conceber novas estratégias para publicitar as oportunidades de emprego, para as mulheres na agricultura.

Além disso, desde que a USAID esteja comprometida a terminar a sua assistência em cinco anos, muitos expatriados com competências técnicas provavelmente deixarão. Mas, existe uma falta relativa de trabalhadores de agricultura com competências técnicas. Por isso, existe uma urgente necessidade de formar os angolanos em áreas-chave que provavelmente serão relevantes em estádios mais avançados deste programa, como economia agrária, ciência animal, sociologia rural, educação, extensão e medicina veterinária. Estes treinandos poderão ser mulheres.

As OPV's poderão alcançar dois objectivos de uma só vez: envolvendo mulheres em programas agrícolas, e desenvolvendo um grupo de especialistas em agricultura.

As OPV's deverão contratar mulheres para empregos que elas possam desempenhar e “formá-las” para outras posições. Por exemplo, os projectos financiados pela USAID poderão oferecer empregos de curto-prazo para mulheres locais com talento, possuidoras de grau universitário numa área relacionada com os projectos da USAID ou a quem inicie um emprego ou um programa científico de agricultura que tenha sido interrompido com a guerra, e combinar este emprego com oportunidades para uma formação on job, workshops, e educação a distância (através da Universidade de Dar-es-Salam, a Universidade do Zimbabuê, ou UNISA, caso os conhecimentos de língua o permitam).

- **Informação limitada sobre a participação em organizações da mulher através das quais poderão sensibilizar autoridades e pessoal de extensão e orientar a política.** A concepção de programas mais efectivos de extensão e pesquisa agrícola apoiadas pela USAID para atingir programas das mulheres camponesas requer melhores dados para o planeamento sobre as mulheres, vivendo nestas comunidades. Do pessoal de extensão da região ou da aldeia entrevistado, ninguém possuía dados fiáveis sobre o número de mulheres chefes de família, grupos activos de mulheres,

ou mulheres que entendiam, falavam ou escreviam português. Da mesma forma encontrou-se muito poucas análises escritas sobre o papel do género no sistema agrícola em particular (a excepção foi Lazary, 1996).

Os programas agrícolas financiados pela USAID, necessitam de organizar os seus agentes de extensão para trabalharem por intermédio das autoridades locais na recolha de material simples, dados básicos sobre os números, as condições sócio-económicas e sistema agrícola dos agregados familiares chefiados por mulheres e mulheres deficientes nas comunidades onde intervêm. Eles deveriam recolher dados sobre os níveis de alfabetização em português e a competência em termos de línguas, bem assim como informações sobre as estruturas e o funcionamento dos maiores grupos de mulher, para identificar o mecanismo mais efectivo para alcançar as mulheres camponesas. Sempre que possível, esta informação deverá ser recolhida pelo agente de extensão e não por um investigador independente, contratado para este propósito.

REABILITAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA, SAÚDE E INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS (ATRAVÉS DO MÉTODO COMIDA PELO TRABALHO)

Através da implementação de um número de projectos de reabilitação dos sistemas básicos de água, transportação, saúde, e infraestruturas da educação, a USAID contribui para o desenvolvimento rural de Angola. Esses projectos, reduzem o tempo de trabalho da mulher e proporcionam o acesso a ajuda alimentar até que o sistema agrícola esteja completamente restabelecido. Algumas destas actividades são apoiadas com o método alimento pelo trabalho; e outras não.

As entrevistas do grupo WIDTECH com os clientes e administradores dos projectos sugerem que com poucas notáveis excepções, 15 a primeira geração de projectos de reabilitação de infraestruturas financiadas pela USAID, foram implementados numa fase de emergência com muito pouco input das mulheres, tanto na fase inicial de identificação das necessidades, como na fase de planeamento. Um dos resultados foi a redução da sustentabilidade a longo prazo de algumas destas intervenções-especialmente furos e latrinas, consubstanciada na redução do compromisso das mulheres para a manutenção e regulamentação da utilização dos bens. Resultados similares foram observados em várias iniciativas do PAM, o que explica as recentes recomendações segundo as quais, doravante 60 por cento dos seus participantes nos programas de Alimento pelo Trabalho deverão ser mulheres (PAM.1996).

Tantos os administradores como os clientes, enfatizaram que um factor chave que influencia o interesse da mulher nestes projectos, reside no facto delas reconhecerem o impacto positivo dos projectos nas suas vidas. Se as mulheres não entenderem, por exemplo, a relação entre água suja e as doenças, elas demonstraram logicamente pouca motivação na participação da construção ou manutenção de uma infraestrutura sanitária ou de água. Por esta razão, os administradores das OPV's com quem a equipa se encontrou enfatizaram a necessidade importante de formação em Saúde Pública para as mulheres precedendo qualquer tipo de projecto de reabilitação. Infelizmente, muitos doadores vêem a formação em sanidade como um luxo. Em contraste, a maior parte dos administradores e chefes das aldeias disseram que este tipo de formação é uma absoluta necessidade para aliciar a participação feminina sustentável, garantindo sustentabilidade a longo prazo.

A grande vontade das mulheres vivendo em dois campos de trânsito apoiados pela CARE fora do Kuito, em fazer os adobes e fornecer o trabalho necessário para construção das suas novas casas (com assistência de Alimento pelo Trabalho) constitui um bom exemplo sobre o interesse da mulher na assumpção de projectos de reconstrução que corresponda as suas necessidades. Outro exemplo, foi observado na aldeia de Luvemba (São Miguel, Bailundo), onde mulheres forneciam pedras e algum do trabalho de construção de estradas, do hospital e da escola.

Os projectos financiados pela USAID, deverão facilitar o activo envolvimento das mulheres na conceptualização dos projectos de reabilitação de infraestruturas de forma que estes correspondam as necessidades das mulheres, e as incluam na sua construção e respectiva manutenção.

Esposas e parentes do sexo feminino dos soldados desmobilizados e soldados menores

A USAID continua a apoiar os esforços de supervisão da desmobilização em cinquenta áreas de aquartelamento para as tropas e suas famílias. Os oficiais da ONU informaram que todas as tropas serão desmobilizadas e as áreas de aquartelamento fechadas em Julho ou Agosto de 1997 (UCAH, 1997).

A Unidade de Coordenação da ajuda humanitária das Nações Unidas era a agência responsável pela coordenação das áreas de aquartelamento e planificação inicial para a desmobilização. Uma nova agência do Governo e da ONU - SeCOR/IRSEM (uma combinação da agência PNUD com uma agência governamental) é agora a principal responsável pelos programas para facilitar a reintegração dos soldados - uma vez deixado o campo de desmobilizados - para a vida civil.¹⁶ A estrutura anterior de desmobilização e reintegração, bem assim como as condições políticas tornaram difíceis as comunicações entre as várias agências das N.U.(UCAH, SeCOR, OIM) e as agências do Governo (IRSEM).

Como consequência, foi difícil para eles comunicar a melhor forma de expandir os seus programas que possam incluir as mulheres. Ambas as organizações têm experiência valiosa sobre questões do género noutros países que poderão ser empregues. Uma vez que o novo processo de desmobilização requer que estas agências trabalhem em estreita colaboração, espera-se que elas venham a trabalhar efectivamente para terem em conta as necessidades das mulheres.

Actualmente a vasta maioria de planeamento e desenvolvimento institucional (i.e. IRSEM/SeCOR /PNUD, UN/UCAH) para apoiar a desmobilização militar, está direccionada somente para as necessidades dos soldados e não as das suas famílias.¹⁷ Esta falha em considerar as mulheres constitui uma omissão no processo de planeamento que poderá

arriscar a estabilidade a longo prazo, da desmobilização e processo de paz. Agora que o objectivo prioritário da constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional foi alcançado, não existem mais justificações para ignorar as necessidades das mulheres.

O não apoio as mulheres, poderá exacerbar o empobrecimento dos agregados familiares chefiados por mulheres, nos quais os soldados desmobilizados confiarão durante o período inicial de readaptação a vida civil (um a dois anos).¹⁸ Porque as esposas tipicamente cuidam das necessidades básicas de alimentação e das crianças, as dificuldades das esposas, resultarão numa reinserção mais lenta que a dos soldados, para as novas formas de emprego e estilos de vida. Os impactos do género são exacerbados pelo amplo número de esposas de soldados aptos para serem desmobilizadas, em situações de chefes dos agregados familiares de facto, com pouco ou nenhuma perspectiva de ajuda dos seus maridos.¹⁹ Por estas razões, existe uma necessidade urgente em facilitar a integração económica das mulheres vivendo nas áreas de aquartelamento, para as zonas de emigração por si escolhidas.²⁰

Um representante da UCAH, sugeriu que seria mais fácil atender as questões das mulheres próximo dos campos de desmobilizados, se a UCAH pudesse identificar aglomerados ou redes de mulheres que poderiam servir como parceiras no atendimento das suas necessidades. Como o estilo de vida e necessidades das mulheres nestes campos provocou uma natural solidariedade entre elas, deverão ser implementados meios que permita o surgimento de grupos de mulheres nos campos, como fóruns, através dos quais, elas familiarizar-se-iam com os seus direitos em função dos tipos de assistência a desmobilização e reintegração. Entretanto, a UCAH está estabelecendo ou encorajando "Comités técnicos para a desmobilização e reintegração" em sete províncias: Benguela, Uíge, Huambo, Malange, Moxico, Huila e Kuando-Kubango. Pretende-se que estes comités, adotem processos participativos, incluindo as OPV's estrangeiras e os administradores locais e regionais, para a alocação da assistência estrangeira.²¹ Embora, estes comités estejam baseados em amplos e potenciais processos democráticos, nenhuma reflexão foi dedicada as necessidades da mulher.

Uma das questões relevantes para a sustentabilidade do processo de paz é a necessidade do aumento da capacidade das estruturas de planeamento central da ONU (UCAH, SeCOR/IRSEM) e as iniciativas das ONG's apoiadas pelos E.U.A., para atender a diversidade de questões sobre o género, já criadas pela: (1) rápida desmobilização dos soldados; e (2) a concepção e organização da nova geração de programas de "reintegração". Qualquer atraso na consideração deste tópico resultará provavelmente na concepção de programas de reintegração do governo e dos doadores que não terão em conta os problemas das mulheres. Esta é também uma área onde um relativamente pequeno investimento de recursos pela USAID, possibilitará um maior impacto na sustentabilidade dos anteriores investimentos em desmobilizados da USAID.

A inclusão deste tema como parte integrante das suas tarefas, requererá o uso de fundos do Governo americano para o grupo técnico sobre desmobilizados e reintegração da UCAH visando encorajar a criação de postos de trabalho para pessoal de curto e médio prazo dentro da UCAH e SeCOR que possa dedicar-se em tempo inteiro às questões de género na desmobilização e reintegração. Isto há-de requerer a organização e realização do primeiro encontro do task-force sobre as questões da mulher que foi constituída, a pedido do Embaixador Americano, pelo comité técnico dos desmobilizados e reintegração da UCAH.²² O output do primeiro encontro da task force sobre questões da mulher deverá constituir a fase um do plano de acção do género, que deverá considerar algumas das questões de maior relevância nos programas de desmobilização e reintegração coordenada pela UCAH e SeCOR/IRSEM. A amostra de agenda para o primeiro encontro da task force e o plano de acção do género deverá incluir:

- **Educação cívica UCAH.** Analisar os actuais programas de saúde e educação cívica direccionados às mulheres nas áreas de aquartelamento, do ponto de vista da sua utilidade, como preparação das mulheres ainda vivendo nas áreas de aquartelamento para as realidades psico-social e económica que provavelmente encontrarão durante a reintegração.
- **SeCOR/IRSEM.** O SeCOR ajudará a formular planos apropriados para aconselhamento, informação e serviços de referência para identificar as necessidades das mulheres vivendo nas áreas de aquartelamento.
- **SeCOR/IRSEM. Estruturas de recrutamento e emprego.** Fazer recomendações de como o SeCOR poderá aumentar a efectividade dos seus serviços de reintegração através do incremento do número de mulheres recrutadas pela comunidade e as que concorram para posições-chave a nível da comunidade, da província e nacional, incluindo o novo posto "coordenadores sociais da comunidade".
- **Formação sobre o género.** Identificar necessidades prioritárias para formação participativa sobre sensibilidade do género que poderá ser levado a cabo por uma ou duas consultoras baseadas em Luanda (com contribuições do pessoal da UCAH e SeCOR na fase de pré-planificação).

Outra forma de aumentar o apoio da mulher que serão reassentadas, será a inclusão dos seus interesses na agenda do comité técnico da UCAH. Estes comités poderão servir como um mecanismo para apoiar as mulheres, que poderão ser incluídas neles, e os fundos deverão ser designados para atender as suas necessidades. Desta forma, os comités deverão demonstrar a importância das mulheres no processo de tomada de decisão, assegurando que as perspectivas das mulheres estejam incluídas na concepção dos programas de reintegração do SeCOR/IRSEM.

MULHERES DEFICIENTES

Embora as mulheres representem aproximadamente 40 por cento de todos os deficientes - e 60 por cento nas províncias mais minadas como Moxico e Bié, em média somente 10 por cento de todas as próteses foram distribuída para mulheres (Declich, 1997; UNHCR, 1996).²³

Uma vez que várias das organizações fornecendo próteses parecem ser sensíveis ao género, existe a necessidade de uma tentativa de novas abordagens para o aumento do número de mulheres recebendo esta assistência. Estudos anteriores, citam a pobreza da mulher e o isolamento social como um constrangimento que torna difícil para elas assumirem os custos para a compra dos seus sapatos ou transportação (Comissão da Mulher, 1996). Em resposta a esta observação, várias organizações, incluindo CICV apoiadas pelos EUA, implementaram programas para assistir homens com transportação e outros custos.

Contudo, as organizações que fornecem próteses ainda acham que elas não servem um suficiente número de mulheres. No decurso das entrevistas com as mulheres deficientes, o grupo WIDTECH identificou alguns constrangimentos adicionais, incluindo:

- **Barreiras na informação.** As mulheres deficientes estão isoladas dos mecanismos actuais de informação, na maior parte hospitais rurais, onde são distribuídas informações impressas sobre os programas .
- **Responsabilidades familiares e cuidado das crianças.** As mulheres estão preocupadas pelo facto de que enquanto hospitalizadas, elas não podem fornecer alimentos aos seus filhos.

Embora haja várias mulheres individuais cujas vidas foram preju-dicadas por acidentes de minas terrestres, parece haver pouco ou nen-hum esforço desse grupo no acesso aos recursos. Embora um documento recente da UCAH descreva quatro ONG's angolanas trabalhando com os deficientes, e uma ONG local (UCAH 1995: 28-32), não encontramos nenhuma evidência de que estes grupos estivessem preocupados com programas especiais para recrutar ou atingir mulheres deficientes.²⁴ É notória a ausência total de mecanismos institucionais dedicadas ao lobbying para as necessidades especiais das mulheres deficientes.

Não obstante a perícia demonstrada por varias das organizações internacionais e bilaterais envolvidas em programas de deficientes, a equipa não se apercebeu de nenhum tipo de plano de acção sobre o género que tenha sido adaptado as condições específicas de Angola. Essa falta de consideração do género está reflectida no proposto memorando de entendimento do grupo de coordenação dos programas ortopédicos, GCPO).

A USAID deve encorajar os directores dos seus projectos com a CICV e Veteranos Internacionais para liderar a nível nacional os assuntos das mulheres deficientes, através da inclusão de pelo menos um parágrafo sobre questões do género ao memorando de entendimento que foi recentemente discutido pelo GCPO. Estas organizações devem também ser encorajadas no sentido de explorarem novas oportunidades de assistência às mulheres deficientes, e organizá-las em grupos reconhecidos.

Os projectos financiados devem ser encorajados a aumentar o serviço para com as mulheres, estabelecendo quotas, bem assim como aumentando a distribuição de informação sobre os seus serviços prestados para as mulheres deficientes. Estes esforços de publicidade poderão ser facilitados pela produção de um boletim informativo de uma ou duas páginas (um em português e outro em português simples com gravuras) que o CICV e os Veteranos Internacionais poderão distribuir para as OPV's, igrejas, sobas e autoridades do mercado bem assim como hospitais e postos de saúde nas áreas onde intervêm.

Os programas de democracia e governação financiados pela USAID, deverão visar alguns grupos de mulheres deficientes que tenham começado a trabalhar juntas, e apoiar o seu desenvolvimento através dos grupos de advocacia em nome das mulheres angolanas vítimas de minas. A sua deficiência afectará na capacidade para a obtenção de rendimentos, a sua habilidade no tratamento das crianças, oportunidades de educação, e na saúde para o resto das suas vidas. Sómente se elas trabalharem juntas terão alguma possibilidade de influenciar as políticas e alocação de recursos dos Ministérios do Trabalho, Saúde, Educação, Assistência e Reinserção Social, e outros ou ter acesso a assistência privada e estrangeira.

Dado o grande número de deficientes homens e mulheres em Angola, todos os projectos da USAID deverão ser sensibilizados para as suas necessidades e serão solicitados a incluir e acompanhar a participação da mulher deficiente nas actividades por ela financiada.

MULHERES AFECTADAS POR OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS (MÃES DAS CRIANÇAS TRAUMATIZADAS E REENCONTRO FAMILIAR)

O apoio da USAID a uma série de escolas e programas baseados na comunidade para promover a reintegração psico-social das crianças traumatizadas pela guerra, inclui uma activa participação da mulher a todos os níveis do programa. O mesmo programa foi o pioneiro em certos métodos para “formar” mulheres com nível escolar secundário ou alguma formação universitária para servir como formadores assalariados, bem assim como a formação de professores de escolas primárias, jardins infantis (PIQ's) para servirem como formadores voluntários na comunidade. Um dos resultados inesperados do programa foi que muitos clientes reagruparam-se entre si em grupos informais e solicitaram e receberam fundos adicionais, de outros doadores, para micro-projectos (CCF, 1997).

Infelizmente, contudo, muitos dos programas provinciais que a equipe WIDTECH visitou não parecem estar muito bem conectados com as outras actividades das OPV's financiadas pela USAID na mesma região. Isto significa que os formadores da CCF e pessoal estão frequentemente pouco conscientes de outros recursos de reconstrução e reabilitação que as mães poderiam aceder para continuar ou desenvolver nos projectos de grupos. A inexistência de uma ampla rede de OPV's na região, também significa que as outras OPV's não estão aprendendo tanto quanto podiam das práticas recomendáveis deste tipo de projectos.

O programa de reencontro familiar do MINARS/SCF/UK é outro exemplo sobre práticas recomendáveis para incluir mulheres em cada estágio da concepção e implementação do projecto. O mesmo projecto fez um excelente trabalho de melhoria das vidas de muitas mulheres reunindo-as aos seus filhos perdidos. Agora, embora as mulheres estejam contentes por estarem reunidas, as mães, tias e avós usualmente acabam sendo as primeiras guardas / zeladoras. É uma pena que o programa não tenha investido recursos para ajudar estas mulheres a gerir este peso económico da reunificação familiar.

A USAID deve continuar a apoiar estes projectos relativamente pequenos, que geram uma variedade de benefícios de curto e médio prazo para as mulheres e seus dependentes. A USAID deve aumentar a propagação dos efeitos positivos destes programas criando pequenos fundos que poderão ser usados para promover encontros e viagens para facilitar a troca de informações e experiências.

Sempre que possível, os esforços dos projectos devem encorajar as clientes mulheres a organizarem-se em grupos de projectos. Um mecanismo para fazer isso, será o aumento pela USAID do seu fundo já existente, que poderá ser usado para financiar grupos de projectos. As organizações financiadoras deverão também explorar a possibilidade de que alguns destes esforços organizacionais sejam por outros programas de ONG's na região onde eles intervêm ou através de formação especial em liderança para grupos de mulheres. Uma saída para a formação sobre liderança será por exemplo a CCF introduzir um módulo de meio-dia sobre “desenvolvimento de recursos comunitários” dentro do seu curso de duas semanas.

Ambos os programas deverão encorajar o seu pessoal a participar mais activamente nos comités técnicos coordenados pelo SeCOR, IRSEM, UNHCR, e UCAH nas áreas onde eles intervêm. Isto será um meio para identificar outras OPV's (para além das financiadas pelos EUA) querendo apoiar as necessidades das famílias com alimentação, cuidados básicos de saúde, material escolar e materiais de construção.

Actualmente, o material de formação da CCF para crianças traumatizadas concentrou-se nas facilidades educacionais nos centros urbanos. Embora os professores baseados nos centros urbanos e os instrutores dos jardins-escola estivessem entusiasmados com a sua participação na formação da CCF, esta deve continuar a expandir os seus programas para algumas áreas rurais e comunidades peri-urbanas.

Outros programas financiados pela USAID deverão ser encorajados a estudar os métodos da formação e publicidade destes projectos como um exemplo de “práticas recomendáveis” na distribuição de informações às mulheres através de organizações tradicionais. O sucesso dos programas de formação da CCF, formando mulheres com escola secundária ou alguma educação universitária é uma “prática recomendável” que pode ser analisada e discutida como um modelo para aumentar o número de mulheres agentes extensionistas, instrutores de sensibilização sobre o perigo de minas, e monitores da distribuição alimentar empregados pelos projectos financiados pela USAID.

CAPITULO 4

MULHERES , DEMOCRACIA, GOVERNAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

O objectivo estratégico #2 da USAID visa apoiar a paz e estabilidade em Angola através de programas sobre democracia, governação e o reforço da sociedade civil. Após o período colonial, a combinação de guerra e socialismo resultou num sistema governamental que funciona com algumas dificuldades.

Em 1992, realizaram-se as eleições, que foram uma demonstração do exercício democrático, cujas lições deverão ser tidas em conta na concepção e implementação dos novos programas de D&G da USAID.

Para entender os objectivos e a abordagem dos programas D&G da USAID, é importante reconhecer que a USAID espera estar em Angola sómente cinco anos. Consequentemente, a USAID pretende colocar os seus recursos em iniciativas que serão sustentáveis e que concorram para a criação de capacidade local. O grupo WIDTECH sugere que as mulheres angolanas são importantes para alcançar a variedade de objectivos da D&G:

Objectivos D&G	Papel da Mulher
Criar condições para eleições livres e justas	Mulheres como votantes e candidatas: educação cívica e participação nos partidos políticos.
Advogar por sistemas democráticos	Mulheres como cidadãos que se expressem livremente, nos média.
Catalisador para iniciativas sustentáveis na sociedade civil.	Mulheres como gestoras de projectos e líderes de ONG's.
Patrocinar novos modelos que demonstrem novos procedimentos e atitudes, i.e. transparência e participação.	Mulheres igualmente representadas nos níveis de decisão e participantes .
Fortalecer líderes capazes e com integridade.	Mulheres em posição de liderança

O grupo WIDTECH foi convidado para Angola, para rever a programação da USAID porque a Missão reconhece que a promoção de instituições sólidas e legitimadas democraticamente implicam a participação da mulher. Este estudo tem como premissa a hipótese de que quanto mais mulheres estiverem envolvidas na nascente democracia angolana, e quanto mais mulheres estiverem engajadas activamente na sociedade civil angolana, maior serão as chances para que a frágil paz se transforme numa sólida democracia.

CONSTRANGIMENTOS ASSOCIADOS AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DE ACCÕES NO DOMÍNIO DA DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO

Para alcançar a democracia viável e durável, o povo de Angola tem que ultrapassar vários obstáculos. Se as mulheres devem constituir uma primeira fonte do comportamento e actividade democrática, então elas têm que receber ajuda para ultrapassar estes obstáculos. As barreiras para a participação da mulher no processo político e na sociedade civil são apresentadas a seguir.

Cultura política

O povo angolano está familiarizado com o colonialismo e o socialismo, e desde 1991 com a democracia. A participação da mulher no processo de democratização é ainda limitado por factores culturais. É importante notar, por esta razão, que caso a assistência técnica à democracia implique uma participação activa da população, resultará numa participação limitada da mulher e é pouco provável que a média das mulheres se coloque numa posição de liderança.¹

A combinação das práticas tradicionais e as do tempo de guerra significa que as decisões são tomadas e as prioridades fixadas por comandos ou forças de cima para baixo. Em Angola, vêm-se uniformes -militar, polícia, e UNAVEM- e todas as três forças são quase exclusivamente homens. As mulheres não estão acostumadas a estar em posições de comando. Poucas têm imagem mental ou expectativas de mulheres uniformizadas ou comandantes.

Como resultado dos anos de guerra, não existe um sistema previsível ou fiável, a partir do qual as pessoas, possam depender para planificar as suas carreiras ou vidas. Elas não podem poupar dinheiro para a educação das crianças por causa da hiperinflação. Também não podem contar com os seus filhos para apoiar-las na velhice por causa das mortes e sofrimentos relacionados com a guerra, bem assim como os pobres serviços de saúde.

Sob tais circunstâncias, algumas pessoas sentem-se compelidas a agarrar o que podem obter . Isto é a base para lançar mão a recompensa imediata e corrupção. As mulheres acham que devem colocar todo o seu tempo e atenção na luta pela sobrevivência: elas trabalham longas horas para obterem dinheiro suficiente para alimentar as suas crianças e pagar a educação privada ou oferecida pela igreja. Não existe nem tempo nem energias para mais nada.

Instituições e processos políticos

Falta de acesso as comunicações impede a participação no processo político

Toda a solução de longo prazo para a reconstrução e reabilitação de Angola requer a forte participação da mulher no processo civil de eleição dos líderes. Presentemente, a habilidade da mulher para participar neste tipo de processos eleitorais - como votantes ou como líderes votados - é insuficiente. As entrevistas nas aldeias e comunidades apoiadas por projectos da USAID revelaram que

estas mulheres normalmente têm pouca ou nenhuma informação sobre os candidatos e respectivas plataformas, bem assim como devem organizar-se para resolverem os seus problemas.

Angola possui dois impedimentos para a comunicação. Angola é um país grande, com infra-estruturas que foram destruídas ou negligenciadas por mais de vinte anos, e o seu sistema de telefone é precário. Para contactos e comunicações pessoais, as minas terrestres constituem um constante e sério risco para os viajantes.

Se, sob estas circunstâncias, as mulheres fossem alcançadas e elas conseguissem comunicar-se com outras, através dos media convencionais - como os jornais, televisão, e rádio - então os problemas de comunicação seriam ultrapassados. Contudo, este sistema não atinge as mulheres. Existem quatro impedimentos para comunicar com as mulheres:

Os jornais são sómente uma opção se as mulheres souberem ler e se os jornais as alcançam. Eles são fornecidos de forma irregular as capitais de província, e é muito difícil ter o acesso aos mesmos fora das grandes áreas. Para além de serem caros, para as mulheres que são analfabetas, os jornais são irrelevantes.

As mulheres não têm tempo para escutar rádio ou ler jornais. Elas estão nos campos ou nos mercados, recolhendo água ou moendo os cereais.

Comunicações custam dinheiro, para os jornais, televisão, rádios e pilhas, culturalmente no meio rural, as mulheres não escutam rádio.²

Entretanto, existe um exacerbado problema da língua. Muitos angolanos não falam português. Existem pelo menos seis línguas nacionais mais importantes, e um número indeterminado doutras. Isto é particularmente sério para as mulheres - não somente mulheres nas províncias, mas também mulheres nos musseques de Luanda que vivem nas comunidades isoladas onde continuam a funcionar com as línguas nacionais.

Além disso, elas tendem a comunicar e organizar-se através de meios informais em detrimento da imprensa tradicional e de dados electrónicos. Agora, mesmo estes sistemas informais estão enfraquecidos pela longa guerra. Uma vez mais, é difícil para as mulheres encontrarem-se pessoalmente, porque os sistemas de transportação decaíram e as minas terrestres ameaçam constantemente os viajantes. Para além de que, a satisfação das necessidades básicas económicas das famílias requer mais tempo e energia das mulheres. Muito pouco é deixado para as actividades de grupo.

Por último, existem problemas particulares relacionado com as mulheres nas zonas da UNITA. Primeiro, os canais de informação de Luanda para estas mulheres é considerado deficiente. Elas não estão representadas na Direcção do Ministério da Mulher, que tomou posse em Abril de 1997. Existe também um problema de fluxo de informação noutras direcções: pouco é conhecido em Luanda sobre as necessidades e potencialidades das mulheres nas áreas da UNITA. Esforços concentrados são necessários para a sua integração.

Existe uma necessidade de melhoria da disseminação da informação para as mulheres através da identificação de caminhos alternativos para comunicar com elas. Sem informação, as mulheres não serão participantes viáveis nos vários aspectos da democracia: votando, candidatando-se e envolvendo-se activamente na sociedade civil.

Assistência Técnica e Criação de Capacidade bastante limitado

Se uma pessoa tirar uma fotografia a mulher e democracia em Angola hoje, a imagem não é promissora. Na área do Governo, das 215 representantes com assento actualmente no parlamento, existem 25 mulheres (18 MPLA, 4 UNITA, 3 PLD)³. O governo incluiu quatro mulheres como ministras (todo MPLA) entre os 32, e 8 mulheres como vice-ministras (7 MPLA e 1 PLD) entre os 53. É verdade que algumas mulheres ministras assumem pastas muito importantes como: petróleo, pescas, cultura e mulheres, o que transmite a falsa ideia que elas representam oportunidades para todas as mulheres angolanas.

Relativamente aos representantes da UNITA no GURN, nenhum ministro da UNITA, Embaixador, Governador, Vice-Governador, ou Administrador recomendado é mulher. Agora que o GURN está estabelecido e a extensão da administração do território esta sendo feita, existe uma base fundamental para estabilizar a sociedade. Mas entre os Governadores, vice-governadores e Administradores não há mulheres, e entre os administradores municipais e comunais o número de mulheres é insignificante.

Embora as mulheres não sejam intencionalmente excluídas, existem dois sistemas "indiferentes ao género" que resultam numa baixa participação da mulher na formação em campanhas e processos políticos. Primeiro os projectos financiados pela USAID tendem a oferecer formação para o pessoal que já está na Assembleia Nacional ou já são membros do Governo. Porque existem poucas mulheres nestas posições, os esforços para a criação e o reforço de capacidade estão alcançando grupos de homens e os interesses dos homens.

Segundo, a "admissão geral" e a oferta não direccionada da assistência a democracia não privilegia a mulher com grupo alvo. Em alguns casos, oportunidades para seminários e conferências sobre criação de capacidade são ofertadas amplamente, para qualquer pessoa qualificada e interessada. Em tais casos, assume-se que todos os interessados irão participar. Todavia a informação é frequentemente distribuída através de escritórios e organizações onde não existem muitas mulheres, ou através dos média que não as alcança. Se a formação sobre democracia for oferecida somente desta forma "indiferente quanto ao género" em Angola, então as mulheres ficarão fora do sistema, a menos que tal como proposto, se adopte uma estratégia consciente para atrair e envolver mulheres.

Fraca participação nos partidos políticos

A longo prazo, a legitimidade e a efectividade da democracia em Angola depende de partidos políticos abertos. Embora haja algumas mulheres envolvidas em partidos políticos, elas raramente detêm posições de liderança.⁴

A falta de uma maior participação originará o risco da monopolização da ajuda estrangeira por parte dos que detêm posições de liderança na sua maioria homens.

Uma vez que as mulheres constituem uma minoria entre os que participam nas tomadas de decisão no seio dos partidos políticos, elas terão pouco acesso a formação de capacidade. Enquanto os leaders dos partidos estiverem autorizados a seleccionar participantes para formação ou troca de experiência, provavelmente as mulheres não participarão de forma igual.

A Constituição e o Sistema legal

Direito positivo escrito, falha em proteger ou apoiar a mulher

A Constituição. Porque um número de mulheres habilitadas e influentes participaram na revisão da Constituição de 1992, estas estão satisfeitas com o que ela consagra, embora considerem que as palavras no papel não são suficientes. Existem algumas previsões significativas que requerem implementação ou execução. A Constituição angolana e o sistema legal oficial parece proteger a mulher e concede-lhe iguais direitos e responsabilidades em paralelo ao homem. Mas, o conflito em curso contribuiu para a distorção do sistema, fazendo com que o mesmo não seja conhecido pela maior parte das mulheres.

Em sua substituição, tanto as comunidades rurais como urbanas confiam no direito costumeiro, práticas não costumeiras, e decisão das autoridades tradicionais.⁵ Em vários casos, estes sistemas alternativos põem tanto as mulheres como as crianças em risco.

A Constituição será objecto de emendas pela Assembleia Nacional. Se as mulheres (ou os seus interesses) não estão efectivamente representadas na Assembleia Nacional, as emendas futuras da Constituição não terão os inputs das mulheres. É provável que haverá varias decisões num futuro próximo sobre que leis requerem mudanças, que suporte regulador será necessário, e como assegurar a efectiva implementação das leis do país. Se tais decisões incluem mulheres, existem oportunidades para estabelecer protecções sólidas e efectivas para a participação e promoção da mulher. Se não, novas regras e sistemas serão postas no terreno que provavelmente ignoram o impacto nas necessidades da mulher, e que podem enfraquecer ou eliminar as protecções para mulheres já existentes.

Lei da Família/código da família

O código da família em Angola não é conhecido pela maior parte das mulheres, por isso elas têm pouca ou nenhuma ideia do sistema formal do código da família, sendo frequentemente substituído pelas práticas costumeiras para rituais e regras como o casamento, poligamia e herança com a morte dos seus maridos.

Comparando protecção das mulheres no direito positivo e de acordo com as práticas

Herança: O direito positivo habilita a viúva a herdar a casa do seu marido. Mas de acordo com a lei tradicional, que é agora mais aplicada em Angola, a viúva esta a mercê da família do marido, e aguarda ansiosa para ver se esta vai autorizar-lhe e aos seus filhos a ficar em casa e a manter os seus bens. No passado, a família do marido assumia o controle dos bens para capacitar-se na assumpção da responsabilidade de apoio e protecção a viúva. Actualmente, numa sociedade de pobreza e carência, parece que a família apodera-se do que pode e a mulher é deixada simplesmente sem casa e destituída dos seus bens.

Divórcio: Uma mulher divorciada tem direitos de acordo com o direito positivo de Angola. Uma vez que muitos casamentos não são sancionados oficialmente, as mulheres não estão habilitadas a protecção do direito positivo em caso de divórcio.

Poligamia: Oficialmente, de acordo tanto com a lei estatal e com a igreja católica, a poligamia não é permitida. De facto, porém, a poligamia tornou-se extraordinariamente comum por toda Angola, em todos os níveis económicos. As mulheres acham que têm pouca força nos seus lares. Os esposos vão ter com elas para obterem apoio económico. Se os maridos não estão satisfeitos com o desempenho ou apoio da esposa, eles podem deixá-la por outra, ou por vezes batem-lhes.

Apoio as crianças: Não obstante as três situações-poligamia, a falta de reconhecimento pelo Estado dos casamentos e inaplicabilidade do direito do divórcio - as mães têm meios legais para requerer aos pais das suas crianças para suportá-las financeiramente.

Código comercial

A lei que proíbe vendedores a vender os seus produtos nas estradas diz-se que é justificada pela necessidade de ordem e segurança.⁶ Tecnicamente, a lei aplica-se tanto a vendedores homens como mulheres. Na prática, esta lei tem um impacto negativo nas mulheres. Primeiro, os homens podem evitar mais facilmente. Eles movimentam-se com as suas mercadorias, e podem fugir rapidamente quando perseguidos pela polícia. Em contraste, as mulheres têm os seus filhos às costas e as mercadorias à cabeça. Não é fora do comum também estarem grávidas. As suas chances de fugirem são poucas - e os agentes da polícia têm conhecimento disto. Segundo, a polícia também não se sente intimidado pelas mulheres. Quando detidas, as mulheres não estão armadas e são vulneráveis. Terceiro, existem vários relatórios sobre a violência da polícia em relação às mulheres. Existem também relatórios de mulheres encarceradas, onde são mantidas longe do contacto dos seus familiares e sem dinheiro para entrar em contacto com ela ou pagar a sua saída (especialmente se a polícia já retirou os seus parcos haveres).

A polícia depara-se com vários problemas. Nem todos os que aparecem com sendo, realmente o são. Alguns homens que foram expulsos da corporação/polícia e forças armadas ficaram com o uniforme. Segundo, embora a polícia possa ter tido formação, será necessário ainda muito trabalho para mudar seus hábitos e mentalidade. A menos que superiormente se estabeleça que a brutalidade da polícia será punida, normas de conduta necessária não serão respeitadas.

Educação, Concurso e Execução

Como já foi mencionado relativamente a Constituição e ao código da família, não é o conteúdo da lei que coloca problemas em Angola, mas sim a sua implementação. O sistema judicial é necessário para interpretar e executar a lei. Mas como sempre em situações de conflito e pós-conflito, o sistema legal não é funcional.

Embora o colapso do sistema afecte potencialmente todos os cidadãos, as consequências para as mulheres é mais dramática. Quando o sistema legal positivo não funciona, surgem sempre fontes alternativas de protecção: resolução das disputas por via da força ou pelos métodos tradicionais. Os membros da sociedade que não têm armas e têm pouca força física, nomeadamente mulheres e crianças, necessitam da protecção da lei. Caso prevaleça esta tendência a lei do mais forte vence, as mulheres perderão, e há várias mulheres postas fora das suas casas pelos maridos que arranjam uma nova esposa.

Dependendo do temperamento das autoridades tradicionais, as mulheres perderão na resolução das disputas pela via tradicional. Isto varia de acordo com o leader individual, a presença de membros da família extensiva, e a comunidade. Se as mulheres tiverem acesso ao sistema legal positivo, estarão melhor protegidas. A média das mulheres em Angola - particularmente as que vivem na área rural ou nos musseques - pouco conhecem sobre a lei como ter acesso a conselhos ou assistência legal.

Uma ilustração: lei formal não tem impacto na violência contra a mulher

Violência contra a mulher é o exemplo de como a mulher necessita da protecção pelo sistema legal, como elas pouco sabem sobre a protecção do sistema, e como a execução é fraca e está pouco disponível para elas. Mulheres são incomodadas pelos agentes da polícia, postas fora de suas casa pelos maridos que arranjam novas esposas, e abusadas sexualmente nas áreas de aquartelamento. Em muitos casos, as mulheres sentem-se (e são) sem poder para fazer alguma coisa sobre isso.

Além do mais, a falta de recursos constitui uma das causas crescente de violência. A sociedade angolana está sofrendo os efeitos de guerra longa. Guerra dura mais de trinta anos. E a violência da guerra comanda a crescente violência tanto na rua como nas casas. Além disso, a violência pode ser atribuída ao severo declínio do bem-estar económico. A decadência sócio-económica de Angola, com o número de pessoas que são deslocadas, desempregadas ou empobrecidas, contribui para aumentar a delinquência e a violência.

As mulheres em Luanda preocupam-se muito com a violência nas ruas praticada por polícias, ou supostos vestidos de polícia, e delinquentes. Elas dizem que existem histórias todas as semanas, e mesmo assim não têm noção do quanto se passa. As mulheres são vulneráveis nas ruas porque elas não podem fugir e frequentemente estão carregando os seus filhos às costas e as mercadorias à cabeça. Há histórias de mulheres grávidas perseguidas e espancadas pela polícia.

As entrevistadas manifestaram-se de forma clara sobre a falta de recursos, bem assim como sobre o deficiente funcionamento do sistema judicial. Em acréscimo, mulheres privilegiadas e educadas informaram que a maior parte das mulheres não sabe como ter acesso a ajuda da comunidade legal.

Em complemento, as mulheres em Angola concordam que existe violência nos lares. Algumas afirmam que isto é baseado na aceitação cultural de bater na mulher.⁷ Apesar de não existirem dados que suportem esta afirmação, elas pensam que a violência doméstica tem sido exacerbada pela poligamia; quando os maridos não gostam do que uma das esposas faz, eles podem abusar dela e ir com outra. Mas, a falta dos recursos económicos impede-as de abandonarem os maridos que lhes bate.

Centro da OMA de Aconselhamento Jurídico

A secção da OMA para conselhos legais tem ajudado as mulheres há mais de uma década. Durante este período já trataram de 1750 casos.

O Centro tem um quadro de conselheiros constituído por juristas individuais, e tem mais recentemente parceria com a Associação Angolana de Mulheres Juristas. Este grupo ajudou a formar "conselheiras comunitárias" para ajudar as mulheres. Existem agora aproximadamente 45 voluntárias regulares e duas assalariadas para a gestão do Centro. O Centro recebe algum apoio do Governo Sueco.

As mulheres apercebem-se da existência do Centro por três vias: referido pela polícia, referido pelo escritório provincial da OMA, ou referido de boca em boca. As mulheres no Centro reconhecem várias necessidades: desde trabalhar para educar a polícia a publicitar os seus serviços para que mais mulheres tenham conhecimento da existência do mesmo (vide anexo 9 para mais informações).

A condição da mulher rural, e das mulheres nas áreas de aquartelamento, é menos compreendida outra vez porque a informação é difícil de ser recolhida. Estas também devem ser estudadas, e requererem colaboração com organizações internacionais e angolanas que são mais activas em áreas particulares ou provinciais. A UCAH quer fazer isto com capacidade local, mas necessitará de contratar alguém para ser responsável. Faltam os recursos necessários.

A Embaixada da Suécia financiou um estudo sobre a violência contra a mulher, cujo resultado aguardava-se para Maio e que deverá neste momento estar disponível.

OPORTUNIDADES PARA AS MULHERES NO PROCESSO DEMOCRÁTICO ANGOLANO

Tendo já sofrido muito com a guerra e tendo as suas vidas e a das suas crianças sido destruídas pela guerra, as mulheres conhecem os seus custos. Elas estão desapontadas pelo grau de retrocesso da sociedade angolana, e têm consciência do quanto tem que ser restaurado. A todos os níveis e em todas as áreas, existem exemplos de mulheres lutando para capacitarem-se. Mulheres nos musseques participam em aulas de alfabetização ou sentam-se nas salas durante as aulas das crianças. Mulheres participantes de um projecto da Oikos numa aldeia há 17 km do Huambo, que não falam português e têm pouca informação sobre o mundo a sua volta, manifestaram uma grande vontade de aprender a ler. Mulheres nas *sociedade de senhoras* em São Miguel/Luanda enviam delegados para formação que é partilhado com o seu grupo.⁸ Vide anexo 9 para a lista das necessidades que elas prepararam para a visita da USAID.

O Centro de Educação Básica no Bailundo

O CEB foi formado por 15 mulheres preocupadas com a falta de creches para as crianças no Bailundo. O centro começou com 50 crianças, o ano passado teve 150, e em 1997 esta servindo 450. Não existe discriminação, o centro acomoda toda a gente. O centro recebe órfãos e crianças deslocadas, alguns dos quais sofrem de trauma, e esperam integrá-los na sociedade.

O CEB vive somente de contribuições privadas. Ele começou usando a igreja e suas cadeiras para o espaço da formação. Agora, com o crescente número de crianças, o CEB tentou iniciar salas de classe fora. O grupo WIDTECH viu alguns dos estudantes numa estrutura que tinha tecto sem paredes - e as crianças mais pequenas estavam sentadas atentamente em travessa por baixo da árvore. (Vide Anexo 9 para carta CEB).

AS ONG's e as necessidades de apoio dos Grupos de Mulheres

Embora as mulheres não estejam incluídas no processo de tomada de decisão, elas estão mobilizando para fornecer serviço social, obter educação para os seus filhos, e reconstruir o país. Existem varias formas através do qual as mulheres em Angola já estão trabalhando juntas e obtendo informação. Em Luanda, existe agora a rede de trabalho Mulher e Desenvolvimento/Angola que inclui: AAD, ACORD, ADEMA, ANGOBEFA, APROMUC, ASSOMEL, AAMJ, BPC, DW, FONGA, LWF, OIKOS, OMA, OPM, OXFAM, SEPDM, E UTCA. O grupo WIDTECH foi calorosamente recebido pela LIMA E ADEMA, dois grandes grupos da área da UNITA - no Bailundo. Cada um tem uma estrutura organizacional clara, actividade em curso, e um número de propostas de projectos (Anexo 9).

As iniciativas das mulheres, vão desde grupos informais com interesses comuns, a iniciativas baseadas no interesse, a organizações baseadas na comunidade, e ONG's. O FONGA é o Fórum das ONG's angolanas e tem cerca de 300 membros, dos quais aproximadamente 20 são chefiadas por mulheres.⁹ Alguns reclamam que o FONGA não inclui qualquer um, ou que não faz o suficiente. Embora isto possa ser verdade, isto era de esperar.¹⁰ Muitos destes grupos não têm mais de dois anos de idade. Eles encontram-se na fase de constituição das suas instituições, determinando as suas prioridades, e implementando as suas agendas estratégicas.

ADEMA e LIMA no Bailundo

A Associação para a Ajuda e Desenvolvimento da Mulher e Criança Angolanas (ADEMA) foi estabelecida em Abril de 1995. Sua liderança e pessoal administrativo são aproximadamente vinte mulheres.

Os objectivos da ADEMA são:

- garantir apoio para o desenvolvimento económico da mulher, especialmente nas áreas rurais;
- identificar oportunidades para a educação e formação da mulher;
- apoiar crianças, particularmente as sem protecção; e
- criar mecanismos para apoiar crianças abandonadas

Os projectos da ADEMA incluem:

- ajuda para as viúvas e crianças na áreas de aquartelamento;
- apoio para as esposas dos soldados desmobilizados;
- uma escola para formar mulheres, focando primeiro em cozinha, costura e pastelaria, com alguma formação em dactilografia; e
- um talhão para formar mulheres solteiras no cultivo de legumes e utilização dos alimentos para alimentar as crianças mal nutridas

A Liga da Mulher Angolana (LIMA), também muito activa no Bailundo, é uma organização nacional filiada com a UNITA. A LIMA está muito bem organizada e faz uma boa impressão. Estão agora focando no impacto da guerra sobre as mulheres e crianças. Em particular, a organização está preocupada com as crianças que perderam as suas mães no parto por causa do aumento da mortalidade materna, e sobre as mulheres que são viúvas ou foram abandonadas pelos seus maridos .

A LIMA tem três projectos pilotos no Bailundo:

- O Centro para a Formação feminina
- A casa para as crianças abandonadas, e
- um projecto agrícola e de criação de animais de pequeno porte, que produz alimentos para mulheres e crianças.

Existe uma necessidade urgente de criação de capacidade para mover cada tipo de grupo de mulher para um estado mais avançado da sua efectividade. Mas existem vários parceiros validos e interessados. As mulheres estão ansiosas em beneficiarem de assistência técnica e farão bom uso da mesma. Através destes canais, a USAID tem a oportunidade de apoiar mulheres como totais e completos membros da sociedade angolana. Se se pretende que as mulheres participem no estabelecimento das prioridades para a paz, educação, ou oportunidade económica, as iniciativas locais são a base para ganhar experiência, confiança, e acesso a sociedade - tal como foi o caso em relação ao seu acesso a ajuda estrangeira.

A Associação para o apoio das crianças abandonadas (AACA) em Luanda

A AACA iniciou em Junho de 1994 e obteve o edifício em Setembro de 1996. A AACA apoia raparigas de rua. Vinte e oito raparigas, entre os cinco e os quinze anos de idade, vivem agora na AACA, e aproximadamente 50 outras vêm para as refeições. Se elas tivessem dinheiro, poderiam abrir um segundo edifício . Ninguém sabe quantas raparigas estão vivendo na rua, mas deverão ser milhares.

A AACA tem 18 empregados, todos voluntários. Anteriormente, o pessoal era pago através de uma doação da UE/OIKOS. A Associação não recebe apoio do MINARS ou do Instituto da Criança. O Ministério dos Petróleos e das Pescas doaram algum dinheiro. Uma companhia, a **Inter comercial Moagens**, doou um fundo a escola que apoia 150 estudantes. A AACA ainda necessita de fundos para os professores e, livros, refeições e transportação. As crianças também recebem aulas de música e de inglês na Embaixada da Suécia. A lista de doadores da AACA é impressionante, incluindo organizações internacionais, embaixadas, sector privado e proeminentes individualidades.

A organização tem parceiros com meios no Lobito - província de Benguela, e no Amboim e Gabela no Kwanza -Sul.

Experiências e “práticas recomendáveis” a tentar replicar**Projecto da CREA de construção da comunidade**

A CREA esteve trabalhando com pequenas comunidades em ambas as áreas, administradas pelo Governo e pela UNITA. Estes programas visam a mobilização das pessoas ao nível local, ajuda-lhes a organizar iniciativas, estabelecer prioridades, e implementar seus projectos. Projectos que vão desde a reparação de pontes e estradas a extensão agrícola e reabilitação de escolas. É uma abordagem integrada da assistência, que ajuda muita gente a auto-ajudarem-se.

Cada projecto segue as seguintes etapas:

- A CREA inicia com um inquérito a população, sobre vantagens comparativas e recursos existentes (i.e ONG's activas na área, bem como o padrão produtivo, conflitos sociais etc.).
- A CREA ajuda a comunidade a organizar o "Grupo de Trabalho" ("GdT") que geralmente inclui padre ou pastores, sobas, leaders civis locais, e catequistas. Em complemento, é solicitada a comunidade que encontrem mulheres para participar. (Em Luemba, uma pequena aldeia fora do Bailundo, mulheres da *sociedade das mulheres* estão representadas nos GtD.)
- O GtD então submete propostas de projectos e a CREA ajuda a avaliar a viabilidade.

A comunidade inteira está envolvida na escolha do projecto. São dadas informações a comunidade sobre o decorrer do processo, incluindo os projectos potenciais e os inputs necessários para cada. A votação inclui toda a gente e é feita com palitos. Finalmente, é negociado um contrato e assinado em cerimonia pública.

A CREA aprendeu um número de lições sobre a participação da mulher:

- Esforços concentrados e expressos são necessários para assegurar que as mulheres façam parte do programa. A sua participação tem de ser legitimada pelos leadres locais (homens).
- É necessário ajudar as mulheres a desenvolver a auto-confiança. Sessenta e cinco por cento do tempo não dizem nada a menos que lhes sejam dirigidas perguntas, mas uma vez envolvidas no processo elas fazem ouvir a sua voz.
- As Mulheres podem tornar um projecto num sucesso ou salvá-lo em caso de problema. Num dos casos, o projecto não avançava e a CREA ameaçava afastar-se. As mulheres catalizaram o processo transformando o trabalho (pintura) numa actividade familiar.
- Existem oportunidades de envolver as mulheres em outras actividades sem ser a costura e cozinha. Dado que as mulheres são tradicionalmente construtoras, a CREA capitaliza esta experiência para mantê-las envolvidas no acompanhamento das actividades.

Fundo de Apoio Social (FAS)

Financiado pelo Banco Mundial e iniciado pelo Ministério do Planeamento em 1994, o FAS é o primeiro reconhecimento público do Governo de Angola que a pobreza em Angola está aumentando, tanto como resultado do corte do Orçamento do Governo bem como dos 3 milhões de deslocados internos que fugiram para as cidades. Mas porque o FAS preocupa-se com as necessidades e envolvimento das populações marginalizadas económica e socialmente, considera-se que o mesmo foi criado para combater a pobreza, recriando a esperança em dias melhores.

O FAS está estruturado numa entidade quase-independente. Metade do seu Comité é formado por representantes do Governo e metade por da sociedade civil, incluindo ONG's, Associações e representantes das igrejas. O programa é descentralizado e trabalham através de equipas provinciais que têm a mesma gestão pública / privada e estrutura de tomada de decisão. Até agora, o FAS funciona em 4 províncias: Kuanza-Sul, Benguela, Namibe e Cabinda.

Tal como a CREA, o enfoque do FAS é envolver o povo nos seus projectos, baseando na ampla participação da comunidade, criação de capacidade, e processos transparentes de tomada de decisão. A comunidade é mobilizada através do "Núcleo Comunitário" (NC) constituída por quatro a cinco representantes da Comunidade, um dos quais deve ser mulher. Em complemento existem pelo menos duas mulheres da equipa que trabalham com a comunidade.¹¹ Além disso, as regras do projecto e selecção dos financiamentos baseiam-se no facto de que caso existam duas comunidades com o mesmo número de pontos mas, um sendo executado por um homem e outro por uma mulher, a preferência é dada a mulher. Eles também dão preferência aos projectos que têm um maior número de mulheres e crianças como beneficiárias.

O Comité Técnico das N.U. : Uma oportunidade para aprender a partir da CREA e FAS

O COMITE técnico das N.U. (UNTC's) que ajuda a alocar a assistência estrangeira está demonstrando o valor de um processo democrático e aberto. A UNTC's estão iniciando a engajar angolanos, incluindo os Governadores ou Vice-Governadores das Províncias, num processo transparente de tomada de decisão em grupo.

Aqui não parece haver um esforço explicito para incluir mulheres como participantes, ou as suas necessidades como alvo, e isto deve ser. Baseado nas experiências do FAS e CREA, eles deveriam reconhecer o valor da participação da mulher, e a necessidade de fazer disso uma exigência. Entretanto, como as mulheres estão sub-representadas no lado do Governo, e importante incluir-las na delegação da "SOCIEDADE CIVIL", tal como é feito no Comité do FAS. Os benefícios serão os seguintes:

- 1- As mulheres enriquecerão e melhorarão o processo de tomada de decisão com os seus conhecimentos e perspectivas.
- 2- A participação das mulheres no processo será benéfica e os homens reconhecem estes benefícios.
- 3- As mulheres ganharão experiência que lhes prepararão para a assumpção de um papel público.

Impacto das Instituições legais e judiciais formadas recentemente

Com a constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, um número de instituições importantes deverão ser estabelecidas brevemente - particularmente o Tribunal Constitucional e o Conselho Superior da Magistratura Judicial. Se estas instituições estiverem formados haverá uma oportunidade de indicar alguns novos juizes.

A futura selecção dos juizes é importante. Eles determinarão no Tribunal Constitucional se as mulheres têm a completa protecção da Constituição. Nos outros tribunais, eles determinarão até que ponto as mulheres poderão confiar no direito positivo em vez de terem que aceitar a aplicação das leis tradicionais. É importante que as mulheres sejam parte integrante do sistema judicial para identificar de que forma ele não serve ou protege as mulheres.

Embora a Constituição institua o Tribunal Constitucional (Artigo 134 e 135), o mesmo ainda não existe.¹² O artigo 135 determina que o Tribunal Constitucional é composto por sete juizes, indicados de entre juristas e magistrados. O Presidente da República; nomeia três juizes, incluindo o Presidente do Tribunal; a Assembleia Nacional elege três juizes; e o Supremo Tribunal elege um juiz. As mulheres devem estar incluídas na selecção destes juizes e a Associação angolana das mulheres juristas pudera liderar este esforço.

O Artigo 132 da Constituição define que o Conselho Superior da Magistratura Judicial é o órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial, mas este Conselho ainda não foi constituído. Até ao momento todas as nomeações para o Tribunal Supremo foram feitas pelo Presidente, de acordo com o artigo 66 (h) que determina que o Presidente da República tem a competência de nomear os juizes do Tribunal Supremo, ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial. É tempo para a constituição do Conselho Superior. Este processo deve ser aberto, competitivo e informado com o input das mulheres.

Associação angolana de mulheres Juristas, AAMJ

As áreas de actuação da organização voluntária de mulheres juristas, AAMJ, são a violência contra a mulher, paz e reconciliação, formação em educação legal e pesquisa sobre questões legais. Os membros tomam conta de uma variedade de casos cada mês. Elas também apoiam o Centro da OMA para mulheres vítimas da violência, e têm uma componente no seu programa de reconciliação e Paz, que elas querem que chegue as áreas "do outro lado", no território da UNITA.

Existem também uma série de reformas legais que preocupam a AAMJ, incluindo:

- As tensões entre as práticas tradicionais e a lei oficial;
- Regras sobre a Herança que reconhece a "família consanguinea", como opositora ao casamento;
- Regras do casamento que requer que as mulheres trabalhem na terra embora elas pertencem aos seus maridos;
- As regras do divórcio que requer que os homens deixam uma pequena ajuda às crianças; e
- A falta de execução das Leis que tem por obrigação proteger as mulheres.

Uma vez que há poucas mulheres na Assembleia Nacional, a associação gostaria de estabelecer alguns comités de aconselhamento para dar opiniões sobre a legislação proposta.

Embora a AAMJ seja muito activa, ela enfrenta dois constrangimentos imediatos. Primeiro, ela usa um escritório no Ministério da Mulher, mas não pode entrar para este escritório fora das horas normais de expediente. De noite e aos fins-de-semana, momento em que os membros da Associação têm tempo para dedicar ao seu trabalho voluntário, elas não podem entrar. Segundo, elas ainda

trabalham sem nenhum equipamento. Para além disso, os membros estão ansiosos em entrar em contacto com mulheres juristas de outros países africanos, um objectivo que requer melhor acesso a instrução do inglês (ou francês). A Embaixada Americana prometeu recentemente a AAMJ doação para apoiar a publicação de um guia legal.

RECOMENDAÇÕES

1. A USAID deve apoiar o crescimento da sociedade em Angola encorajando ONG's (iniciativas baseadas na comunidade ou organizações baseadas na comunidade e grupos de interesse) provenientes dos beneficiários do OE#1. A maior parte das mulheres angolanas lutam para sobreviver, e encontram as suas necessidades básicas, como a alimentação, água, cuidados de saúde e segurança. Elas não têm tempo para discutir conceitos como a democracia e a participação, quando as possibilidades para a satisfação das necessidades não estão claras.¹²

Para muitos angolanos, educação cívica, direitos humanos, e participação democrática significará pouco até que tenham aprendido o valor e efectividade do trabalho em conjunto. Para que um programa sobre democracia tenha sentido para muitas mulheres em Angola, elas precisam de estar preparadas para receber, apreciar, e usar esta informação.

Identificar o interesse de grupo das redes de trabalho desenvolvidas através dos programas do OE#1 é uma forma eficaz e eficiente para alargar e aprofundar cooperação baseada na comunidade. Tais grupos deverão incluir mulheres na agricultura, mulheres próximo dos campos de desmobilizado, mulheres necessitando de acesso a água, e mulheres portadoras de deficiência. Em cada caso, as beneficiárias da assistência OE#1 partilham um interesse ou necessidade que as motivará a trabalharem juntas e a almejar os benefícios de cooperação e organização. Esta abordagem será mais efectiva do que iniciar com novos grupos focais ou organizações, porque já existem contactos, relações criadas e credibilidade estabelecida.

Após cooperarem e aprenderem juntos sobre as suas necessidades mais imediatas, elas serão um grupo efectivo para a formação D&G. Uma ilustração sobre como pode funcionar em Angola poder-se-á encontrar nos programas do Fundo Cristão para a Criança para crianças traumatizadas pela guerra. Após trabalharem em conjunto num assunto importante e conjunto, os formadores começaram seu próprio projecto comunitário.

2. Na fase de acompanhamento, a USAID terá a oportunidade para ligar a base reforçada das organizações comunitárias do OE#1 para preparação das eleições para as mulheres. Uma vez criada capacidade e a criação de confiança dos grupos de interesse das ONG's ter aumentado a sua capacidade de intervenção, elas estarão a altura de beneficiar de uma programação substantiva do OE#1. Os programas anteriores que promoviam organizações comunitárias e formação em liderança poderão então ser complementadas com mais demonstrações especializadas, extensão ou produção de teatro com o propósito de aumentar a compreensão da mulher sobre o processo eleitoral, democracia e assuntos afins.

Este processo requererá coordenação entre três agentes: As OPV's do OE#1 que estão trabalhando para com os grupos de interesse, os promotores dos novos grupos de interesse, e os programas de democracia do OE#1. As ONG's da D&G serão responsáveis por trabalhar com autoridades a nível local e provincial, e mulheres, para desenvolver materiais de formação apropriado em português e em línguas locais. Este trabalho pode começar agora, antes dos grupos estarem prontos para receber os cursos.

3. Entretanto, as doações da USAID deverão reforçar e criar capacidade das ONG's e associações existentes através do trabalho com elas em projectos específicos. Existem ONG's e associações, tal como a Associação das Mulheres Juristas, a Associação de Mulheres Jornalistas, a Associação das Mulheres Agentes da Polícia, a OMA, e a LIMA, que têm um interesse em questões relacionadas a democracia e governação mas falta de capacidade para implementar programas. (Para mais informação sobre estas organizações, veja Anexo 8) Se as organizações D&G da USAID trabalharem para desenvolver alguns programas com elas, isto ao mesmo tempo reforça algum do trabalho feito pelas ONG's.

Isto relaciona-se particularmente com a formação em direitos humanos e educação legal, e desenvolvimento dos média. Por exemplo, embora os programas de educação cívica desenvolvendo programas de rádio não beneficiem as mulheres como ouvintes, estes programas deverão beneficia-las enquanto repórteres, produtoras, e gestoras num sistema de liberdade de imprensa. Tais programas devem também oferecer educação cívica para homens, bem assim como sensibilização sobre o género.

Para maximizar o impacto e a participação das mulheres, será útil seguir as seguintes linhas mestras:

- Estas sessões de formações não deverão deixar a participação a formação ao acaso, deve-se estar certo que as mulheres estão completamente envolvidas.
- Se possível, esforços devem ser encetados para incluir os grupos de mulheres ao nível das ONG's.

- Esforços devem ser feitos para organizar seminários fora de Luanda.¹⁵

4. É IMPORTANTE DIRECCIONAR RECURSOS PARA AS QUASE UM TERÇO DE MULHERES angolanas que vivem agora nos musseques em Luanda. Uma vez que nenhum dos projectos do OE#1 da USAID está sendo implementado nos musseques, não existem redes de trabalho baseado em projectos a partir do qual se poderia criar um programa de democracia e governação. Mas porque quase 2,5 milhões de pessoas, ou cerca de um quarto da população angolana, agora vivem nos musseques de Luanda, dos quais pelo menos 50 por cento são mulheres, esta população não deve ser ignorada. Estas mulheres podem constituir uma porção considerável do eleitorado. Se, entretanto, não forem feitos esforços concentrados, ou elas não votarão, ou hão-de basear os seus votos a instruções e não as informações. Como elas vivem e trabalham a volta de Luanda, elas são acessíveis, particularmente se as suas organizações das igrejas estão engajadas como parceiras.

5. As OPV's financiadas pela USAID deverão ser solicitadas a direccionar a programação D&G no reforço das mulheres como candidatas políticas dentro dos partidos políticos de forma que elas possam ganhar lugares na Assembleia Nacional nas próximas eleições. As próximas eleições em Angola serão muito importantes, porque os candidatos serão políticos mais capazes devido a sua aprendizagem "on-the-job". Para que as mulheres sejam uma força real na política angolana, e possam influenciar o processo de tomada de decisão sobre as prioridades nacionais e a locação dos recursos de Angola, elas têm que ter um bom desempenho nas próximas eleições.

A menos que acções sejam implementadas para reforçar a posição das mulheres no seio dos partidos políticos, é provável que elas dificilmente manterão, ou possivelmente perderão, os lugares já conseguidos na Assembleia Nacional.¹⁶ A menos que esta questão seja abordada, é provável que vai continuar a ser somente um pequeno número de mulheres a concorrerem para o escrutínio. Quanto mais este padrão persistir, mais difícil será a sua abolição.¹⁷

Mais especificamente, é importante que a formação parlamentar e política dos partidos evite práticas que tenda a excluir mulheres. Para isto os activistas e organizadores dos partidos devem:

- Ter cuidado para não oferecer formação somente para as pessoas que têm actualmente acesso no Parlamento
- Assegurar que a formação e programação seja oferecida também fora de Luanda;
- Direcção a programação nos partidos políticos para um número significativo de mulheres ; e
- Não deixar a inclusão das questões das mulheres a mercê dos palestrantes

6- Os projectos do OE#2 da USAID devem reorientar a sua educação cívica e preparação das eleições para assegurar que as mulheres estejam representadas de forma igual. Obtendo informação e educação cívica para as mulheres tem que ter em conta os meios para alcançá-las e o conteúdo que será revelante para elas. É compreensível que as mulheres não possam ser alcançadas efectivamente com jornais ou televisão. Embora os programas sobre democracia nos outros países frequentemente utilizam a rádio como uma alternativa viável, nosso grupo concluiu que em Angola, a rádio não é um meio fiável para alcançar as mulheres.

Em vez disso, as mulheres terão que ser alcançadas de uma forma mais directa, e pessoal. O grupo WIDTECH não recomenda que os programas iniciem na comunidade. Em vez disso, é importante encontrar grupos locais, OPV's, ou ONG's que já estão trabalhando na comunidade, especialmente se trabalham com mulheres. Propõe-se três alternativas para disseminar a informação: por intermédio da *sociedade de senhoras* nas igrejas, através de grupos de mulheres que fazem parte da rede USAID, ou através das ONG's. Isto será possível para desenvolver a educação cívica ou formação com estes grupos como grupos -pilotos para outros lugares, por exemplo, através do projecto da OIKOS com mulheres 17 km fora do Huambo, ou a *sociedade de senhoras* em Luvemba.

É essencial que a preparação dos objectivos dos votantes não seja meramente "contando cabeças". Não é suficiente somente incluir mulheres como votantes, elas necessitam votar de modo informado, conhecendo que candidatos representam os seus interesses e prioridades.

7. A Embaixada dos EUA e a USAID deverão apoiar o restabelecimento das normas da lei para proteger as mulheres angolanas. O sistema legal estatal não é de grande utilidade para as mulheres que pouco sabem sobre o mesmo, e as campanhas de educação legal devem ser iniciadas para assegurar que as mulheres aprendam algo sobre o sistema.

Mas, somente os conhecimentos sobre a lei não são suficientes a menos que:

- Os tribunais sejam funcionais
- As mulheres beneficiem de justiça e tratamento justo nos tribunais ;e
- As mulheres tenham acesso a conselhos legais.

Assim a protecção dos direitos da mulher requer esforços em duas direcções: assegurar que o sistema tenha bases e pessoal, para que as mulheres tenham acesso a juristas e que os juizes queiram defender os seus direitos, e informar as mulheres dos seus direitos e oportunidades através de campanhas de educação legal e educação cívica.¹⁸

Consequentemente, é importante reforçar a Associação de Angolana de Mulheres Juristas de forma que ela possa falar efectivamente em nome das mulheres que necessitam de sistema legal para protecção.

Em complemento, três questões particulares deverão beneficiar de comentários da USAID:

- **Revogar ou rever a lei sobre os vendedores de rua.** Embora esta lei pareça neutral, tem um impacto diferente nas mulheres.
- **Assegurar que mulheres tenham igual oportunidades de beneficiar da privatização.**

A Constituição de 1992 refere a privatização da propriedade pertencente ao Estado: "A terra, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento, nos termos da Lei." Artigo 12 (3). Investidores candidatar-se-ão para a compra de terras, e há o risco que a terra ficara para aqueles que o sistema legal apoia. Desde que as mulheres trabalhem a terra, deveriam ter acesso a mesma. Mas se um esforço concentrado e cuidadoso não for feito, as mulheres provavelmente serão excluídas dos benefícios da privatização.

- **Encorajar um processo transparente e participativo para nomeação / mandato judicial.** A selecção de representantes e juizes para o Conselho Superior e o Tribunal Constitucional deve ser um processo transparente que assegure que os nomeados passem o teste de integridade e qualificação profissional. Sem focar especificamente na mulher, isto deve assegurar um processo judicial que permita à mulher igual acesso a justiça.

Por último, para abordar a violência contra a mulher os Estados Unidos devem tomar os seguintes quatro passos:

- Apoiar a pesquisa da UCAH sobre as mulheres nas áreas de aquartelamento ou recentemente reassentadas.
- Apoiar as organizações de mulheres que abordem a violência doméstica, - p.e. o Centro da OMA de Aconselhamento Jurídico, em Luanda que ajuda mulheres vítimas da violência, - reforçando-o como uma instituição na divulgação das suas experiências para outras partes de Angola.
- Abordar a questão da violência da policia contra a mulher ou no âmbito dos oficiais da UNAVEM sobre direitos políticos e humanos, ou apoiando os esforços da nova Associação das Mulheres Agentes da Policia e a Associação Angolana das Mulheres Juristas.
- Apoiar o restabelecimento de um sistema legal, favorável, funcional, e acessível.

8. Deve ser feito um esforço concertado para assegurar a participação da mulher nos programas da USAID. Se os Estados Unidos estão comprometidos em reforçar a democracia, e incluir as mulheres nos projectos D&G, três abordagens são imperativas:

- Primeiro, o sistema tende a dar formação as pessoas que já tiveram oportunidades e acesso. Isto é particularmente verdade nas sessões de formação da Assembleia Nacional ou nos partidos políticos. Para alcançar-se uma democracia viável e dinâmica, é importante alargar o conjunto de participantes.
- Segundo, existem dois excelentes exemplares de programas sobre participação comunitária, que inclui mulheres no diagnóstico das necessidades, planificação, processo de tomada de decisão, e implementação. A USAID deve ser conhecedora destas abordagens num dos programas da CREA (Creative Associates Internacional), financiado pelos EUA e do FAS (Fundo de Apoio Social) no Ministério do Plano financiado pelo Banco mundial. A USAID deve encorajar as OPV's por ela financiadas em Angola a aprender mais dos e sobre os programas.
- Terceiro, a assistência humanitária para "a próxima geração", deverá ser direccionada para **os grupos ou iniciativas que se podem transformar** em futuras ONG's angolanas, mas ainda não tiveram a formação e experiência para se transformarem em instituições formais; para as pessoas que deverão votar nas próximas eleições, ou as pessoas cujas vozes deverão influenciar as prioridades do Governo, mas que não sabem como mobilizar os votos ou levantar as suas vozes.

Em muitos casos, esta próxima geração de beneficiários são mulheres. A assistência da USAID para a democracia e governação deverá atingi-las, mas isto deve resultar de um processo consciente em que elas definam as suas prioridades, determinem os seus interesses e potenciais, e concebam a estrutura da assistência de forma que seja acessível para elas.

REFERÊNCIAS

AFRICARE

1997. Relatório Anual: 1996. Africare -Wako-Kungo, Kuansa-Sul. Relatório Anual, 1996. Luanda: Africare.

1996. Relatório Anual 1995, Kuansa-Sul . Luanda: Africare.

1996. A proposal: The Planalto Reintegration and Agricultural Development Initiative in Angola. Submitted to U.S. Agency for International Development. Luanda: Africare.

1995. Relatório Anual, 1995. Kuito. Luanda: africare.

1995. A proposal. Emergency Assistance Mass Vaccination Campaign for War-Affected persons in the Angolan Provinces of Bie and Kuanza Sul. Submitted to: The Office of U.S.Foreign Disaster Assistance. Luanda; Africare.

Aguilar, Renato.

1992. Paper 7.Gender Oriented Policies Programs and Projects under Structural Adjustment in Luanda. Ministério do Plano. The Luanda Household Budget and Nutrition Survey.

Anderson, Mary B., Ann M. Howarth (Brazeau) e Catherine Overholt

1. A Framework for People Oriented Planning in Refugee Situations: Taking Account of Women, Men and children. A practical Planning Tool for Refugee Workers. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugee Workers. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees.December 1992

Governo Angolano

1994 Protocolo de Lusaka, Lusaka, Zâmbia, 15 de Novembro de 1994

1993. Constitucional Law of the Republic of Angola, august 1992, published by the Embassy of the Republic of Angola in London, March 1993

Bender, Gerald J.

1978. Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality. Berkeley: University of Oxford.

Bender, William e Simon Hunt

1991 a Paper 1. Poverty and Food Insecurity in Luanda. Food Studies Group. University of Oxford. Food Studies Group.

Bender, William e Simon Hunt

1991 b Paper 2. Short and medium term options for the Alleviation of Poverty in Luanda. University of Oxford. Food Studies Group.

Bender, William e Simon Hunt

1991 c. Paper 3. Options for Streamlining Consumer Subsidies.University of Oxford. Food Studies Group.

Bender, William e Simon Hunt

1991 d. Paper 6. Monitoring the Impact of Structural Adjustment in Luanda and Medium Term Options for the Alleviation of Poverty in Luanda. University of Oxford. Food Studies Group.

Boaventura, Gabriel

1997. World Vision Angola, Malange WVI, Month Mines Report March 1997, 25/3/97. Malange: World Vision Internacional.

Care-Interbaccional

1997a. Livelihood Enhancement Assistance Program, Program Description (Duration 1/1/97 to 3/3/99) Location: Bie, Huila and Kuando - Kubango. Luanda: CARE.

1997b Quarterly Situation Report, DRAAP Project. October-December 1996. Luanda: CARE.

1996 Quarterly Situation Report, DRAAP Project. July- September 1996. Luanda: CARE.

Castame, António, Pedro Pinta

1996. Diagnóstico Rápido Rural. Zona Agro -Ecológica Planaltica - Sistema Café/Mandioca
Província do Uíge. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrícola.
Documento de trabalho No. 5. Luanda: FAO (TCP/ANG/6612).

Christian Children's Fund (CCF)

1996. CCF Angola Fact Sheet: Province-Based War Trauma Training Project. April, 1996. Luanda: CCF

1997a. Three Monthly Report to USAID/Angola. Reintegration of Under Age Soldiers (ANG/USAID/Underage Soldiers/ 2. Repor, N.2. Dec.1., 1996-February 28, 1997. Luanda: CCF.

1997b. Three Monthly Report to USAID/Angola. Fund for Displaced Children and orphans. Province Based War Trauma Team. (ANG/USAID/6). Dec.1., 1996-February 28, 1997. Luanda: CCF.

Christian SCIENCE Monitor

1997. The Shameful Neglect of Angola's Women, Mary Diaz and Sandra Sennett Tully, January 23.

Cohen dos Santos, Naiole

1997. O Perfil da Mulher Angolana No Desenvolvimento. Luanda: ADRA.

da Silva, Domingos Manuel, Silva André

1996. Diagnóstico Rápido Rural. Zona Agro-Ecológica Box Tropical/ Sistema Mandioca,
Província do Moxico. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrícola.
Documento de trabalho No. 4. Luanda: FAO (TCP/ANG/6612).

da Silva Simões de Almeida, Maria Elisa e Miguel António de Castro Aguiar

1996. Diagnóstico Rápido Rural. Zona Agro-Ecológica de Baixa Pluviosidade-Sistema Pecuária/Sorgo. Província do Cunene. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrícola. Documento de trabalho No. 3. Luanda: FAO (TCP/ANG/6612). 31 de Maio de 1996.

Davidson, Basil

1972. In the Eye of the Storm: Angola's People. Garden City, N.y.: Anchor Books.

Declich, Francesca

1997. A Gender Analysis of Resettlement Issues and Internally Displaced Persons in Angola's War to Peace Transition. Washington, D.C.: World Bank for the Emergency Social Recovery Project.

Devereux, Stephen e Simon Hunt

1991. Paper 5. Strategic Options for Health Service Provisions in Luanda University of Oxford. Food Studies Group.

Elias, Collin

1996. Expanded Program of Immunization, Kuansa-Sul. Final Report. Luanda: Africare.

FAO

1997. Angola. Agricultural Recovery and Development Options Review. Draft Report.

folha 8

1997. Bissemanário de Informação Geral, No.195, Abril 1, 1997

GCPO

1997. Carta de entendimento sobre os programas ortopédicos em Angola. Luanda: GCPO.

Gomes Alberta, António Torrinha

1996. Diagnóstico Rápido Rural. Zona Agro-Ecológica de Planalto - Sistema Milho/Feijão
Província do Bié. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrícola. Luanda: FAO.

Hansen, Art

1996. Consultant's Report to the World Bank, Angola. Angola: Emergency Social Recovery Program (September to October 1996).

Hansen, Helena e Eva Katarina Johannsson

1989. Angolan Women, Norway

Henderson, Lawrence W.

1979. Angola five Centuries of Conflict. Ithaca: Cornell University Press.

1972. The Church in Angola: A river of many currents. Cleveland, Ohio: The Pilgrim Press.

Hodges, Tony

1987. Angola to the 1990s: The potencial for Recovery. The Economist Intelligence Unit. Special Report N. 1079. London: The Economist Publications Limited.

Hunt, Simon

1991. Paper 4. The Reorganization of Public Sector Employment in Luanda: Options and Implications for Poverty. University of Oxford. Food Studies Group

INE (Instituto Nacional de Estatística)

1996a. Perfil da Pobreza em Angola, 1995. Luanda: INE. Ithaca: Cornell University Press.

Setembro 1996.

1996b. Inquérito Socio-Demografico da População Deslocada (Relatório Final). Luanda: INE.

Setembro 1996.

1996c. Principais resultados do Inquérito Sobre as Condições de Vida no Kwanza-Sul (Draft).

Luanda: CEED (Centro de Estudos Estatísticos Para o Desenvolvimento), INE.

Dezembro 1996.

IOM (Organização Internacional para as migrações)

1997. Stastical Report, Angola Mission Demobilization Programme Update

1996. Maps and Summaries of Estimated Post-War Population Movements (November 1994-September 1996). Prepared by Dr. Igor Mantsurov, IOM Planing and Assessment Officer for Populaion Movements. October 1996.

Jeune Afrique Economie

1996. Hors Serie, Avril, ("Savimbi,a UNITA e Angola")

1996. Jeune Afrique Economie, 19 Fevrier ("Angola: Comment L'UNITA prepare le retour de Jonas Savimbi a Luanda")

Jornal de Angola

1996. 12 de Abril de 1997 ,No. 7093

Lazary, Leonor

1996. Inquérito sobre a promoção da mulher rural. Memo. para Ablewa Sallah. 18.9.96.

Malange: World Vision.

Marques, Sofia

1993. Angola: Fighting Democracy. Edipress, Luanda.

Martins, Margarida

1996. Relatório Síntese dos Estudos de Diagnóstico Rápido Rural em cinco zona Agro-Ecológicas em Angola. Projecto FAO-TCP/ANG/6612. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrário. Documento de trabalho No. 6. Luanda: FAO, July 1996.

Mateus, Manuel, Santos F. Manuel

1996. Diagnóstico Rápido Rural. Zona Agro-Ecológica Orla Baixa Costeira Província de Benguela. Análise da situação e das opções de desenvolvimento do sector agrário.

Documento de trabalho No. 1. Luanda: FAO, July 1996.

McCaston, M. Katherine

1996. Poverty and Livelihood Insecurity in War-Torn Angola. A Rapid Food and Livelihood Security Assessment of MPLA and UNITA areas in the Provinces of Bie and Kuando -Kubango. Luanda: CARE (August).

MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social)

1996a. Relatório do Inquérito sobre a Justiça Juvenil (Primeira Fase); entidades Judiciais e Policiais e a Justiça Juvenil

1996b. Relatório do Inquérito sobre a Justiça Juvenil (Segunda Fase); entidades Judiciais e Policiais e a Justiça Juvenil

1996c.

1993. Caracterização da População Deslocada e dos campos de Recepção, Relatório final, Luanda, 1993. Luanda: MINARS.

Ministério da Justiça

1995. ANGOLA : Livro Branco Sobre o Processo de Paz, vol.I, Luanda.

Ministério da Mulher

1996. Estamos Juntas: Boletim da Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, "Declaração de Beijing". (Abril-Maio)

New York Times

1996. Ex-Rebels Adift in Angola without a war, Suzanne Daley, June 17

1997. Keep U.N. Troops in Angola, Gail Furman, May 31.

1997. Zaire's Fall Jolts Neighboring Angola's Frail Peace, June 8.

Sogge, David

1992. Sustainable Peace: Angola's recovery. Harare: Southern African Research and Documentation Center(SARDC).

SMEC

1996. SMEC Checklist for Gender Considerations in Sectoral areas(Draft). Camberra: SMEC. 1 August 1996.

Tulumba, Augusto João, Maria van-dunem.Christini Tromblay,Jack Greshon, Timothy J. Finan, Thoric Cederstrom, e Scott Solberg

1994. Food Needs Assessment Study for Huila and Cunene Provinces, Sothwestern Angola. Tuscon: Bureau for Applied Research.

UCAH

1997a Workshop: Mass Media. Parcerias para a Troca e Disseminação de Informação.

Desmobilização, Paz e Reconciliação Nacional . Luanda: UCAH OONU (Abril de 1997).

1997a. The Rapid Demobilization of Excess Troops. Luanda: UCAH.

1997c. Consolidated Inter-Agency Appeal, Executive Summary,1997

1995. The Identification of Social and Economic Expectations of Soldiers to be Demobilized.Luanda: UCAH/U.N.(DRO) Demobilization and Reintegration Office(July).

1995. Internally Displaced Persons in Angola. April.

1995. Post -War Population Movements in Angola, Luanda; UCAH(December).

1995. The Identification of Social and Economic Expectations of Soldiers to be Demobilized. Final Report, July 1995. Angola.

1995. Internally Displaced Persons in Angola. Angola, Luanda. April 1995.

Nações Unidas, Departamento de assuntos humanitários

1997. United Nations Consolidated Inter-Agency appeal for Angola. January-December 1997.

Geneva: United Nations, Department of Humatarian Affairs.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados)

UNHCR Policy on refugee Women. Executive Committee of the High Commissioner's Programme.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a criança)

1997. Interoffice Memorandum. Subject: Data and Displacement in the MICS Survey requested by Jennifer. (Inquérito de Indicadores Múltiplos Demografia, Saúde, Educação, Saneamento e Nutrição). Luanda: INE/UNICEF) (2/3/97).

1996. Malange Province: A Brief Overview. Malange: UNICEF (10/8/96).

van der Winden, Bob (ed)

1996. A Family of the Musseque. One World Action. WorldView Publishing

Comissão da Mulher para refugiados mulher e crianças

1997. Recovering from 30 Years of War; Refugee Women and Children in Angola. N.Y.

1995. Annual Report. N.Y. Comissão da Mulher para refugiados mulheres e crianças.

USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) /Angola

1997a. Summary Descriptios of USAID's Programs in Angola (as of 3/97)

1997b. Results Review and Ressource Request:FY 1999. (March 7, 1997). Luanda: USAID/Angola.

1997c. Situation Report #2, FY 1997, February 28, 1997: Angola-Complex Emergency, Bureau for Humanitarian Response, Office of U.S. Foreign Disaster Assistance

1997d. Terms of Reference, February Cable, Luanda 602

1997e." Womem Parliament MembersHost Forum on Gender Equality; Propose Permanent Network," March Cable, Luanda 823

Banco Mundial

1991. Angola : An Introductory Economic Review. A World Bank Country study. Washington, D.C.: The World Bank.

Programa alimentar Mundial

1997. Memorandum To: All Managers. From: Catherine Bertini, Executive Director. Subject: Commitments to Women. 7 February

1996. Seynabou Gueye Tall," Programme Alimentaire Mondiale. Evaluation du Programme Selon le Genre: Angola," Decembre 1996.(mimeo).

1996a. Gender Action Plan- Angola. Achievements in 1996. Luanda: WFP.

1996b. Managing and Financing Gender Action Plans. World Food Programme Newsletter:Commitments to Women. Number 13, September 1996.

1995. Gender Issues in Emergency Relief Operations. 2 Case Studies: Benguela & Kuando Kubango. Luanda: WFP.(May-June 1995).

World Vision

1996. WVRD Community Resettlement and Rehabilitation Program Propsal. Luanda: WVRD

Zenos,Anthony

1996. The Rolle of Ethnicity in the Angolan Conflict: A Synthesis of Critical Perspectives. Luanda: CREA, Angola. March 1996.

NOTAS FINAIS

CAPÍTULO 1

1 Falta de transporte, e não cumprimento do calendário causado pela inauguração do novo Governo, significa que algumas actividades eram analisadas através de entrevistas com o pessoal do projecto e revisão de documentos em Luanda.

2 O que constitui "lar" não é sempre claro quando as mulheres reassentam nas comunidades dos seus maridos onde elas nunca viveram antes.

3 O grupo WIDTECH tentou repetidas vezes encontrar com o Ministro da Justiça. O Ministro não estava disponível por causa da tomada de posse do novo Governo. Imediatamente após, ele ausentou-se do País (em férias).

4 Estas discussões em grupos focais foram chefiadas por Emília Fernandes da Development Workshop.

5 O propósito desta reunião foi:

Relatar sobre os passos que a USAID deu, ou planos a conceber, que estão relacionados com algumas questões abordados no relatório da Comissão da Mulher. (O grupo WIDTECH também explicou os constrangimentos, tanto políticos como económicos da USAID, os seus objectivos estratégicos, e a forma como aborda certos assuntos, enquanto outros doadores bilaterais ou instituições multilaterais abordam outros.)

Fornecer informação actualizada sobre questões levantadas no relatório e na missão.

Partilhar as lições apreendidas para missões e colaborações futuras o que nos denominamos "one-two punch"

Primeiro as missões investigadoras da Comissão para a Mulher identificaram formas através das quais mulheres refugiadas não estão recebendo ajuda e apoio para o qual elas têm direito; subseqüentemente o grupo WIDTECH apoiou a USAID a identificar formas através das quais, poderá melhorar a participação e a prestação da assistência as mulheres.

CAPÍTULO 2

1 De acordo com publicações do Governo Angolano, "Com produção de aproximadamente 600,000 barris por dia, Angola é o segundo maior produtor de petróleo na Africa sub-sahariana depois da Nigéria. O crude contribui com 90 por cento para o total das exportações, mais que 80 por cento das receitas do Governo, e 42 por cento do PIB do País." Alguma das maiores companhias mundiais de petróleo, incluindo a Chevron, Texaco, Offshore Pipeline Internacional, e a Exxon, estão presentes em Angola.

2 Existem aproximadamente 1,2 milhões de deslocados internos como em 1992, um número que aumentou desde esta altura (Hansen 1997).

3 Mas enquanto o processo de paz avança, com solavancos, também foram renovadas as hostilidades no noroeste de Angola desde a queda de Mobutu no Zaire.

4 O seminário inicial para a consciencialização sobre o género organizado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) em Novembro de 1996, em colaboração com o MINARS, PNUD, ACNUR, OMS, UNICEF, UCAH, e as ONG'S concluiu que a maior parte das ONG's não tem política institucional sobre questões do Género. As poucas notáveis excepções eram ONG's cujos responsáveis têm um compromisso pessoal com questões do género (PAM 1996:2).

5 O s kimbundus ligados ao MPLA perfazem aproximadamente 23-26 por cento da população enquanto que os Ovimbundu (ou Umbundu) das terras do Planalto Central, filiados a UNITA representam 33-38 por cento do total da população. (Henderson 1992; Zenos 1996:2)

6 De acordo com Henderson (1992: 12): "Sómente mulheres transportam o sangue do clã. A mãe e filhos era do mesmo clã, mas o pai tornou-se um estranho no conceito do clã, mesmo apesar dele ter providenciado o acesso ao parentesco paternal O clã que é representado e administrado por um mais velho, regulamentava a maior parte das relações sociais. O clã..... garantia acesso ao território dos seus ancestrais, fundadores dos primeiros assentamentos, são os "proprietários"..... A transmissão dos direitos de propriedade e a linha de descendênciado tio materno para sobrinho. O clã criava as condições para segurança e solidariedade."

7 Os Ambó compostos por menos de 3 por cento da população, detêm a maior parte do gado de Angola. Eles vivem em extensas famílias matrilineares com um bem definido clã totémico (Henderson 1992: 15).

8 Rapidamente houve também um incremento repentino e dramático do movimento da população em grande escala para outras áreas dentro e fora de Angola, por causa dos bombardeamentos aéreos e combates que catalizaram o início da luta de libertação em 1961.

9 Mesmo este tipo de missões de educação estavam fortemente concentradas nas áreas urbanas e regiões de maior interesse comercial para os portugueses. O anterior sistema de educação das missões católicas estava altamente influenciado pelo conceito português de total assimilação cultural.

10 A distinção legal entre brancos, negros "assimilados", e negros "indígenas" criou a base para o antagonismo étnico e racial que continua (Bender 1978: 149)." Ostensivamente pretendia proteger o interesse dos africanos, o indiginato explicitamente inicia o regime de desigualdade política através da divisão da população em duas categorias judiciais separadas: indígena (também referido como não civilizado, não assimilado ou nativo), que incluía todos africanos e mestiços como não civilizados; e não - indígena (ou civilizado), que incluía todos os brancos e assimilado (mestiços e Africanos considerados civilizados)." (Bender 1976: 149-150).

11 Dos impactos mais imediatos da alta taxa de mortalidade dos homens é que o número de mulheres é superior ao dos homens em quase todos os grupos etários (UCAH 1995c: 8). Em 1995, o INE estimou que havia 92 homens para cada 100 mulheres; na faixa etária 20-24 anos, existem somente 70-75 homens para cada 100 mulheres (ebenda). Recentes dados dos campos de deslocados em 7 províncias (Bengo, Benguela, Kuando Kubango, Kwanza Sul, Huila, Lunda Sul, e Moxico) demonstraram que os lares chefiados por mulheres vai desde 25 % na Lunda Sul a 63% no Kuando Kubango com as outras cinco províncias mostrando números que oscilam de 32 a 38% (INE). Uma recente reanálise de uma pesquisa da OIM (para determinar o número de lares chefiados por mulheres) estimou que 48.3 por cento dos agregados vivendo nos campos de deslocados no Dondo, Benguela, Luanda, e Viana eram chefiados por mulheres, e 31 por cento na Jamba, Lobito e Cacuaco. O grupo WIDTECH concorda entretanto, com outros estudos que os números actuais são provavelmente mais elevados (veja também Declich 1997).

12 Estudos estimam que "mulheres e crianças compõem aproximadamente 80 por cento dos novas vítimas das minas terrestre no pós-guerra."(Veja, por exemplo, Comissão para os refugiados mulheres e crianças 1997:2).

13 Similarmente, mulheres foram mantendo tradições e perícia agrícolas: "Inquéritos de agricultores nos anos 60 sugerem que três ou cinco agricultores (a maior parte dos quais nas terras do planalto central) praticavam algumas formas de irrigação de pequena escala baseado nestas terras molhadas. Talvez para surpresa dos chefes das plantações, estas micro-irrigações perfazem aproximadamente 80 por cento de toda a terra irrigada em Angola. Com a guerra limitando o acesso aos campos alimentados pelas chuvas, os camponeses angolanos na sua maioria mulheres expandiu e intensificou o uso de campos irrigados para alimentar as suas famílias."(Sogge 46-47).

14 Embora estejamos contentes por termos ganho alguma compreensão sobre este grupo, o grupo WIDTECH acredita que existe a necessidade para mais pesquisa. Os relatórios anteriores sobre questões do género em Angola contém pouca informação sobre as áreas sobre controle da UNITA . (A excepção a isto é a pesquisa de curto prazo de Declich sobre as mulheres vivendo em duas áreas de aquartelamento(Declich 1997). Em adição, no MINISTÉRIO DA MULHER não estão representadas mulheres da UNITA. EXISTE UMA NECESSIDADE DE CONSTRUIR UMA PONTE COM ESTAS MULHERES, para ganhar uma melhor compreensão das suas necessidades e iniciativas, e para convidá-las a sua participação. Tivemos a oportunidade de realizar encontros no Bailundo e outras áreas da UNITA ,onde entrevistamos e encorajamos o seguimento breve.

15 Os dados nacionais mostram 30-50 por cento são mulheres chefes de agregados familiares, a realidade e provavelmente a superior. Quando os oficiais de projecto desagregaram os dados existentes a nosso pedido, eles encontraram que 642 de 860(75%) de lares eram chefiados por mulheres (dados dos projectos,3.4.97.). nos encontramos um ratio mais alto de lares chefiados por mulheres(83 % ou 364 em relação a 438) nas aldeias de transito referido como "Andulo"(ebenda).

16 O plano de Agosto de 1996 para a desmobilização e reintegração dos Ex. combatentes detalha os procedimentos para a constituição das forças armadas unificadas de 26300 ex-militares da UNITA e 63700 do Governo, e reintegração na vida civil o remanescente 100,000 soldados desmobilizados (48,700 da UNITA e 51,300 do Governo) (USAID 1997: 9)

17 As mulheres entrevistadas afirmaram que embora o preço oficial dos documentos civis básicos seja somente 1 milhão de kwanzas reajustados, as autoridades geralmente exigem 7 milhões.

18 Ela argumenta que (1997:9) " por forma a ultrapassar o legado da existente influencia negativa dos dados para o planeamento, implementação e monitoria, deve ser dada maior atenção as mulheres como trabalhadores individuais, comerciantes, e agricultoras e não simplesmente como membros de agregado familiar suposto ser chefiado por um marido."

19 A Comissão da Mulher para Os refugiados mulheres e crianças (1996:28) e o Programa Alimentar Mundial (Tall 1996: 3-4,7; PAM 1995:8-9) fez recomendações similares.

CAPÍTULO 3

1 O estudo de caso sobre o género em situações de ajuda de emergência em Benguela e Kuando Kubango elaborado pelo PAM (PAM 1995:6) concluiu que "durante as operações de emergência em Angola, O PAM, por exemplo, não define explicitamente regras para a implementação ou controle da perspectiva do género nas operações de emergência, devido a priorização da componente puramente logística da emergência como tal."

2 Em contraste com tantos outros doadores da assistência alimentar, a USAID exige que a distribuição dos bens alimentares seja feito pelas mulheres e que homens com dependentes sejam alistados num dos cartões das suas esposas.

3 Um dos programas de apoio alimentar de uma ONG local apoiado pela USAID inclui um administrador (do sexo masculino), seis técnicos seniores que acompanham a distribuição alimentar (2 do sexo feminino e 4 do masculino) , e 14 distribuidores da alimentação (13 homens e 1 mulher).

4 O chefe do programa de ajuda alimentar na World Vision em Malange observou que as mulheres que servem como coordenadoras baseadas na aldeia estavam mais preocupadas em organizar a lista de beneficiários a tempo, e o calendário da distribuição alimentar e presenças nos pontos de distribuição alimentar, do que estavam os seus colegas do sexo masculino.

5 Mais que 50 por cento dos beneficiários adultos de um dos programas melhor estabelecidos sobre sensibilização sobre o perigo das minas, financiados pela USAID (o programa da World Vision em Malange) são mulheres (54,017 mulheres, 46,851 homens, e 111,370 crianças actualmente) (Boaventura 1997: 3).

6 Um coordenador de projecto afirmou que antes de receberem a formação, registavam-se em algumas aldeias um acidente por mês. No mês anterior a nossa visita a Malange, não se registou nenhum acidente em nenhuma das aldeias actualmente cobertas pelo programa.

7 A World Vision organizou o seu programa de sensibilização sobre o perigo das minas em Malange de forma que uma equipa concentra-se numa zona por aproximadamente seis meses, depois do qual mudam para outra zona na mesma municipalidade. O programa tem três fases de formação (que parece tipificar os programas de sensibilização sobre o perigo das minas):

I. Cursos de formação básica baseados em posters e panfletos: Cada curso envolve dois instrutores sobre sensibilização do perigo das minas, que conduz uma formação de 2-3 semanas numa aldeia para aproximadamente 25 pessoas, convidadas pelo soba. A formação consiste em aulas de três horas ao dia, durante a manhã, panfletos, modelos de madeira de minas e visitas a locais.

II. Produção de teatro popular: Uma iniciativa financiada pelo UNICEF em Luanda formou dezanove actores e dançarinos que escreveram os seus próprios escritos. Os seus salários e despesas são pagas com alimentos pelo trabalho, e a World Vision providencia o transporte para as aldeias.

III. Programa de marionetes: Este programa abrange crianças da escola e aldeias. A Ajuda Popular da Noruega (APN) dá uma formação de 15 dias para cada instrutor para aprender a usar marionetes para ilustrar lições sobre sensibilização sobre o perigo das minas para crianças.

A World Vision desenvolveu também um programa para alcançar os “camponeses leaders” nos programas de extensão, e existem planos para a utilização de vídeo no futuro.

8 Tal intercâmbio dos programas era difícil para organizar durante a fase de emergência da assistência da USAID.

9 Existe aqui uma oportunidade adicional: Como alguns homens e mulheres desenvolvem habilidades sobre teatro e marionetes, eles podem ser um recurso cultural e educacional muito importante. Mas para permanecer como actor fora do programa de sensibilização sobre o perigo das minas, eles precisam de aprender como usar estas habilidades como forma de apoio. Eles necessitarão de criação de necessidade para identificar oportunidades, promover seus serviços, gerir as suas finanças, e funcionar como ONG's ou negócios viáveis. Como comunicadores e fornecedores de informação e educação, eles se tornarão actores efectivos e instrumentais na sociedade civil angolana, e as OPV's financiadas pela USAID envolvidas na formação sobre democracia e educação cívica deverão apoiá-las.

10 Outras questões agrícolas são importantes para as mulheres, como o acesso a terra e ao crédito. Como a equipa WIDTECH foi solicitado a análise aos programas existentes e identificar formas de para aumentar a participação da mulher, este assunto não se enquadrava no âmbito do trabalho da WIDTECH.

11 Uma aparente fonte desta confusão é o facto que os agentes extensionistas frequentemente aparecem com a ajuda alimentar. Embora o camião transporte a assistência alimentar, e os agentes extensionistas apanham somente uma boleia. Mas quando os agricultores vêem os agentes com a ajuda, eles misturam os dois conceitos, e assistência relacionada com a protecção das sementes ou das colheitas mistura-se em discussões de novas técnicas de plantação e variedades de sementes.

12 Um coordenador de formação de uma OPV enfatizou que as OPV's tendiam a evitar anúncios extensivos de vagas para evitar um numero extremamente grande de candidatos indesejados que frequentemente concorrem.

13 Esta escassez de concorrentes qualificados e causada pela tremenda interrupção na formação educacional que ocorreu durante a guerra. Poucos homens ou mulheres abaixo dos quarenta tiveram acesso a formação contínua a menos que fossem para o exterior do país. Os que tiveram a formação universitária formal em Agricultura tendem a estar concentrado nas áreas próximo de Luanda, ou próximo do centro universitário do Huambo. Poucos, nesta jovem idade tiveram acesso a formação universitária formal nas áreas controladas pela UNITA a menos que estivesse entre os poucos que fossem para o estrangeiro. O resultado é que, embora Angola tenha um número significativo de agrónomas formados tanto no país como no estrangeiro (concentradas nos maiores centros urbanos), existem um número maior de mulheres que completam parcialmente cursos relacionados com agronomia, como a medicina veterinária. Muitas que interromperam a sua formação em agronomia, ou que têm as bases necessárias para iniciar a universidade, estão impossibilitadas de fazê-lo devido as dificuldades financeiras, exacerbada pela carga da educação das crianças, e pela transportação e custo de vida para movimentarem-se para o centro universitário.

14 Problema similar existe nos cuidados de saúde. Muitas mulheres que acompanharam as tropas da UNITA aprenderam habilidades medicinais. como aprendizes de médicos experimentados. Elas não têm entretanto, educação formal. Nos cuidados de saúde, como a agricultura e outros ramos, existe a necessidade de efectuar-se alguns testes de equivalência.

15 O pessoal da CARE em Luanda relatou dois exemplos salientes de associações de usuários de agua dinâmicos com alto nível de participação da mulher no Cunene e Lubango. Ambos projectos empregavam mulheres como extensionistas.

16 Embora a actual prioridade do SeCOR/IRSEM e o soldado desmobilizado, eles pensam em expandir o mandato para incluir os refugiados e outros deslocados.

17 Os planos iniciais para a desmobilização estavam direccionados quase inteiramente sobre desmobilizados. As três questões prioritárias eram: (1) Onde iremos viver? (2) Com quem iremos viver? (3) Que iremos fazer? Cada uma destas questões envolve uma série de decisões por parte do soldado que tem implicações para os seus benefícios e para as suas famílias. A questão sobre onde e com quem irão viver é muito difícil para os soldados que deixaram a chamada área de origem quando muito jovens. Alem disso, o verdadeiro processo de viver a vida militar que significa que eles movimentaram-se por todo o país -muitas das vezes tendo esposas de diferentes locais - significa que eles têm varias opções sobre onde viver. A situação é realmente complexa e muitos soldados desmobilizados tomam a sua decisão final sobre onde irão viver baseado no “conselho” do seu superior. Um objectivo das aulas de educação consiste em encorajar soldados a consultar as suas famílias antes de tomarem uma decisão final sobre onde e com quem irem. A questão sobre o que irão fazer é complicada pelo facto de vários soldados terem conhecido somente a guerra e terem pouco conhecimento sobre as condições de mercado nas diferentes áreas do comércio nas regiões onde planificam viver. Por essa razão os doadores recomendam programas de formação para os veteranos. A coordenação dos desmobilizados tornou-se num processo complicado porque uma agência das N.U. diferente foi responsabilizada por cada conjunto de questões.

18 O grupo WIDTECH falou com responsáveis dos catequistas oficiais e mulheres seniores (tias e mães, muitas das quais viúvas) associadas ao esforço para desmobilizar 1,000 soldados menores. Todos enfatizaram que mulheres seniores e dependentes (esposas, crianças, e mesmo parentes das novas esposas) desempenhavam um papel importante em fornecer apoio básico para os soldados uma vez terminado o seu pagamento inicial correspondente a 200 USD As mulheres e

catequistas enfatizaram que as mulheres estavam atendendo as necessidades adicionais das famílias através da produção agrícola com pouca assistência dos soldados. Embora foi-nos informado que alguns soldados menores ajudavam no campo, eles ocuparam boa parte do seu tempo tentando ter acesso ao pagamento para os desmobilizados, obtendo os documentos para a vida civil, e fazendo novos contactos sociais com a família e a comunidade que mal conhece.

19 Possivelmente alto como 80-90 por cento, dependendo do campo (vide também Declich).

20 Um grupo de mulheres chefes de família de facto que contam somente com o apoio limitado dos soldados desmobilizados são as esposas dos 40 por cento dos soldados da UNITA que foram enquadrados nas FAA. Uma inesperada consequência da extensão do período de aquartelamento de três meses para 12-16 meses foi que muitos dos soldados arranjaram novas esposas nas aldeias próximas das áreas de aquartelamento. O aumento da poligamia entre os soldados é um problema adicional para a maior percentagem das mulheres ligadas aos homens com mais de uma mulher (em muitos casos superior a 80-90 por cento).

21 Ficamos de alguma forma preocupadas com a constatação de que as OPV's financiadas pela USAID não participam de forma regular nos encontros técnicos da UCAH. A explicação deve ser que elas estão financiadas adequadamente e não procuram recursos adicionais. Estes encontros são importantes, para troca de informações, identificação de sinergias, e encontrar recursos para os beneficiários dos programas financiados pelos EUA que tenham adicionais necessidades de transição e desmobilização.

22 Este comité deveria incluir representação da UCAH, SeCOR, UNITA, MINARS/RSEM, e o Ministério da Mulher, bem assim como a USAID e outros doadores que apoiaram a UCAH e grupos vulneráveis de desmobilizados.

23 Deverá ser referido que o programa do CICV apoiado pela USAID no Huambo está 7 por cento acima da média, com 17 por cento de próteses distribuídas as mulheres.

24 A Associação dos Mutilados de guerra de Angola (AMIGA), UMA ONG ANGOLANA, iniciou em Setembro de 1992, inicialmente como um grupo de deficientes limitado a ex-combatentes mutilados de ambas as partes. Como resultado de contactos internacionais, a AMIGA alargou o número de membros e inclui também todos mutilados vítimas da guerra. Em 1995 tinha aproximadamente 7,000 membros em Luanda e 15,000 por todo o país. A Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA) é a mais velha associação de pessoas com deficiência em Angola, e o ponto focal para organizar e desenvolver actividades de consciencialização. A ANCA é a Associação Nacional dos Cegos de Angola. A ADDA é uma Associação recentemente formada para os desportos para os deficientes. A Associação Angolana da Cruz Vermelha (CVA) tem acordos com o Ministério da Saúde para administrar e fornecer alimentos e material para residências temporárias..na oficina ortopédica de Viana e Neves Bendinha (UCAH 1995: 30-31).

CAPÍTULO 4

1 O representante da UNITA com assento na parlamento afirmou o seguinte, relativamente a participação da mulher: "Aqui a herança ainda pesa"... Ele referiu que as escolas da UNITA estavam abertas tanto para as raparigas como para os rapazes. Ele disse que está preocupado com o aumento da poligamia e que ela contribui para que as mulheres se sintam menos respeitadas e seguras.

2 Desde que foi entendido que a maior parte das mulheres não vêem televisão ou lêem jornal, o rádio parece ser o melhor método. A proposta da NDI diz que o rádio " alcança " 80 por cento da população. Surpreso com este número, o grupo WIDTECH espera que isto esteja baseado no facto de que *tecnicamente* a rádio atinge os grupos localidades e línguas que perfaz os 80 por cento da população, Na realidade, porém, não muitas mulheres têm escutado.

3 Esta informação foi obtida quando 5 representantes da UNITA ainda não tinham assumido os seus lugares no parlamento. O parlamento deveria ter 220 representantes.

4 A grande excepção, com certeza, é o Partido Liberal Democrático que é liderado por Anália de Victoria Pereira.

5 O grupo WIDTECH fez a diferença entre o direito costumeiro e as "práticas neo-costumeiras". A primeira refere ao sistema legal tradicional que possuíam seus próprios fundamentos e lógica, e que frequentemente incorpora mecanismos para a resolução de conflitos que protege todos os membros da sociedade. A segunda contém práticas revisionistas que são frequentemente declaradas ou inventadas sem uma real autoridade ou compreensão das responsabilidades da comunidade. Em cada caso, o decisor é frequentemente o chefe, que os angolanos chamam de soba.

6 Incrivelmente, outra justificação que o grupo WIDTECH apresentou é que parece mal para as visitas estrangeiras que as pessoas vendam coisas nas estradas.

7 Mesmo no contexto do teatro sobre a sensibilização sobre o perigo das minas, o homem que tenta prevenir a criança ou mulher sobre os perigos das minas, levanta a sua mão para bater a mulher. Isto parece ser "normal".

8 Luvemba está situada no território administrado pela UNITA. Este é um grupo tradicional. Elas costumam enviar representantes a missão de Chilume (Protestante) onde elas aprendem habilidades que não-de ensinar em casa. Actualmente, a sociedade de senhoras tem indivíduos responsáveis em ensinar costura, puericultura, educação cívica, e fabricar sabão, bem assim como economia doméstica. Novas noivas vão ao centro distanciado há 7 km para formação.

9 Outra Associação denominada Conga, é para as ONG's estrangeiras que trabalham em Angola.

10 De facto, a Associação Angolana de Mulheres Juristas não é membro do FONGA. O FONGA participa na Rede Mulher e Desenvolvimento Angola.

11 O processo do FAS e da CREA para incluir mulheres pudera ser instrutivo até ao alto nível. Na primavera passada a Comissão Conjunta realizou um encontro com o Secretario Geral das Nações Unidas. Entre os 40 participantes, só havia uma mulher e era a interprete do Embaixador russo. A MENOS QUE ALGUMAS MEDIDAS SEJAM TOMADAS, A mulher não faz parte do processo.

12 Entretanto o artigo seis estipula: "Enquanto o Tribunal Constitucional não for instituído, competirá ao Tribunal Supremo exercer os poderes previstos nos artigos 134-135 da Lei Constitucional".

13 Um poster da Nigéria encorajando as mulheres a votar mostra uma mulher grávida, buscando água e carregando o seu filho as costas. Na legenda lê-se,"se você votar e votar certo, não haverá razão porquê ter que passar por tudo isso.."Isto seria efectivo para as mulheres em Angola aprender este conceito, experimentando o poder de grupo de acção para resolver problemas básicos.

14 Existem oportunidades para trabalhar com mulheres na rádio através da LAC uma estação de rádio privada, de âmbito provincial, cuja directora é uma mulher.

15 Porque Angola é um grande país, e as mulheres necessitam de assistência que raramente as alcança, nós acreditamos que é importante que a assistência técnica seja fornecida fora de Luanda sempre que possível. Isto poderia ser uma regra de que a formação e as conferências deveriam realizar-se em Luanda sómente se houver uma clara e específica justificação para uma excepção a regra.

16 As medidas devem ser bem fortes, mais do que se recomenda aqui. Por exemplo, Uganda exige quotas para mulheres ao nível do Governo. Não se recomenda tal sistema para Angola, mas sim que os angolanos (e os que fornecem assistência estrangeira) considerem porque o Governo Ugandês achou necessário tomar tais fortes medidas. Embora o grupo WIDTECH não apoie exactamente este sistema, indica o Uganda como um exemplo de um país que reconhece a necessidade de tomada de medidas fortes.

17 Se IRI insiste em definir o seu grupo alvo como aquele que estão actualmente na Assembleia Nacional, isto contribuirá para criar capacidade de muito poucas mulheres. Enquanto a criação de capacidade não atingir tantas mulheres quanto homens, os homens tornar-se-ão mais fortes e politicamente experiente enquanto as mulheres raramente poderão competir. A próxima ronda de eleições será importante, é muito importante assegurar que as mulheres tenham a oportunidade de ser eleitas. Isto significa tê-las como activos membros dos partidos políticos, e ajudar-lhes a construir as suas próprias constituições e a melhor forma de assegurar que elas terão a chance de estar no topo das listas dos partidos.

18 Artigo 36(2) determina: " O Estado providencia para que a justiça não seja renegada por insuficiência de meios económicos." Esta deve ser a base para insistir que o Governo coloque recursos para as judiciárias.

CONTRIBUIÇÕES

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, ONG'S ANGOLANAS E INDIVÍDUOS CONTACTADOS PELA EQUIPA WIDTECH, MARÇO-ABRIL 1997

DENTRO DE/ EM ANGOLA

EM LUANDA

AACA, Associação para o apoio da criança abandonada

AAD, Branca Neto do Espírito Santo

Acomil, Maria da Conceição Saldanha & Cesinanda Xavier

ADPP, Agnetta Dahner, Rikke Viholm, P. Jenson

ADRA, Filomena Andrade; Roberto Victoria, Francisco Flores

Africare, Tim McRae, Pedro Siloka, Herbert Fisher, Andrea Masters, Raimundo Carvalho, António Dias, Suzanne Matheos, Marcel Abies, André Sumeno, Luís Coxe, Pedro Chitucu

AIA/CAA, Gabriela Cohen

Angobefa, Miguelita André & Maria Fernanda

Angop, Carolina Fortes

AAMJ, Associação Angolana das Mulheres Juristas, Júlia Ornelas, Eduarda Borja, Idalina Rodrigues, Margarida Jordão, Anacleta Pereira

Associação das Mulheres Jornalistas, Ilda Carreira, Clarisse Caputo, Carolina Fortes
no Huambo, Maria Angélica

Associação das Mulheres Agentes da Polícia (AMPA), Maria Helena Santos
no Huambo :Matilde Pedro
Aníbal, nosso leal motorista

Care Internacional, MJ Conway e Jim Stearns; M. Osman, Guerra Freitas, Fernando Eduardo, Gabriela Lopes, Irene Maria Menezes,
Helen Ngolo

CRS, Catholic Relief Services, Karin Greenblatt

Centro para o Atendimento da Mulher, Helena Milagre, Conceição Pombal, Eufigenia Lopes

CCF, Christian Children's Fund, Maggie Brown e Márcia Janovic, Amabel Fradique, Ana Maria, Matilde Samuel, Fernando Alexandre
Canzaji, Samuel Pindas, Carlinda Monteiro, Júlia António, Carla Queirós, Edward Green, Michael Wessells

CICA , Lourdes Diogo Almeida

Development Workshop, Henda D. Pinto de Andrade e Emília Fernandes

Flor da Vida, Clarisse Caputo

FNLA, Amélia Florinda António

FONGA, Joaquina de Sousa e Almeida

Handicap Internacional, Sue Eitel

ICRC, Claude Amiet, Manuel Montandon

INE, Instituto Nacional de Estatística, Júlia Grave

INE, Instituto Nacional de Educação, Luísa N'Gueve

Fundação Internacional para a Educação e Auto-ajuda, Mamadou K. Mambouray

Internacional Medical Corps, Huambo & Luanda, Mary Weir, Mónica Onyango, Sofia Eylama, Georgelia Sili, Rita Candumba

Instituto Republicano Internacional, David J. Kramer e Lloyd O. Pierson

IRSEM, General António Francisco de Andrade

LAC, Sra Fialho & Luísa Françoni

Ministério da Educação, Vice- Ministra Alexandra de Victória Pereira

Ministério das Finanças, Francisca Fortes

Ministério do Planeamento/FAS, Cesaltina Abreu & Victor Hugo Guilherme

Ministério da Administração do Território, João Baptista Kussumua, Vice-Ministro

Ministério da Assistência e Reinserção Social, Vice- Ministra Eufrazina Lopes Maiato, Maria da Luz Pirilo de Sa Magalhães &
Filomena Maria dos Santos Correia Victor, Enoque Pedro & Azevedo Dias Timberio (Kuito)

Ministério da Mulher, Ministra Joana Lina Baptista Cristiano e Vice- Ministra Filomena Delgado

Instituto Nacional Democrático, Carrie Manning & Charles Stonecipher, Luís Vieiro, Carmen Lane, Andy Castonguay

OMA, Alzira Caldeira da Silva, Eulália Rocha, Helna Pascoal, Maris Rosa Filipe (Huambo)

PACT, Cathrine Gibbons

PDA, Josefa Webba

Rádio Nacional de Angola, Ana Maria Correia & Ilda Carreira

Save the Children/US, Brian Cavanagh

Save the Children/UK, Patrícia McLaughlin, Roberto Denny, Maria Lucília

A Procura do Entendimento Comum, Julie Nenon, Leila Manji, Alberta Uimbo Gomes

SeCOR/IRSEM, José Salema, Ana Felgueiras, Gláucia Vaz Yoshiura

Swedish Embassy, Embaixadora Lena Sundh & Maria Lucília Coelho

UCAH, Ramiro Lopes da Silva, Carlo Scarmarella, Jennifer Johnson, Carlos Rios, Elisabeth Rasmusson, Anthony Zenos

UNACA (União Nacional dos camponeses angolanos), Teresa Carvalho

UNAVEM, Maitre Alioune Blonden Beye- Representante do Secretario Geral das Nações Unidas, Fred Mallya, Paula Serrão Emerson,
Lieutenant Colonel Araújo

Igreja Metodista Unida (IMUA) Direcção Geral de Sociedade de Mulheres, Victoria José dos Santos Agostinho, Maria de Lourdes,
Margarida Hendes, Maria Manuelle Cassell, Regina F.S. Duarte, Rita Curimemha, Engrácia António da Silva

U.S. AID/Angola, Kimberly Smith, Alexis Robles, Nicholas Jenks, Tom Carter, Bill Seeger, Rosa E rILDO

U.S.Embassy/Angola: Embaixador Don Steinberg, DCM Jim Hamilton, Dan Pike, Randall Bennett, Sheila Jones

Voz da América, Amélia Mendes

Programa Alimentar Mundial, Felix Bamezon

World Learning, Fern Teodoro

World Vision, Castro Camarada, Philip Chester, Alistair Clewlew, Cosmos Magorokosho, Lenor Lazry, Pedro Gaspar Manuel, Isabel
Gomes, Gabriel Alexandre Boaventura, Laurenes Manuel Artur, Domingos Jukuim António Cahoje, Isabel Marçal Neto, Josefa
Manasses, Bekele Hankebo, Steve Ray, Margaret Ann McClean, Phil Readman

Outras individualidades
Dr. Almerindo Jaka Jamba, ex-Ministro da Educação, UNITA, Parlamentar /GURN
Edmundo Djamette, ex-Embaixador dos EUA para Angola

Nos musseques

Concern, Gualter Inglês
Maria e Ana Kambela, Kimbanguistas, dois pastores, e mais duas senhoras

Oxfam, Departamento do desenvolvimento social e género, Maria Augusta Peixoto

UEBA (União Evangélica Baptista de Angola) , Kumba Susana, e grupo de catorze mulheres.
Mercado do Rosa Pinto: grupo de aproximadamente 15 mulheres, e duas leaders da associação do mercado.

Fora de Luanda

Província do Bié

Kuito: 5 leaders, 38 empregados governamentais, 11 pessoa do pessoal das OPV's, 19 beneficiarios, 50 responsáveis dos
beneficiarios, 2 representantes das NU, 1 jornalista

Manuel Congimbi, Soba, Kuito
António da Conceição Gomes Gonçalves, Governador
Gonçalves António, Vice-Governador
Berta Mendonça, Lar de Cangola- Orfanato
Laurentina Chissembe, Lar Heróis do Kuito- Orfanato
INAFOP, Castro João e Efraim Camela
SeCOR/IRSEM, Stanislaus Bonnet e Paulino Chivale
N'tuco: 2 médicos da Africare, 4 empregados da Africare, um coronel da UNITA
Andulo: 5 leaders, 6 membros do pessoal da OPV, 1 representante das NU
Coronel Nato, Comandante Regional
Brigadeiro Prata, Governador
Candimba Felix, Vice- Governador
Ten. Cor. Hermelindo

Província do Kuanza-Sul/Waco-Kungo:

5 empregados governamentais, 5 membros do pessoal da OPV, 14 beneficiários, 20 mulheres leaders, 6 homens leaders
Costantim Nalumingo

Província do Huambo:

Cidade do Huambo: 8 empregados governamentais, 10 membros do pessoal da OPV, 8 beneficiários
CREA Aidam Pratick Egan, Debra Ann Vidler, Tracy Lloyd-McRae, Tenday Gwaradzinba, Thomas Tanguis, América Chitunda
ICRC e seis parceiras tradicionais no Huambo
Aproximadamente 15 mulheres profissionais e leaders (em grupos focais)
Programa da **OIKOS** no Huambo, e aproximadamente 20 mulheres de uma aldeia situada há 17 km do Huambo
Ministério da Mulher: Lotti Noliika (Delegada no Huambo), Salomé Caietula, Delegada do Chingenje
Bailundo:
ADEMA, Margarida Nalembe e aproximadamente 15 leaders da ADEMA
Centro para a Educação Básica Boas Novas, Alice Vasco Miguel Pongolola
LIMA , Bailundo, Helena Kaquinda, Miraldina Jamba, Adelaide Carlos e aproximadamente 15 outros.
Lizeth Satumbo Pena, Secretária para a assistência humanitária (UNITA)
Sociedade de Senhoras, Comunidade de S. Miguel, Luvemba

Província de Malange:

Catala: 3 leaders, 2 trabalhadores da OPV, 14 beneficiárias, 3 representantes das NU
General Assobie da Bala, UNITA
Coronel Eunice da Silva, UNITA
Major Carlos Belchior, UNITA
FORA DE ANGOLA
Genny Abel, London School of Economics
Professor Gerald Bender, Universidade do Sul de Califórnia
Embaixada da República de Angola, Olga Mundombe & Armando Francisco
FAO: William Sorrenson
Senhora Maria João Franca, jurista, (e esposa do Embaixador de Angola nos EUA)
Serviço de Informação livre de Angola , Jardo Muekalia
Artur Hansen, Universidade de Florida
Linda Haywood, Howard University
Lawrence W. Henderson, missionário retirado, Durham, N.C.
Stephen Kyle, Cornell University
Joseph Miller, Universidade de Virgínia
Richard Mikondo
Rui Rodriguez, Cranston, R.I.
Samuels Internacional Associates, Michael A. Samuels & Lawrence Julihn
Robert Thornton, University of Wittswatersrand, Johannesburg
U.S. AID/Washington : Murl Baker, Melissa Brown, Cate Johnson, Kelly O' Keefe, Deborah Mendelson, Muneera Salem- Murdock,
Marc Scott, Bill Yegar,
Lisa VeneKlausen, a Fundação Ásia
Vietnam Veterans of America Foundation, Wendy Baston
Comissão da Mulher para os Refugiados Mulheres e Crianças, Mary Diaz e Elizabeth Walker
Banco Mundial, Manuela V. Ferro

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

VOLUME II

PROJECTO FINANCIADO PELO ESCRITÓRIO DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO, BUREAU PARA PROGRAMAS GLOBAIS, PESQUISA DE TERRENO E APOIO, AGÊNCIA NORTE AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, SOB CONTRATO Nº FAO - 0100 - C - 00 - 6.005 - 00, COM DEVELOPMENT ALTERNATIVE, INC.

JULHO 1997

WIDTECH

**1625 Massachusetts Ave NW, Suit
550, Washington D.C 20036 USA
TELEF - 202-332-2853
FAX - 202-332-2857
Internet: Info Widtech - Org**

WIDTECH

**Um Projecto de Assistência
Técnica Mulher no Desenvolvimento**

**Projecto financiado pelo escritório
Mulher no desenvolvimento - Bureau
para Programas Globais, Pesquisa de
Terreno e Apoio, Agência Norte
Americana para o Desenvolvimento
Internacional, sob contrato nº FAO -
10100-C00. 6005-00.**

- 1. Esta publicação foi possível graças ao apoio fornecido pelo escritório da Mulher no desenvolvimento - Bureau para Programas Globais, Pesquisa de Terreno e Apoio, Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, sob contrato nº FAO-10100-C-00. 6005-00.**
- 2. As opiniões aqui expressas são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional.**
- 3. A presente versão em português foi traduzida por Branca Neto do Espírito Santo.**

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

ELABORADO POR:

**Marcia E. Greenberg
Della McMillan
Branca Neto do Espírito Santo
Júlia Ornelas**

Development Alternatives, INC

JULHO 1997

WIDTECH

**Um Projecto de Assistência
Técnica Mulher no Desenvolvimento**

**Projecto financiado pelo escritório
Mulher no desenvolvimento - Bureau
para Programas Globais, Pesquisa de
Terreno e Apoio, Agência Norte
Americana para o Desenvolvimento
Internacional, sob contrato nº FAO -
10100-C00. 6005-00.**

PROJECTO FINANCIADO PELO ESCRITÓRIO DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO, BUREAU PARA PROGRAMAS GLOBAIS, PESQUISA DE TERRENO E APOIO, AGÊNCIA AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, SOB CONTRATO Nº FAO - 0100 - C- 00- 6.005 - 00, COM DEVELOPMENT ALTERNATIVE, INC.

JULHO 1997

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

ELABORADO POR:

Marcia E. Greenberg
Della McMillan
Branca Neto do Espírito Santo
Julia Ornelas

Development Alternatives, INC

JULHO 1997

ÍNDICE

VOLUME II

- Anexo 1 Relatório preliminar submetido a USAID-Angola aos 29 de Abril de 1997
- Anexo 2 Revisão de sumário dos estudos relativos a Mulher em Angola
- Anexo 3 Amostra Tabela demonstrativa para a auto-avaliação das ONG's sobre as suas praticas de contratação do pessoal
- Anexo 4 Projecto de plano e agenda para um seminário de 5 dias sobre a aumento da participação da Mulher nos programas da USAID em Angola
- Anexo 5 Amostra de inquérito para recolha de dados básicos sobre o género
- Anexo 6 Lista de individualidades, Instituições governamentais, Organizações Internacionais e ONG's angolanas contactadas pela equipa WIDTECH
- Anexo 7 Carta informal distribuída em Angola e artigo do Jornal de Angola
- Anexo 8 Informações relativas as organizações femininas
- Anexo 9 Informações sobre os projectos em curso e em carteira das organizações femininas
- Anexo 10 Informações sobre o Programa para 1997 da Secretaria de Estado para a Promoção e desenvolvimento da Mulher (actualmente Ministério da Mulher)

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA NO SEU PROCESSO POLÍTICO E INSTITUIÇÕES

VOLUME II

Anexo 1

Relatório preliminar submetido a USAID-Angola aos 29 de Abril de 1997

ACÇÕES IMPORTANTES PARA O OBJECTIVO ESTRATÉGICO #11¹

1. Questões do género na desmobilização

Uma questão pertinente para a sustentabilidade do processo de paz é a necessidade do aumento da capacidade das estruturas de planificação das Nações Unidas (UCAH, SECOR/IRSEM) e das iniciativas das ONG's apoiadas pelas Nações Unidas para abordar a variedade de questões sobre o género criadas pela rápida desmobilização dos soldados.

A necessidade de uma liderança mais efectiva das questões da mulher nos programas de desmobilização e reintegração é urgente por duas razões: 1) A rápida desmobilização está já tendo lugar; 2) a estrutura institucional para a desmobilização e reintegração está sendo concebida como parte das actividades de transição, numa iniciativa conjunta do SECOR/ PNUD-MINARS/ IRSEM. Qualquer atraso na abordagem deste tópico, resultará provavelmente, na concepção de programas que não terão em conta os problemas específicos das mulheres.

Existem quatro áreas prioritárias onde as necessidades das mulheres deverão ser abordadas:

- 1) A adição de novas fontes ou revisão das informações existentes, dos serviços de aconselhamento e referência sobre oportunidades de reintegração (apoio psico-social, emprego ou auto -emprego, acesso aos direitos e benefícios);

¹ Este documento foi deixado com a USAID em Luanda aos 29 de Abril de 1997

- 2) A concepção de material apropriado de educação de forma escrita (Português simples com gravuras, panfletos, etc.) relacionado aos esforços de reintegração incluindo direitos e benefícios das famílias;
- 3) O recrutamento tanto de homens como de mulheres para os diferentes níveis da nova administração do SECOR/ IRSEM, incluindo os coordenadores dos QIP, coordenadores provinciais, promotores sociais e a recém aprovada mas ainda não preenchida vaga de "promotor social".
- 4) Organização nas províncias e em Luanda de sessões de formação para o aumento da sensibilidade sobre o género: (a) do pessoal feminino e masculino do SECOR e UCAH e b) dos representantes do Governo e das ONG's servindo nos órgãos de coordenação a nível provincial e dos comités técnicos para a desmobilização e reintegração, actualmente sob liderança do SECOR, UCAH e ACNUR .

A ser implementado pela USAID

A USAID deverá financiar a contratação de um perito de curto-prazo (3-6 meses) em questões sobre o género para a UCAH/SECOR. Este indivíduo será responsável pela:

- a) Organização e realização do primeiro encontro do grupo de trabalho sobre questões da mulher que foi constituído (a pedido do Embaixador americano) pelo comité técnico sobre os Desmobilizados e Reintegração. O resultado deste primeiro encontro deverá ser a fase um do plano de acção do género, que abordará as questões mais prementes do género na desmobilização (Data: tão rápido quanto possível);

A agenda para o primeiro encontro do grupo de trabalho e o Plano de Acção sobre o género deverá incluir:

- Educação cívica da UCAH: Analisar o modelo actual dos programas de educação cívica, para determinar como se deverão preparar as mulheres habitantes nas áreas de aquartelamento, para a realidade psico-social e económica que elas provavelmente encontrarão durante a reintegração (0-4 meses);
- SeCOR/IRSEM: ajudar o SeCOR a formular planos apropriados para serviços de aconselhamento, informação de referência para prever as necessidades das mulheres que vivem nos sítios de aquartelamento assim que abandonem estas áreas;
- Estrutura de recrutamento e emprego do SeCOR/IRSEM: Fazer recomendações sobre como o SeCOR poderá aumentar a efectividade dos seus serviços de reintegração através do aumento do número de mulheres nas comunidades-chave, e posições a nível provincial e municipal;
- Formação sobre o género: identificar necessidades prioritárias para formação participativa sobre o género que poderá ser orientado por 1 ou 2 consultores baseados em Luanda (com inputs activos do pessoal da UCAH e SeCOR para a fase pré-planificação). 2

- b) Colaborar com a UCAH e SeCOR/IRSEM para realizar pesquisas (nas áreas de aquartelamento e pelo menos em três províncias que receberá um número considerável de soldados desmobilizados e suas famílias) para a formulação da fase dois do Plano de Acção sobre o género (Data: Dentro de três meses).

2. Nossa recomendação inicial para este trabalho seria o contacto com a Sra. Emília Fernandes ou Sra. Henda Ducados Pinto de Andrade ambas da Development Workshop e da Rede de Trabalho Mulher e Desenvolvimento. Estas duas consultoras organizaram os primeiros seminários a nível provincial (em 7 províncias) da então Secretaria de Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher em 1995 e 1996. Para informações adicionais, contactar a Sra. Branca Neto do Espírito Santo que é um membro da equipa WIDTECH, baseada em Luanda (AAD, Acção Angolana para o Desenvolvimento)

2. MULHERES PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

A segunda preocupação urgente que reclama por uma imediata acção é o problema cada vez mais crescente das mulheres deficientes e suas crianças. Uma vez que muitos dos leaders nas organizações fornecedoras de próteses são sensíveis ao género e estão preocupados com o baixo nível de participação da mulher nos seus programas (estimado a 10 por cento para todo o país (Declich 1997: x) e 17 por cento para os programas do CICV financiado pela USAID), existe a necessidade de se tentar uma nova abordagem para aumentar o número das mulheres a beneficiar desta assistência. O grupo WIDTECH notou a inexistência de mecanismos institucionais para comunicar ou fazer lobbies para as necessidades especiais das mulheres deficientes. O grupo WIDTECH acredita que esta é uma área onde uma pequena ajuda da USAID poderia aumentar significativamente o número de mulheres com acesso a próteses.

A ser implementado pela USAID

Escrever uma carta ao CICV e Veterans Internacional solicitando a sua colaboração no fornecimento de liderança nacional nas questões sobre mulheres deficientes particularmente para os seguintes itens:

i)Assegurar que pelo menos um parágrafo sobre questões do género seja anexado ao Memorando de Entendimento actualmente em discussão pelo Grupo de Coordenação dos programas ortopédicos, GCPO;

ii) Mandatar que o seu pessoal aumente os serviços para as mulheres, de forma que elas recebam pelo menos 50 por cento das próteses.

iii) Requerer que o seu pessoal melhore a distribuição das informações para as mulheres, através da (o):

- Publicação dos seus programas por intermédio das já existentes redes de grupos femininos das igrejas em áreas onde eles intervêm (Huambo, Bié, Luanda, Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul).
- Emprego a algumas mulheres deficientes com formação secundária para apoiar na concepção das campanhas de informação mais efectivas para atingir mulheres deficientes;
- Colaboração com ONG's locais nas seis províncias onde intervêm para facilitar (através das linhas orçamentais já pré-existentes para a formação) o desenvolvimento de grupos de mulheres deficientes;
- Desenvolver a lista do guião sobre o género para as suas organizações apresentarem como parte da sua participação no futuro "Workshop guião sobre o género" que a USAID realizará dentro dos próximos três meses,
- Organizar formação em sensibilidade sobre o género, para o seu pessoal tanto feminino como masculino,³ e
- Estudar as "práticas recomendáveis" de alguns dos outros projectos da USAID na área do Huambo (por exemplo CCF, SCF/UK, e CREA) onde o grupo WIDTECH encontrou modelos particularmente efectivos para a distribuição de informação para as mulheres, e

(iv) Fornecer a USAID informações periódicas sobre o progresso nestes assuntos.

3. WORKSHOP GUIÃO SOBRE O GÉNERO

Para assegurar que as ONG's apoiadas pela USAID tenham domínio das metodologias e acesso a informações de base necessária para incluir as mulheres de forma mais efectiva nos projectos financiados pela USAID, esta deverá financiar o Workshop guião sobre o género.

ESTA NECESSIDADE É ESPECIALMENTE URGENTE NA EXTENSÃO AGRÍCOLA E PROJECTOS DE PESQUISA QUE AINDA SE ENCONTRAM NA FASE DE DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES E CONCEPÇÃO. O atraso na abordagem do género nesta ALTURA VITAL DE TRANSIÇÃO poderá reduzir a sustentabilidade a longo-prazo dos investimentos da USAID nestas iniciativas, que se reflectirá no: (i) estabelecimento de um padrão de marginalização da mulher ou limitação do seu acesso a certas categorias de emprego remunerado ou não (alimentos pelo trabalho), ou (ii) desenvolvimento de investigação agrícola ou programas de extensão que poderão mais tarde revelar-se irrelevantes ou inapropriados para as suas necessidades.

Consequentemente, outra razão para acção imediata consiste na realização pela USAID (ou fornecimento para a organização) do WORKSHOP GUIÃO SOBRE O GÉNERO como um meio de influenciar muitos elementos chave que participam no processo de concepção ou pré-concepção dos programas da USAID. O conceito da “checklists” do género ou “directivas operacionais” foram usadas por várias organizações (por exemplo AusAID, o Banco Mundial, e agências das N.U.) para assegurar que as necessidades das mulheres sejam consideradas no seu trabalho. Experiências demonstraram que “as checklists mais específicas são para as áreas particulares de trabalho, a forma mais efectiva de assegurar que as necessidades

3. A equipa Widtech identificou Emília Fernandes, que é uma formadora sobre género que tem um contrato de trabalho com a Development Worshop

sejam tidas em conta” (SMEC 1996: I). Embora os representantes das OPV's e agências internacionais entrevistadas, como o PAM, tenham conhecimento dos guiões internacionais e planos de acção para as áreas onde intervêm, os guiões geralmente não circulam e não estão adaptadas ao contexto angolano.

O resultado do proposto workshop de 5 dias “Workshop Guião sobre o Género” deverá ser uma série de checklists / guiões sobre o género especificamente talhado para os projectos financiados pela USAID em Angola para as cinco áreas prioritárias do OE#1:

- assistência humanitária (emergência alimentar, saúde básica, e distribuição de sementes e instrumentos de trabalho);
- reabilitação e manutenção das infra-estruturas (incluindo sistemas de água, sanidade, saúde, e infra-estruturas educacionais e alimentos pelo trabalho);
- investigação agrícola e extensão;
- grupos vulneráveis (amputados e crianças traumatizadas);
- Cada conjunto de guiões do género sectorial, deverá incluir recomendações específicas sobre como as questões da mulher deverão ser melhor abordadas em cada fase do projecto: planificação, concepção,

implementação, monitoria e avaliação com especial atenção para a elaboração de estratégias criativas para: aumento do emprego e troca de informação, bem assim como promoção de mecanismos mais efectivos para formação em liderança e organização de grupos (através de maior colaboração com os outros programas da D&G financiados pela USAID) para os grupos alvo.

Um mecanismo mais específico para o recrutamento da equipa nacional de consultores para organizar o workshop em colaboração com uma equipa de OPV's, será a colaboração com as OPV's da Democracia e Governação, como descrito no Anexo 4.

A ser implementado pela USAID:

Solicitar a World Learning que contrate um consultor nacional para organizar o "Seminário guião sobre o género" cujo output será um conjunto de guiões sobre o género para cada sector onde a USAID intervém e o plano de formação sobre o género para cada OPV financiada pela USAID.

Solicitar a WIDTECH a apoiar o consultor nacional com conselhos técnicos e documentação de base.

4. QUESTÕES DO GÉNERO E EXTENSÃO E INVESTIGAÇÃO AGRÍCOLA

Existe uma necessidade importante de aumentar a participação feminina em todos os programas já existentes e projectados de extensão e de investigação agrícola. As oportunidades são especialmente notórias porque muitos destes programas estão a começar precisamente agora.

A ser implementado pela USAID

Convidar o Director de cada ONG que executa ou prevê executar programas de extensão para participar numa mesa redonda sobre o incremento do emprego feminino e a participação a todos os níveis dos seus programas. A carta-convite deverá recomendar que em preparação para a mesa redonda deverão discutir algumas das recomendações da WIDTECH com o seu pessoal a nível provincial. Mais particularmente, eles deverão discutir o seguinte:

- perfil académico e não académico necessário para os diferentes níveis da extensão e pesquisa agrícola ;
- algumas recomendações mais específicas da equipa WIDTECH , como contratos de curto prazo 3-4 meses de pesquisa (para identificar mulheres de talento que não possuam os usuais pré-requisitos para a formação formal para a extensão agrícola, postos técnicos e administrativos);

-
- meios adicionais para publicitar oportunidades de emprego na agricultura, p.e. através de igrejas e escolas bem assim como apresentações públicas de pessoas modelo;
 - mandar que 50 por cento dos agricultores leaders e dos testadores das sementes da liberdade, sejam mulheres, e
 - mandar que 40-50 por cento das novas vagas para a extensão seja preenchida por mulheres.

2. A mesma carta deverá solicitar:

- Que todas as OPV's colaborem na produção do conjunto de guiões sobre o género como parte integrante do Seminário sobre o género financiado pela USAID;
- que todas as OPV's organizem acções de formação de sensibilização sobre o género para cada membro do sexo masculino e feminino do seu staff que deverá ser financiado pela linha orçamental já existente para formação;
- que cada ONG organize acções de formação especial com métodos de ensino criativos (como teatro) para sensibilizar líderes locais (tanto governamentais como os sobas) sobre a importância da participação da mulher na extensão rural e programas de pesquisa, e
- que cada relatório anual e quadrimestral para a USAID forneça uma análise sobre o seu progresso nestas questões.

3. Chamar a atenção das OPV's financiadas pela USAID que até que melhorem a sua habilidade para atrair e reter mulheres agricultoras com talento, as OPV's terão perdido uma oportunidade importante de aumento da produtividade e diversidade total do sistema agrícola nas áreas onde eles intervêm. Qualquer atraso na abordagem deste tópico, resultará na concepção de programas que não terão em conta os problemas específicos das mulheres. As OPV's estarão mais habilitadas a desfrutar o talento, perspectiva e o compromisso de emprego a longo prazo das mulheres se oferecerem pacotes de emprego mais atractivos que incluam oportunidades de frequência de cursos de extensão agrícola (através da UNISA e a Universidade de Pretoria), workshops regionais oferecidos pelo Centro Internacional de Agricultura, e formação em língua Inglesa - bem assim como a filiação em associações profissionais nacionais e regionais relevantes.

5.MODIFICAÇÃO DOS GUIÕES DE COLABORAÇÃO, PROPOSTAS E RELATÓRIOS

O proposto workshop “guiões sobre o género” será a base para a USAID modificar os seus procedimentos de monitorização, e de concepção de propostas de forma a engajar tanto a USAID como as ONG’s financiadas pela USAID NUM PROCESSO CRIATIVO DE PLANEAMENTO E MONITORIA DE QUESTÕES DO GÉNERO. Formulários - tipo que poderão fornecer guiões para esta área estão listadas no anexo.

A ser implementado pela USAID:

1. Modificar o guião para reportagem para incluir indicadores específicos sobre o género.
2. Insistir que se deia prioridade aos projectos que definem claramente os nomes e procedimentos que o recrutamento e promoção das mulheres.

6. CONCEPÇÃO DE UM BOLETIM QUADRIMESTRAL PARA PARTILHAR “PRÁTICAS RECOMENDÁVEIS” ENTRE AS OPV’S FINANCIADAS PELA USAID

Uma importante “oportunidade perdida” para melhoria do desempenho dos projectos da USAID e a participação das mulheres é a incipiente partilha de informações sobre “práticas recomendáveis” entre a maior parte das OPV’s e ONG’s financiadas pela USAID devido ao facto de se encontrarem absorvidas na implementação dos seus projectos.

Entretanto, existem algumas práticas excelentes que tiveram impactos positivos nas mulheres em Angola. Com alguma liderança e coordenação, a USAID poderá assegurar a réplica de algumas destas lições para melhorar a performance de outras em Angola.

A ser implementado pela USAID

1.A World Learning deverá fazer uma doação de dois anos para um consultor nacional associado a uma ONG nacional para produzir um boletim sobre questões do género e desenvolvimento nos projectos financiados pela USAID. O objectivo deste será o de encorajar a troca inter-provincial das “práticas recomendáveis” sobre questões do género. A essência do boletim consistirá na troca de experiência entre as OPV’s sobre o género, bem assim como na promoção do intercâmbio entre o Ministério da Mulher e OPV’s. Nós prevemos que este projecto deverá eventualmente evoluir para um boletim que poderá ser elaborado em colaboração com o Ministério da Mulher.

2. Distribuir este boletim a todo o staff associado aos projectos financiados pela USAID (que constitui de facto, uma grande comunidade quando se verificar o tamanho de algumas das maiores ONG's) e seus directos colaboradores.

3. Solicitar as OPV's financiadas pela USAID que o seu pessoal produza pelo menos dois artigos por mês sobre algum aspecto das "práticas recomendáveis" nas regiões onde eles intervêm incluindo:

- iniciativas promissoras, concebidas e implementadas por mulheres em sectores particulares;
- Iniciativas promissoras concebidas por e implementadas por mulheres em programas doutros doadores ou nas ONG's nas províncias onde eles intervêm;
- descrição de "práticas recomendáveis " relevantes de projectos de OPV's noutros países; e
- tecnologias de baixo custo para a redução do trabalho da mulher.

7. TECNOLOGIAS PARA A REDUÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

O facto de que as mulheres tenham que despende muito tempo em tarefas como recolha de água e trituração dos cereais, significa que ela tem menos tempo para a produção agrícola, para atender os seus filhos, formarem-se e participar na comunidade. Um tema actual em muitas das entrevistas foi que muitas das esquecidas tecnologias para a redução do trabalho da mulher foram recuperadas durante a guerra. Por exemplo os moinhos movidos a água próximo de Luvemba, são projectos prioritários para as comunidades que reconhecem o custo de oportunidade do tempo da mulher.

Outra forma através do qual um pequeno investimento da USAID poderá ter grande benefício para o aumento da vontade da mulher e habilidade para participar nos projectos de reconstrução e reintegração, seria ajudar o Ministério da Mulher e as ONG's (por intermédio da Rede Angolana Mulher e Desenvolvimento) a aumentar o entendimento do Governo e das ONG's sobre as tecnologias que reduzem o trabalho da mulher, que existem em Angola e nos países vizinhos. Maior disseminação de informação sobre estas tecnologias poderão fornecer mecanismos para ajudar grupos de mulheres a unirem-se e na identificação de soluções apropriadas e de baixo custo.

A ser implementado pela USAID:

A World Learning deverá financiar um consultor nacional associado a uma ONG nacional, membro da Rede Mulher e Desenvolvimento para desenvolver um guia

sobre os recursos nacionais das tecnologias apropriadas para as mulheres. O consultor trabalhará com as ONG's financiadas pela USAID para identificar e descrever as tecnologias promissoras. Este guia deverá documentar tanto as tecnologias, como as fontes de informação sobre a questão (através de OPV's regionais, N.U., e Redes de trabalho da USAID). Deverá ainda a World Learning encorajar as mulheres dos media, a identificar tais tecnologias e escrever artigos sobre os mesmos. A World Learning poderá então trabalhar com a associação de mulheres jornalistas para a publicação dos referidos artigos nos jornais, radiodifundidos e discutidos nos Comitês Técnicos da UCAH e publicados em vários jornais.

ACÇÕES IMPORTANTES PARA O OBJECTIVO ESTRATÉGICO # 2

Recomendações para a Democracia e Governação

28-Abril-97

Passos imediatos:

1. Encontro com Joana Lina, Ministra da Mulher
2. Constituir um Comité consultivo para a Mulher , que inclua Branca Neto do Espírito Santo, Júlia Ornelas, Clarisse Caputo, uma representante do Ministério da Mulher, Lizeth Pena da Lima / Bailundo , Alzira Caldeira da Silva da OMA / Centro de Aconselhamento Jurídico, Victória José dos Santos Agostinho da Igreja Metodista Unida, e representantes de cada província de trabalho da USAID.
3. Informar o Embaixador sobre questões que requeiram a sua atenção e persuasão política (em detrimento da programação ou financiamento da USAID):
 - Mulheres representadas no Conselho Superior da Magistratura Judicial requerido pela Constituição mas ainda não constituído⁴
 - Mulheres e oportunidades de serem eleitas através de partidos políticos;

-
- Mulheres na administração do território (não existem actualmente mulheres funcionando como Governadores, Vice-governadores ou Administradores, portanto qualquer vaga poderá ser preenchida por mulheres) ;
 - Representação de mulheres no Conselho Nacional de Comunicação Social. A lei Angolana prevê um Conselho Nacional de Comunicação Social que antes de 1992, encontrava-se regularmente para receber e rever reclamações.
 - Mulheres e violência policial contra ela. Este é actualmente um dos assuntos de direitos humanos mais urgentes das mulheres em Luanda.

4. Mas note: Embaixadora da Suécia informou-me que são colocadas questões sobre se haverá mulheres qualificadas para servir o Tribunal Constitucional. Neste caso, é importante que as mulheres juristas na selecção dos candidatos para o Tribunal Constitucional emitam as suas opiniões sobre o mesmo.
Programa Geral

1. Apoiar o crescimento da sociedade civil em Angola encorajando "ONG's (iniciativas baseadas na comunidade ou organizações baseadas na comunidade e grupos de interesse) provenientes dos beneficiários do OE#1.

Para muitos angolanos, educação cívica, direitos humanos, e participação democrática não significará muito, até que tenham aprendido o valor e efectividade do trabalho em conjunto. Para que um programa sobre democracia tenha sentido para muitas mulheres em Angola, elas precisam de estar preparadas para receber, apreciar, e usar esta informação.

Identificar o interesse de grupo das redes de trabalho desenvolvidas através dos programas do OE#1 é uma forma eficaz e eficiente para alargar e aprofundar cooperação baseada na comunidade. Tais grupos, deverão incluir mulheres na agricultura, mulheres próximo dos campos de desmobilizados, mulheres necessitando de acesso a água, e mulheres portadoras de deficiência. Em cada caso, as beneficiarias da assistência OE#1 partilham interesses ou necessidades que as motivará a trabalharem juntas e a almejar os benefícios de cooperação e organização. Esta abordagem será mais efectiva do que iniciar com novos grupos focais ou organizações, porque já existem contactos, relações criadas e credibilidade estabelecida.

Após cooperarem e aprenderem juntas sobre as suas necessidades mais imediatas, elas serão um grupo efectivo para a formação D&G. Uma ilustração sobre como isto funcionará em Angola, poder-se-á encontrar nos programas do Fundo Cristão para a Criança, para crianças traumatizadas pela guerra. Após

trabalharem em conjunto num assunto importante, os formadores começaram seu próprio projecto comunitário.

A ser implementado pela USAID:

1. Trabalhar com World Learning ou Pact (ou outra Organização) para identificar 2 pessoas novas para promover, facilitar e criar capacidade nas “ONG’s” das iniciativas e Organizações baseadas na Comunidade.

2. Organizar uma mesa redonda com as OPV’s do OE#1 para iniciar a identificação das iniciativas e Organizações baseadas na Comunidade que as OPV’s reconheçam como tal. Solicitar a CREA (Aidan e Tendaye) e talvez alguém do FAS (que trabalhe a nível comunitário) para orientar esta discussão.

3. Baseado na identificação de tais grupos de interesse baseado na comunidade, encorajar a World Learning a identificar casos onde a colaboração com um representante de um grupo de interesse poderá dar aos Angolanos uma ideia de organização, actividades e poder de tais grupos, p.e. Associações de Enfermeiros nos EUA para encontrar-se com as parceiras tradicionais apoiadas pelo IMC, o Kennedy que fez lobbies para os Americanos para a Acta dos Deficientes e possui a sua própria organização poderá recomendar alguém para trabalhar com mulheres portadoras de deficiência, etc.

4. Pedir as OPV’s do OE#1 para designar imediatamente uma pessoa como elo de ligação com a D&G (de forma que a Fern e outros tenham alguém que aproveite as sinergias resultantes dos objectivos do OE’s).⁵ Apoiar os esforços da World Learning para reforçar os laços com as OPV’s do OE#1 para assegurar cooperação e sinergias.

5. Encorajar o Pact a trabalhar com a CREA e o FAS para formar mulheres angolanas de todas as partes do País, para serem promotoras de organizações baseadas na comunidade. Eles deverão também desenvolver um curso para as OPV’s do OE#1: formas de identificar as iniciativas baseadas na comunidade, o tipo de assistência que necessitam, reconhecer quando estão na fase de maturidade para formação das ONG’s com o Pact.⁶

6. Encorajar a World Learning (ou a Em Busca de uma Causa Comum?) a trabalhar com a “Equipa para os traumas da guerra” da CCF, que deverão ser usados para abordar a violência doméstica. Desde que a CCF leva a cabo esta formação em oito províncias, incluindo Huambo, Malange, este tem credibilidade na comunidade e o curso inclui também como parar a violência entre as crianças.⁷

2. Na fase seguinte, ligar a organizações comunitárias do OE#1, a preparação das mulheres para as eleições.

Uma vez criada capacidade e a criação de confiança dos grupos de interesse das ONG's ter aumentado a sua capacidade de absorção, elas estarão a altura de beneficiar de uma programação substantiva do OE#1. Os programas anteriores que promoviam organizações comunitárias e formação em liderança poderão então ser complementadas com mais demonstrações especializadas, extensão ou produção de teatro com o propósito de aumentar a compreensão da mulher sobre o processo eleitoral, democracia e assuntos a elas relacionado.

Este processo, requererá coordenação entre três agentes: As OPV's do OE#1 que estão trabalhando com os grupos de interesse, os promotores dos novos grupos de interesse, e os programas de democracia do OE#1.

As ONG's da D&G serão responsáveis pelo trabalho com autoridades a nível local e provincial, para desenvolver materiais de formação apropriado em português e em línguas locais. Este trabalho pode começar agora, antes dos grupos estarem prontos para receber os cursos.

-
5. Isto é importante- parece ter havido confusão para o acesso a apoio das OPV's do OE#1.
 6. Considerar se poderá estar ligado com os Promotores da Comunidade do SECOR que necessitem de treinos similares.
 7. Os participantes gostaram tanto da formação no Huambo e Malange que não se registaram ausências, e os formandos foram para os projectos da comunidade juntos.

A ser implementado pela USAID:

1. Encorajar o NDI a desenvolver uma estratégia sobre como eles deverão atingir mulheres nos locais onde tipicamente estão, p.e. após a missa nos domingos ou, possivelmente nos mercados.
 2. Encorajar o NDI a desenvolver um plano de diferentes métodos para alcançar as mulheres para além da rádio e jornais. Ter um encontro com o pessoal da sensibilização sobre o perigo das minas, para pesquisar meios para a utilização dos seus métodos na divulgação dos princípios de educação cívica (e direitos humanos, acesso ao sistema legal, etc.) para as mulheres. (Carrie indicou que ela está consciente do papel do teatro como meio para alcançar a população). Eles deverão encontrar-se com Kimberley e então falar com CCF e como pessoal das campanhas de vacinação.
 3. Encorajar o NDI a explicar como os seus currículos serão direccionados as pessoas que não vivem nas cidades, e que tenham apenas um nível básico de alfabetização, que não falam português e não escutam rádio. Identificar parceiros com quem conceber os materiais para as mulheres.
- 3. Encorajar a NDI e a WORLD LEARNING a reforçar e criar capacidade das ONG's e associações existentes através, do trabalho com elas em projectos específicos.**

Existem ONG's e associações, tal como a Associação das Mulheres Juristas, Associação de Mulheres Jornalistas, a Associação das Mulheres Agentes da

Polícia, OMA, e LIMA, que têm interesse em questões relacionadas a democracia e governação mas falta de capacidade para implementar os programas. Se as organizações da D&G e da USAID trabalharem para desenvolver alguns programas com elas, isto potenciará algum do trabalho feito durante o reforço das ONG's.

Isto relaciona-se particularmente com a formação em direitos humanos, educação legal e desenvolvimento dos média. Por exemplo, embora os programas de educação cívica que desenvolvam programas de rádio não beneficiem as mulheres como ouvintes, estes programas deverão beneficiar mulheres enquanto repórteres, produtoras, e gestoras num sistema de liberdade de imprensa.

A ser implementado pela USAID :

1-Encorajar a NDI a focar os seus programas sobre a preparação das mulheres para serem votantes informadas nas próximas eleições, e em alcançar mulheres que de outra forma estão fora do sistema de educação e informação, especialmente nas áreas rurais e nos musseques. Estimular a NDI a utilizar os seus grupos focais para determinar o tipo de informação que as mulheres não têm e determinar o melhor caminho para as alcançar ao longo dos três anos que antecedem as eleições.⁸

Ter a certeza que nos grupos focais participarão mulheres que falam línguas nacionais bem assim como português.

2- Encorajar o NDI a usar os seus estudos de visita ao interior de Angola para uma missão para reunir fora de Luanda, jornalistas, juristas e outras entidades interessadas nos direitos humanos. Como foi ilustrado pela experiência da Júlia e Branca quando viajaram para este projecto, desde que as mulheres vejam outra parte do País e outras colegas, começa a quebra das barreiras e reabrem-se alianças e redes de trabalho entre elas.

3-Encorajar a World Learning (e ou NDI) a elaborar uma lista completa de mulheres jornalistas em Angola, incluindo o local de trabalho,(televisão, rádio, nome do jornal), as línguas que as mesmas falam/entendem e ponto de contacto. Juntamente com o a Procura do Entendimento Comum e Voz de América deverão então assegurar que várias mulheres recebam formação ou participem em programas de troca de experiencia.⁹

4-Encorajar o PACT a fornecer um tipo de formação para as mulheres do Bailundo. Será uma boa oportunidade. O grupo WIDTECH iniciou boas relações para com mulheres da LMA, ADEMA e o Centro de Formação Básico. Estas são mulheres, que estão normalmente fora do fluxo de informação, e têm capacidade. Uma das ideias para estes workshops seria sobre como podem as organizações ter acesso a recursos do sector privado - elas não podem aguardar somente pelos recursos do Governo, tanto do Governo de Angola como do Norte -Americano, ou outro. Angola

sofre agora das heranças tanto da guerra como do socialismo, por isso é importante que as ONG's e associações angolanas aprendam sobre como ganhar o apoio e colaboração do sector privado.

5-Encorajar o PACT a trabalhar com o Centro de Aconselhamento Jurídico para torná-lo independente. Este Centro para mulheres vitimas da violência, necessita de alguma capacitação. Ele existe desde 1986 e fez bom trabalho, mas já atingiu o seu limite. O centro tem que estar habilitado em informar ao potencial grupo-alvo sobre os serviços que pode oferecer e ou reforçar centros similares em outras partes de Angola.

8. Grupo focal é um instrumento que poderá ser utilizado para vários propósitos. No caso de Angola, deverá ser direccionada mais para a concepção do programa da NDI do que ser um mecanismo para os EU informar aos oficiais locais nacionais (como sugerido na proposta de projecto da NDI) A proposta da NDI diz que pretendem ouvir pontos de vista de diversas secções da população do país, incluindo os do meio rural e regiões sub-desenvolvidas que raramente fazem ouvir a sua voz. Isto é bom, mas deverá significar falar com mulheres em aldeias isoladas, nos musseques e próximo dos campos de desmobilizados. Para ter acesso a esta população de forma efectiva e eficaz, o NDI deverá falar com pessoas que já estão na rede do OE#1.

9. E se a Fern pensa que muitas organizações de mulheres relacionadas com jornalismo estão trabalhado para objectivos comuns, então ela (e a Júlia?) deverão conceber um projecto para uni-las!

6-Encorajar o Centro de Aconselhamento Jurídico a conceber e implementar campanhas provinciais sobre os direitos das mulheres em caso de violência doméstica. Trazer alguém do Centro de Crise nos EUA para trabalhar com o centro por uma semana.

7-Encorajar a trabalhar com a Associação de Mulheres Juristas para ver se elas querem uma doação para desenvolver um Papel Branco sobre a Justiça, e um plano de acção analisando (1) representação da mulher no novo tribunal constitucional e noutros tribunais e (2) como as mulheres podem desempenhar um papel de conselheiras para a selecção dos juizes.

8-Poderá ser útil para a World Learnig trazer alguém dos EUA para falar sobre o input das mulheres para o processo de nomeação judicial (p.e. a nomeação Bork), e aconselhar sobre o estabelecimento de um processo de consultação de juristas para nomeação e selecção de juizes.

9-Encorajar a World Learning a trabalhar com a Associação de Mulheres Agentes da Policia para determinar o seu interesse em desenvolver um corpo de formadores no seio do sistema da polícia. As mulheres ajudarão a organizar, mas o corpo incluiria homens. Este corpo de peritos da polícia deveria organizar seminários, pelo País. Uma vez que o nível dos seus salários constitui um problema, alguns pagamentos suplementares pela participação seriam bem-vindos, tanto como fonte de rendimento bem como auto-estima para o perito. A participação seria baseada num certo tipo de candidatura, i.e. um formulário escrito. Neste caso, também seria útil patrocinar uma troca de experiência com agentes policiais americanos do sexo masculino que tenham estado ocupados em atender queixas de mulheres vítimas de violência doméstica.¹⁰

10-Encorajar a World Learnig a explorar se a Associação das Mulheres Agentes da Polícia estão prontas para, ou querem formação de capacidade. A World Learnig deverá identificar e promover trocas de experiência com organizações similares de outros países.

4. É IMPORTANTE DIRECCIONAR RECURSOS NAS QUASE UM TERÇO DE MULHERES angolanas que vivem agora nos musseques. Não existem redes de trabalho baseado em projectos a partir do qual se poderia criar um programa de democracia e governação. Mas porque quase 2.5 milhões de pessoas, ou cerca de um quarto da população angolana, agora vive no subúrbio de Luanda, dos quais pelo menos 50 por cento são mulheres, esta população não deve ser ignorada. Estas mulheres podem constituir uma porção considerável do eleitorado. Se, entretanto, não forem feitos esforços concentrados, ou elas não votarão, ou hão-de basear os seus votos em instruções e não em informações.

10. Nota: Embora os comentários sobre o Protocolo de Lusaka sejam geralmente discutíveis, o Protocolo refere a polícia e formação. Até lá, caso algum destes programas esteja em curso (e não estamos habilitadas para abordar esta questão), haverá oportunidades para abordar a questão de violência no seu seio. Veja anexo análise do Protocolo de Lusaka.

1."Eu reparei que disseste que não temos meios para abordar esta questão. Neste caso, você deverá mencionar este caso para outros parceiros. Em Angola, na esperança que alguém tenha a capacidade de abordar isto em termos geográficos, económico e constituição política. (Nota falei com a Embaixadora Sueca sobre o assunto)".

2. Se isto ajudar com o seu mandato dos direitos humanos, encorajar a World Learning a desenvolver laços com as igrejas nos musseques (e noutros locais) e respectivas sociedades de senhoras. Entregar-lhes doações para ajudar-lhes a desenvolver programas de direitos humanos. Direcção os programas para questões importantes para elas: protecção pela Polícia, e o direito de não ser molestada pela policia! Formação geral sobre direitos humanos poderá não ser tão interessante para elas, mas sim se estiver direccionado para questões importantes para elas, p.e. protecção pela Policia, e o direito de não ser molestadas pela policia, seria provavelmente de grande interesse para elas.

5. As OPV's financiadas pela USAID deverão ser solicitadas a direccionar a programação D&G no reforço das mulheres como candidatas politicas dentro dos partidos políticos de forma que elas possam obter lugares na Assembleia Nacional nas próximas eleições. As próximas eleições em Angola serão muito importantes, porque os eleitos serão fortes políticos devido a aprendizagem on-the-job. Para que as mulheres sejam uma força real na política angolana, e possam influenciar o processo de tomada de decisão sobre as prioridades nacionais e a alocação dos recursos de Angola, elas têm que ter um bom desempenho nas próximas eleições.

Se não forem implementadas acções para o reforço da posição das mulheres no seio dos partidos políticos, provavelmente elas manterão, ou talvez perderão os lugares já conseguidos na Assembleia Nacional. Se a situação não se alterar, provavelmente que somente um pequeno número candidatar-se-á para as eleições. Quanto mais este padrão persistir, mais difícil será a sua abolição.¹¹

A ser implementado pela USAID

1. Solicitar ao IRI para organizar acções de formação sobre a capacidade política das mulheres ao nível local através:

- Da organização de sessões de formação de formadores para mulheres, que gostariam de formar mulheres pelo País, para participarem de forma mais efectiva nos partidos políticos.

11. Se o IRI insiste em definir o seu grupo alvo como os que têm actualmente assento na Assembleia Nacional, então capacitará muito poucas mulheres. Se a capacitação atingir muito mais homens que mulheres, elas serão muito pouco competitivas no ramo político. As próximas eleições serão muito importantes e é necessário assegurar que as mulheres tenham oportunidades de serem eleitas. Isto significa tê-las activas no seio dos partidos políticos, ajudar-lhes a organizar os seus constituintes e assegurar que tenham a possibilidade de estar no topo na lista dos seus partidos.

- Do trabalho com grupos de mulheres para desenvolver um currículo, para identificar mulheres que gostariam de dar formação de capacidade e de implementar o programa.
- Da oferta de formação para membros dos partidos políticos fora de Luanda e certificar que os mesmos sejam mulheres. (Poderão ser usadas quotas, p.e. exigências para a participação?)

2. Encorajar a World Learning a conceder uma doação a Associação das Mulheres Juristas para trazerem alguém da Liga das Mulheres votantes ou Emily's List para partilhar experiências com elas, e organizar uma sessão de formação sobre mulheres como candidatas e activistas a realizar-se sob a responsabilidade da AAMJ em 3-4 localidades de Angola. As jornadas internacionais de estudo propostas pelo NDI. Isto será útil para as mulheres de Angola se forem aproveitadas para encontrarem-se com mulheres do Uganda ou Botswana (apesar dos problemas de língua) ou Moçambique. Elas deveriam debruçar-se sobre a representação da mulher no Parlamento, campanhas de educação legal e advocacia para a mulher. Uma organização parceira seria a WiLDaf (Mulheres, Lei e Desenvolvimento em Africa) baseada no Zimbabué.

3. Encorajar o IRI a conversar com o Ministério da Mulher sobre a possibilidade de co-financiamento da Conferência de um dia sobre "Mulheres nos Partidos Políticos e Parlamento". Recomendar que a discussão deverá incluir considerações de (1) como alguns países, i.e. Zimbabué e Uganda, reservaram lugares para as Mulheres no Parlamento (p.e. Zimbabué e Uganda) e (2) Como alguns partidos políticos, p.e. na Suécia alguns têm politica interna em relação ao número de mulheres nas suas

listas. Encorajar o IRI (ou World Learning?) a patrocinar palestrantes destes sistemas.

4. Aconselhar o IRI a não: formular convites para formação sómente a pessoas do Parlamento. Isto limita e exclui mulheres; permitir que seja o chefe do partido a indicar quem participa no workshop e seminários sem realmente pressioná-lo; realizar mais de 50% das suas sessões de formação em Luanda; ou deixar o conteúdo do currículo ao critério de cada palestrante (em vez de requerer que cada palestrante direcione sobre porquê que os partidos políticos pretendem mulheres nas suas fileiras, etc. O IRI deve relatar aos palestrantes sobre o papel da mulher (ou a falta de) no sistema político, e fornecer algumas linhas mestras sobre questões que deverão ser abordadas nas suas sessões de formação).

5. Encorajar a NDI a direccionar os programas das suas missões de estudo em missões para o interior de Angola. Deverá haver um método válido para assegurar que as pessoas em Luanda se familiarizem com o País. Isto é mais importante que visitas de estudo internacionais. Também, assegurar que em todas as missões de estudo haja uma representação igualitária entre mulheres e homens, para dar oportunidade as mulheres de estabelecer ligações e assegurar que as questões das mulheres e suas perspectivas sejam incluídas nas discussões.

6. Se a NDI formar oficiais locais consciencializemo-nos que não haverá mulheres na sala! Solicitar que a NDI encontre uma forma de envolver também mulheres, ou dar alguma formação equivalente para mulheres de modo que ela possa estar preparada/qualificada para ser indicada para estas posições.

IRI/ INSTITUTO REPUBLICANO INTERNACIONAL:

Assegurar que o IRI não:

Organize todas as suas sessões de formação com pessoas que tenham actualmente assento no Parlamento

Concentre a maior parte dos seus programas em Luanda.

Direccionar os seus programas no Parlamento e não nos partidos políticos (mulheres no seio dos partidos)

Deixar a inclusão das questões das mulheres ao critério dos palestrantes

NDI/ INSTITUTO NACIONAL DEMOCRÁTICO:

Assegurar que o NDI não: confie demais na rádio para os programas de educação cívica. Desde que se entende que a maioria das mulheres não vêm

televisão ou não lêem jornais, rádio parece ser o melhor método. A proposta da NDI afirma que a rádio atinge 80 por cento da população. Isto está distorcido porque tecnicamente a rádio alcança localidades e grupos linguísticos que abarcam aproximadamente 80 por cento da população, mas na realidade as mulheres não escutam rádio. Para além da questão da propriedade de um rádio e a compra de pilhas, como uma questão cultural, mulheres nas áreas rurais simplesmente não escutam rádio.

Permitir que a preparação das eleições estabeleça objectivos que seja “contar a cabeça”. Não é suficiente para as mulheres ir para a votação: elas devem votar de forma informada - sabendo que candidatos representarão realmente os seus interesses e prioridades.

Esperar que a média das mulheres que estão trabalhando dia e noite para sobreviver... preocuparem-se muito sobre alguns conceitos como a democracia e direitos humanos Mas elas estão ansiosas por formação. Iniciar a conversar com mulheres sobre as suas preocupações - cuidados de saúde, educação, água...- e então mostrar-lhes como organizarem-se, definirem uma agenda e falar com o Governo como uma só voz e a forma de influenciar as políticas e aceder aos recursos.

Iniciar na comunidade. Encontrar PVOs americanas ou Ong`s angolans que já estejam trabalhando na comunidade, especialmente se trabalham com a mulher. Então tentar desenvolver programas de educação cívica ou formação com os tais grupos como programas piloto para estas areas (p.e. o projecto da OIKOS com mulheres 17 Kms fora do Huambo, Sociedade de Senhoras em Luvemba).

P.A.C.T.

O programa do PACT é bom, mas atingirá sómente um número limitado de pessoas e organizações. É bom aprofundar a criação de capacidade, mas não ajuda a alargar a sociedade civil. É necessário identificar formas de abrir o processo para outras organizações. Se o PACT não poder fazê-lo alguém deverá trabalhar com grupos inexperientes, as iniciativas comunitárias de base e as organizações comunitárias de base.

Assegurar que o PACT não:

Deixe a participação nas sessões de formação a mercê dos formandos. Têm que assegurar que muitas mulheres participarão.

Direccionar para grupos de mulheres que já tenham alcançado o nível de ONG

Organizar os seminários sómente em Luanda.

A PROCURA DO ENTENDIMENTO COMUM:

Vídeos implicam televisão - o que muitos angolanos não possuem. Se os vídeos devem alcançar a população agora, então a PROCURA DO ENTENDIMENTO COMUM precisa de ter um plano que assegure que as pessoas que não têm televisão verão o seu vídeo sobre a reconciliação. Uma ideia seria um programa como o Ashoka Innovators for the Public (baseado em Rosslyn, Virginia) apoiado nas favelas de S. Paulo no Brasil. Este projecto, coloca um grande ecrã de televisão (com o seu próprio gerador) em diferentes partes da cidade. As pessoas saem de suas casa e vêm o programa juntos. Este foi um meio de lhes fazer chegar as notícias, e encorajar a discussão. Na fase II, eles começam a gravar notícias de uma zona concreta do musseque, e projectam o filme - noutras zonas - para muitas pessoas era a primeira vez que eram informadas sobre o que outros estavam fazendo.

VOZ DA AMÉRICA

O programa VOA atinge sómente um número limitado de pessoas em Angola. O que eles poderão fazer, entretanto, é radiodifundir programas sobre princípios de liberdade de imprensa e cobrir questões que os EUA reconheçam como importantes numa sociedade democrática e pluralista.

Em termos de liberdade de imprensa, a rádio 2000 do Lubango teve um acordo com a VOA que todos os dias na parte da tarde a estação transmitiria o programa da VOA "Linha aberta, Linha directa" Mas precisamente na semana passada (no fim de Abril de 1997) o Governo, com a autorização do Governador do Lubango, proibiu a transmissão deste programa. Este não é o único exemplo de cobertura de imprensa limitada: quando houve a greve pública, a imprensa oficial não disse nada, sómente a LAC deu notícias e entrevistas. Embora isto seja obviamente bastante político, os angolanos deveriam ter oportunidade em ter notícias sobre tais assuntos.

Quanto ao conteúdo, a USAID deveria recomendar a VOA a inclusão na sua programação de um certo numero de programas caracterizando iniciativas de mulheres.¹² Organizar encontros com representantes da Associação Angolana de Mulheres Juristas, Associação das Mulheres Agentes da Policia, Assomel, LIMA, ADEMA, Mulheres da Igreja Metodista Unida, Centro da crianças abandonadas (raparigas que foram prostitutas) Centro de aconselhamento da Mulher da OMA....Encorajar estas mulheres a organizarem-se num Conselho.

WORLD LEARNING

Assegurar que a WORLD LEARNING não:

Salte directamente para ensinamentos sobre direitos humanos sem preparar as pessoas a pensar sobre isto

Depender de Luanda, mulheres da elite a dirigir o caminho fora de Luanda. É importante levá-las para fora de Luanda e construir pontes com outras. Mas existem muito boas mulheres fora de Luanda que deveriam ser a chave para as áreas e populações que elas conheçam. Encontrar e trabalhar com a Delegada local do Ministério da Mulher, LIMA, ADEMA, Sociedades das Senhoras.

Organizar conferências em Luanda a menos que tenha que ser.

12. USAID: Tem realmente um controle sobre isto ou a USAID é uma forma de financiamento da VOA?

CASALS AND ASSOCIATIONS, Inc.

De acordo com informações obtidas, não haverá um novo projecto de Lei Constitucional. Haverá somente algumas emendas, ocasionalmente, através do mecanismo legal da Assembleia Nacional. A UNITA sugeriu que a Comissão Conjunta revisse a Constituição, mas o Governo indeferiu a proposta, porque existe um Governo legítimo para tomar tais decisões. O único compromisso era em relação ao Estatuto do Sr. Savimbi. De outra forma, a UNITA submeteu algumas sugestões para mudanças a Comissão Conjunta, mas elas relacionam-se a questões como a bandeira, o símbolo.... e terão que ser aprovadas pela própria Assembleia Nacional. A equipa WIDTECH não vê a necessidade de consultoria dos EUA para este assunto (em relação a mulher ou outra questão)!

ANEXO 2

BREVE SUMÁRIO DOS ESTUDOS SOBRE A MULHER EM ANGOLA

BREVE REUMO DAS FONTES DE DADOS

SOBRE AS MULHERES EM ANGOLA

Este estudo foi concebido com base em estudos feitos em 1996. Cada estudo esta direccionado para diferentes grupos de mulheres ou mulheres em diferentes contextos. A mudança da ajuda alimentar de emergência a reconstrução e desenvolvimento direccionou maior atenção para o papel da mulher no contexto politico, social e económico de Angola. Em Dezembro de 1996, a Comissão para mulheres e crianças refugiadas identificou um número de questões que devem ser tidas em conta no processo de reassentamento e reabilitação (Dias 1997). Durante o mesmo período, de 20 de Novembro a 6 de Dezembro de 1996, o Programa Alimentar Mundial(PAM) organizou uma missão especial para ajudar o PAM a implementar as recomendações de Beijing para a ajuda alimentar (Tallm 1966; PAM 1996).

Outra análise recente (que ainda esta sendo revista) debruçou-se sobre as questões do género na concepção dos programas de assistência social do Banco Mundial (Declich 1997). De 16 de Setembro a 4 de Outubro, o Banco Mundial financiou uma equipa de duas pessoas para recolher, analisar, consolidar e avaliar dados sobre três grupos de grande interesse para o programa de recuperação pós-conflito (ERSP): DESLOCADOS, REFUGIADOS QUE TÊM QUE SER REPATRIADOS, E SOLDADOS DESMOBILIZADOS DA UNITA e suas famílias vivendo em áreas de aquartelamento (Hansen 1996;Declich 1996). A critica de Declich (1997) sobre os dados existentes sobre o género no reassentamento é particularmente importante para a USAID.

A UCAH (Unidade de Coordenação da Assistência Humanitária das NU) conduziu uma pesquisa básica em conexão com os soldados da UNITA nas áreas de aquartelamento e preparou-os para a rápida desmobilização (veja UCAH 1995a,b,c,d,e;1997 a,b). Até a criação de um posto em part-time de um especialista sobre o género em 1997, as questões do género estarão incluídas na ampla rubrica

“grupos vulneráveis” que inclui crianças, velhos, deficientes, e mulheres chefes de família (veja UCAH 1995f). Por exemplo, o estudo da UCAH de Outubro de 1995 dos grupos vulneráveis inclui alguma informação qualitativa sobre as mulheres (UCAH 1995 f).

Actualmente a maioria da informação sobre as mulheres angolanas foi obtida ao longo do processo de registro - nas áreas de aquartelamento. Em conexão com o relatório do Banco Mundial, Declich, realizou um inquérito de três dias em duas áreas de aquartelamento. Esta pesquisa parece ter sido a base para a amostra do inquérito sobre a mulher que a UCAH realizou em Março - Abril de 1997.

A recolha de dados da OIM incluiu inquéritos nos campos de deslocados tanto sobre homens como sobre mulheres. O resultado desta recolha de dados foi um mapa muito útil que indica as áreas para onde deslocados, refugiados e soldados desmobilizados regressarão (OIM 1996). O PAM é outra grande fonte de dados demográficos, a maior parte dos quais foram organizados para o cálculo das necessidades alimentares.

Existe um grupo de literatura sobre o género que aborda as deslocações económica e social devido a guerra. Uma grande preocupação desta pesquisa, muitas das quais foram realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), foi para a recolha de dados básicos sobre refugiados e pessoas deslocadas para melhorar a planificação do projecto (MINARS 1993; UCAH 1995; INE 1996). Para uma revisão completa das políticas e programas actuais, existe um relatório recente de Cohen dos Santos (1997) entitulado, O Perfil da Mulher Angolana no Desenvolvimento.

Os esforços de recolha de dados mais ambicioso para fornecer Angola com dados estatísticos fiáveis, foi realizado pelo INE (Instituto Nacional de Estatística Angolano) e UNICEF. os dados foram recolhidos através do MICS (Inquérito de Indicadores Múltiplos - Demografia, Saúde, Educação, Saneamento e Nutrição) baseado numa amostra de aproximadamente 6000 agregados familiares (veja UNICEF 1997 e Declich: 7) Informações mais específicas sobre os campos de deslocados foram recolhidos em sete províncias (Kuando Kubango, Huila, Benguela, Kuanza-Sul, Bengo, Moxico, Lunda-Sul).

Uma série de relatórios da FAO preparados como documentos de base para a revisão nacional, fornece uma boa visão do sistema agrário com informação sobre questões do género (veja Martins 1996; Gomes 1996; Castame e Pinta 1996; da Silva e Silva 1996; da Silva Simões de Almeida e António da Costa Aguiar 1996; Mateus e Santos 1996).

Outras fontes de informação específica da província está sendo desenvolvida (mas não amplamente divulgada) pelas OPVs (veja por exemplo McCaston 1996; Tulumba, Van-Dunen, Tromblay, Greshon, Finan, Cedestrom, e Solberg 1994). Um

dos poucos estudos quantitativos sobre a estrutura dos agregados e bem-estar económico é uma série de inquéritos aos agregados realizado em Luanda em 1990 antes do reacender das hostilidades (Aguilar 1992; Hunt 1991; Bender e Hunt 1991 a,b,c,d; Devreux e Hunt 1991).

Em preparação para a Conferencia de Beijing, a então Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher documentou a situação da Mulher em Angola. Embora estes documentos sejam importantes deve ser notado que a maior parte analisa questões do género em áreas geográficas sobre o controle do Governo.

ANEXO 3

TABELA PARA AUTO-AVALIAÇÃO DAS OPVS DE PRÁTICAS DE CONTRATAÇÃO

TABELA PARA AUTO AVALIAÇÃO

		supervisor			Extensionistas			Camponeses Chefes				Sementes e da Liberdade		
		Zonas	Nome	M	F	TOTAL	M	F	Peri-Urbana		Rural		M	F
Municipalidade 1	1.													
	2.													
	3.													
	4.													
	5.													
	6.													
Municipalidade 2	7.													
	8.													
	9.													
	10.													
TOTAL														

ANEXO 4

**PROJECTO DE PLANO E AGENDA PARA CINCO DIAS DE WORKSHOP PARA
AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS PROGRAMAS DA USAID**

PROJECTO DE PLANO E AGENDA PARA CINCO DIAS DE WORKSHOP SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS PROGRAMAS DA USAID

A. META: A USAID propõe-se organizar um seminário de cinco dias sobre o género para reforço da capacidade dos projectos, da missão e do staff associado aos programas na identificação e abordagem das questões sobre o género.

B.OBJECTIVOS:

1. Formular uma série de guiões sobre o género para o diagnóstico das necessidades, concepção, implementação, acompanhamento e avaliação dos projectos em seis áreas prioritárias de intervenção:

assistência humanitária (emergência alimentar, saúde básica, e distribuição de sementes e instrumentos de trabalho);

reabilitação e manutenção de infra-estruturas (incluindo água, sanidade, saúde, e infra-estrutura educacional e alimentos pelo trabalho);

investigação e extensão agrícola;

desmobilização militar e reintegração;

grupos vulneráveis (amputados, crianças traumatizadas);

questões de democracia e governação.

2. Formular guiões específicos por PVO para:

O aumento do emprego e formação das mulheres a todos os níveis da OPV

O aumento da disseminação da informação;

3. Facilitar a coordenação entre os níveis nacional e provincial de gestão e implementação das OPV para abordar a questões sobre o género;
e

4. A partilha das praticas recomendáveis nas iniciativas financiadas tanto pela USAID como nau.

5. Expor aos projectos da USAID/Angola e a missão do pessoal os guiões e literatura internacionais mais actualizados sobre os sectores onde intervêm bem assim como as experiências relevantes noutras áreas de África e de Angola.

6. Familiarizar o pessoal dos projectos e da missão da USAID/Angola com as questões sobre o género noutros sectores e com as oportunidades de colaboração inter-sectorial e inter-projectos.

C. Audiência : Pessoal nacional e expatriado trabalhando com iniciativas das PVOs financiadas pela USAID em Angola.

D. Formato : Modelo de formação participativa nos quais os organizadores da conferencia facilitam o acesso dos participantes aos guiões e literatura internacionais mais actualizados sobre os sectores onde intervirem bem assim como experiências relevantes.

E. Local recomendado: De preferência fora de Luanda.

Bailundo seria uma escolha lógica dado a sua proximidade ao Huambo (onde muitos projectos financiados pela USAID têm escritórios e pessoal), e a sua pequena dimensão e os preços razoáveis para as facilidades da conferência.

Outra opção seria explorar a opção de utilização de algumas das facilidades de formação da ADPP e serviços de catering.

F. Organização e Coordenação

1. Organizador da Conferência

A USAID deve trabalhar por intermédio da Rede Mulher e Desenvolvimento para identificar um consultor nacional e OPVs nacionais e internacionais capazes de organizar conferências. As responsabilidades do organizador da Conferência incluem:

organizar um encontro preliminar com o pessoal da USAID/Angola para discutir os objectivos gerais e a forma do workshop e a nomeação de três directores de três OPVs;

Organizar encontros com o Director de cada OPV financiada pela USAID proposta para participar ,para solicitar as suas contribuições para a organização, formato e resultados esperados da conferência bem assim como identificação de três consultores adicionais para organizar a conferência sob supervisão do organizador da Conferência;

Baseado nos encontros iniciais, organizar um comité para a Conferência composto por representantes de OPVs sénior e os três consultores;

Identificar, definir as tarefas para e supervisionar os três consultores nacionais com capacidade demonstrada em:

- a) numa das três áreas chave (D&G, formação de formadores, reconstrução e reabilitação económica), bem assim como
- b) longo tempo de experiência de terreno tanto nas antigas áreas da UNITA como nas então áreas sobre o controle do Governo durante o período da guerra e da reconstrução.

Colaborar com os comités, contactos das OPVs, e consultores de curto prazo na preparação da documentação sobre a conferência; tratar de todas as questões financeiras (do reembolso, etc.) associado a conferência; supervisionar a revisão das contribuições sobre questões intersectoriais (lições apreendidas de vários sectores) e do guião para o género para distribuição aos participantes a conferência, bem como outros redes de publicidade que a USAID ache apropriada; identificar se alguma assistência de fora será necessária

2. Consultores de curto prazo

O período previsto para os consultores de curto prazo deverá ser de três ou quatro semanas, com o director da conferência tendo 4 semanas de contratação. Cada contrato com os consultores deverá ser escrito para incluir as primeiras responsabilidades para:

- Organização da documentação de base por sector: trabalhando com OPVs angolanas, agencias multilaterais e bilaterais para ter acesso a guiões do género relevantes e literatura dos seus escritórios regionais que deverão ser incluídos nos documentos de base;
- Preparação, apresentação e revisão de duas apresentações sobre lições "apreendidas". Cada consultor será responsável por orientar dois grupos de trabalho e assistir o relator de cada grupo na preparação das seus guiões propostos;
- Fornecer guiões específicos para as OPVs sobre emprego e disseminação de informação: cada consultor estará ligado a um grupo de OPVs que deverá coordenar na preparação de um plano de acção de curto e médio-prazo sobre o aumento da contratação de mulheres e a distribuição de informação (sobre os benefícios dos projectos e emprego) para mulheres.

G. Amostra de Agenda (Pessoal das OPVs por 1-5 dias, Directores das OPVs 4-5 dias)

Dias 1&2: Lições apreendidas que cruzam vários sectores (2 dias)

Cada um dos 3 consultores locais estarão encarregues de apresentar 2 slides (com 1-2 paginas de pontos -chaves devendo o organizador da conferência elaborar uma) que deverá ser coadjuvado com quatro participantes a conferência que seja considerado como tendo experiência relevante na matéria. Cada consultor será responsável por preparar um esboço resumido que será enriquecido com novas ideias e recomendações saídas das discussões. Para isso o organizador da conferência bem assim como o formador terá que ter a experiência necessária para ajudar os demais a desenvolver apresentações com boas ilustrações gráficas e ilustrações.

A. Programa de Transição da USAID (Apresentação da estrutura dos programas da USAID)

B. Alcançando as mulheres com informação dos projectos e informação sobre emprego (o que esta sendo feito, se está funcionando, como se poderá melhorar)

C. Contratando e formando mulheres agentes, técnicas e supervisoras (chefes na comunidade, professoras, instrutoras para os PIC: o que está sendo feito, como se poderá melhorar ,exemplos de "práticas recomendáveis")

-
- D. Programas de formação comunitárias para alcançar mulheres
- E. Tecnologias criativas de ensino para alcançar as mulheres (visitas a sítios, teatro, posters, etc.)
- F. Constituindo organizações comunitárias de mulheres (Onde já foi tentado em ligação com projectos de reintegração e reabilitação económica, como isto faz a diferença)
- G. Comunicando e criando redes para a promoção das questões do género: (O que já foi feito, o que precisa ser feito).

Exposição de materiais e boletins informativos / registro (nos intervalos e nas refeições);

(almoços / jantares UCAH, SECOR/IRSEM, e UNHCR coordenação ao nível provincial).

Ao nível nacional da OPV - corpo de coordenação

Formação relevante regional e internacional, oportunidades de workshops, e associações profissionais

Rede Mulher e Desenvolvimento

exposição das OPVs (panfletos, informação geral)

DIA 3: ENCONTROS SECTORIAIS- PREPARACÃO DOS GUIÕES

- assistência humanitária (emergência alimentar, saúde básica, e distribuição de sementes e instrumentos de trabalho);
- reabilitação e manutenção de infra-estruturas (incluindo água, sanidade, saúde, e infra-estrutura educacional e alimentos pelo trabalho);
- investigação e extensão agrícola;
- desmobilização militar e reintegração;
- grupos vulneráveis (amputados ,crianças traumatizadas);
- questões de democracia e governação (Em relação ao OE#1)

DIA 4: APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES DE QUESTÕES-CHAVES E GUIÃO POR SECTOR

JANTAR FINAL

DIA 5: DISCUSSÃO DO PROJECTO DE PLANO DE ACCÃO DAS OPVs

(programático, contratação, formação, informação, criando redes):

Discussão em mesa -redonda/apresentação por cada Director de das OPV

H. Resultados esperados

1.Conferência

- a) slides formativos para ilustrar breves documentos de base sobre aspectos multifacéticos das questões sobre o género. (lições aprendidas) para usar nas sessões de formação das OPVs;
- b) Uma lista de guiões planificados para todos os sectores dos projectos da USAID incluindo as recomendações, sobre como os procedimentos internos de monitoria e reportagem das OPVs e USAID poderão ser modificadas para incluir as questões sobre o género;
- c) Novos mecanismos para aumentar a visibilidade e troca de experiências das “práticas recomendáveis” das OPVs através de uma melhor criação de redes entre as OPVs e troca de literatura;
- d) Reforçar a capacidade e formação de quatro consultores nacionais que poderão assistir as OPVs financiadas ou nau pela USAID.

2. Programático

- a) Aumentar a capacidade das OPVs na identificação e resposta as questões do género que afectam os resultados e sustentabilidade dos seus programas

-
- b) Aumentar as chances para que a concepção dos programas reforcem a capacidade das clientes mulheres
- c) Maiores chances que os investimentos programáticos sejam sustentáveis após o período de financiamento da USAID

I. Rubricas do Orçamento

Salários:

- consultores nacionais Organizador da Conferência
- Outros

Sala de Reuniões, Alojamento e alimentação para os participantes

Transportação:

Para o local da conferência,

De / para o aeroporto num veiculo da OPV por “empréstimo” da OPV nacional ou OPV financiada pela USAID

Per diem, fornecido pelas OPVs através da linha orçamental formação

Solicitar a 7 OPVs para fornecer computadores portáteis para um dos seus membros utilizar como “relator” para uma das sessões dos guiões

Fornecimentos:

- Máquinas fotográficas com flash (uma por participante distribuída antes da conferencia para ilustrar os programas das OPVs)
- FLiP charts (10) e marcadores (10)
- Retroprojector
- capacidade de reprodução de documentos in situ (de preferência xerox)
- Para cada participante: blocos de apontamentos, lapiseiras, etc.

ANEXO 5

AMOSTRA DE INQUÉRITO PARA RECOLHA DE DADOS BÁSICOS SOBRE O GÉNERO PARA INFORMAR PLANIFICAÇÃO DO PROJECTO DA USAID

I. Introdução ao Inquérito

Explicação sobre a importância da informação sobre questões do género para as actividades correntes e futuras na comunidade.

II. Identificando Organizações Comunitárias relevantes que trabalham ou comunicam com Mulheres

A. *Organizações políticas de Mulheres* (Preencher na tabela)

Nomes dos oficiais

Número aproximado de encontros e actividades realizadas durante este período

Número de mulheres que participaram em encontros de grupo políticos a nível provincial e municipal desde o último ano (indicar o tempo marcado)

B. *Grupos de Mulheres da Igreja, incluindo grupos corais* (Preencher nas tabelas)

Nomes dos oficiais

Número de membros

Número aproximado de encontros realizadas durante o ano anterior

Número de mulheres em cada grupo da igreja que participaram em encontros religiosos a nível municipal e regional desde esta altura/ no ano passado (indicar o tempo marcado)

C. Filiação de Mulheres em Organizações locais:

Indivíduos na aldeia que estão conscientes sobre ou pertencem a organizações para deficientes?

Indivíduos que pertencem a outras organizações que agrupe pessoas na aldeia e/ ou a nível regional?

D. Alfabetização:

Quais foram as maiores fontes de formação em alfabetização durante os últimos 25 anos?

Estão os professores ainda na aldeia?

Ainda são oferecidas aulas de alfabetização?

Identificando indicadores indirectos de alfabetização/pessoas educadas de contacto para a disseminação da informação / perfil do diagnostico das necessidades

A. Português

Estimativa do número de mulheres nos grupos focais (e aldeia) que entendem português falado?

As que lêem e escrevem português?

Número das que têm alguma educação formal (das escolas da missão, Governo ou UNITA) Formação formal em alfabetização? Português?

B. Formação Profissional

Estimativa do número de mulheres nos grupos focais (e aldeia) que receberam algum tipo de formação formal tanto num programa de educação standard, como durante a guerra

Parteiras formadas (formação formal ou informal?);

Vacinadoras do sexo feminino formadas;

Enfermeiras formadas;

Professoras formadas

Outras

C. Experiência em negócios (antes de 1994 e actualmente)

Estimativa de mulheres que desenvolveram tipos diferentes de pequenos negócios como produzindo, vendendo sal, óleo ou cigarros (em casa ou no mercado)?

Estimativa do número de mulheres pescadoras?

Mulheres que usaram no passado ou actualmente pequena irrigação?

Mulheres que empregam trabalhadores para ajudar na lavoura?

Mulheres que são comerciantes de sucesso?

IV. Outras actividades (antes de 1994 e hoje)

Localização e propriedade do moinho mais próximo

Localização e estrutura de supervisão das bombas que fornecem água a aldeia

Listagem da produção em termos de sua importância para a alimentação e necessidade de dinheiro para elas e suas crianças

V. Dados demográficos estimados

A. População Total actual

População Total (quando as hostilidades recomeçaram)

População Total quando as hostilidades cessaram

População Total (Passado) (estimado dos catequistas / Soba/ ex-Pessoal de vacinação

B. População actual vivendo nas aldeias que se espera que serão eventualmente reassentadas

C. Números dos retornados a aldeia no ano anterior

homens solteiros

homens com dependentes

mulheres com dependentes (não homens adultos)

ex-soldados (sem dependentes)

ex-soldados (com dependentes)

D. Números estimados de pessoas/agregados que esperam regressar a aldeia nos próximos cinco anos

soldados

outras pessoas deslocadas internas

E. População total

Homens (adultos)

Mulheres (adultos)

Mulheres (adultos) estimativa dos números de mulheres vivendo sem homem informal ou formalmente.

ANEXO 6

**LISTA DE INDIVIDUALIDADES, INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E ONGs ANGOLANAS
CONTACTADAS PELA EQUIPA WIDTECH**

CONTRIBUIÇÕES

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, ONG'S ANGOLANAS E INDIVÍDUOS CONTACTADOS PELA EQUIPA WIDTECH, MARÇO-ABRIL 1997

DENTRO DE/ EM ANGOLA

EM LUANDA

AACA, Associação para o apoio da criança abandonada
AAD, Branca Neto do Espírito Santo
Acomil, Maria da Conceição Saldanha & Cesinanda Xavier
ADPP, Agnetta Dahner, Rikke Viholm, P. Jenson
ADRA, Filomena Andrade; Roberto Victoria, Francisco Flores
Africare, Tim McRae, Pedro Siloka, Herbert Fisher, Andrea Masters, Raimundo Carvalho, António Dias, Suzanne Matheos, Marcel Abies, André Sumeno, Luís Coxo, Pedro Chitucu
AIA/CAA, Gabriela Cohen
Angobefa, Miguelita André & Maria Fernanda
Angop, Carolina Fortes
AAMJ, Associação Angolana das Mulheres Juristas, Júlia Ornelas, Eduarda Borja, Idalina Rodrigues, Margarida Jordão, Anacleta Pereira
Associação das Mulheres Jornalistas, Ilda Carreira, Clarisse Caputo, Carolina Fortes no Huambo, Maria Angélica
Associação das Mulheres Agentes da Policia (AMPA), Maria Helena Santos no Huambo :Matilde Pedro
Aníbal, nosso leal motorista
Care Internacional, MJ Conway e Jim Stearns; M. Osman, Guerra Freitas, Fernando Eduardo, Gabriela Lopes, Irene Maria Menezes, Helen Ngolo
CRS, Catholic Relief Services, Karin Greenblatt
Centro para o Atendimento da Mulher, Helena Milagre, Conceição Pombal, Eufigenia Lopes
CCF, Christian Children's Fund, Maggie Brown e Márcia Janovic, Amabel Fradique, Ana Maria, Matilde Samuel, Fernando Alexandre Canzaji, Samuel Pindas, Carlinda Monteiro, Júlia António, Carla Queirós, Edward Green, Michael Wessells
CICA, Lourdes Diogo Almeida
Development Workshop, Henda D. Pinto de Andrade e Emília Fernandes
Flor da Vida, Clarisse Caputo
FNLA, Amélia Florinda António
FONGA, Joaquina de Sousa e Almeida
Handicap Internacional, Sue Eitel
ICRC, Claude Amiet, Manuel Montandon
INE, Instituto Nacional de Estatística, Júlia Grave
INE, Instituto Nacional de Educação, Luísa N'Gueve
Fundação Internacional para a Educação e Auto-ajuda, Mamadou K. Mambouray
Internacional Medical Corps, Huambo & Luanda, Mary Weir, Mónica Onyango, Sofia Eylama, Georgelia Sili, Rita Candumba
Instituto Republicano Internacional, David J. Kramer e Lloyd O. Pierson
IRSEM, General António Francisco de Andrade
LAC, Sra Fialho & Luísa Franconi
Ministério da Educação, Vice- Ministra Alexandra de Victória Pereira
Ministério das Finanças, Francisca Fortes
Ministerio do Planeamento/FAS, Cesaltina Abreu & Victor Hugo Guilherme
Ministério da Administração do Território, João Baptista Kussumua, Vice-Ministro
Ministério da Assistência e Reinserção Social, Vice- Ministra Eufrazina Lopes Maiato, Maria da Luz Pirilo de Sa Magalhães & Filomena Maria dos Santos Correia Victor, Enoque Pedro & Azevedo Dias Timberio (Kuito)
Ministério da Mulher, Ministra Joana Lina Baptista Cristiano e Vice- Ministra Filomena Delgado
Instituto Nacional Democrático, Carrie Manning & Charles Stonecipher, Luís Vieiro, Carmen Lane, Andy Castonguay
OMA, Alzira Caldeira da Silva, Eulália Rocha, Helma Pascoal, Maris Rosa Filipe (Huambo)
PACT, Cathrine Gibbons
PDA, Josefa Webba
Rádio Nacional de Angola, Ana Maria Correia & Ilda Carreira
Save the Children/US, Brian Cavanagh
Save the Children/UK, Patrícia McLaughlin, Roberto Denny, Maria Lucília
A Procura do Entendimento Comum, Julie Nenon, Leila Manji, Alberta Uimbo Gomes
SeCOR/IRSEM, José Salema, Ana Felgueiras, Gláucia Vaz Yoshiura
Swedish Embassy, Embaixadora Lena Sundh & Maria Lucília Coelho
UCAH, Ramiro Lopes da Silva, Carlo Scarmarella, Jennifer Johnson, Carlos Rios, Elisabeth Rasmusson, Anthony Zenos
UNACA (União Nacional dos camponeses angolanos), Teresa Carvalho
UNAVEM, Maitre Alioune Blonden Beye- Representante do Secretario Geral das Nações Unidas, Fred Mallya, Paula Serrão Emerson, Lieutenant Colonel Araújo
Igreja Metodista Unida (IMUA) Direcção Geral de Sociedade de Mulheres, Victoria José dos Santos Agostinho, Maria de Lourdes, Margarida Hendes, Maria Manuelle Cassell, Regina F.S. Duarte, Rita Curimemha, Engrácia António da Silva

U.S. AID/Angola, Kimberly Smith, Alexis Robles, Nicholas Jenks, Tom Carter, Bill Seeger, Rosa E rILDO
U.S.Embassy/Angola: Embaixador Don Steinberg, DCM Jim Hamilton, Dan Pike, Randall Bennett, Sheila Jones
Voz da América, Amélia Mendes
Programa Alimentar Mundial, Felix Bamezon
World Learning, Fern Teodoro
World Vision, Castro Camarada, Philip Chester, Alistair Clewlew, Cosmos Magorokosho, Lenor Lazry, Pedro Gaspar Manuel, Isabel Gomes, Gabriel Alexandre Boaventura, Laurenes Manuel Artur, Domingos Jukuim António Cahoje, Isabel Marçal Neto, Josefa Manasses, Bekele Hankebo, Steve Ray, Margaret Ann McClean, Phil Readman
Outras individualidades
Dr. Almerindo Jaka Jamba, ex-Ministro da Educação, UNITA, Parlamentar/GURN
Edmundo Djarnette, ex-Embaixador dos EUA para Angola
Nos musseques
Concern, Gualter Inglês
Maria e Ana Kambela, Kimbanguistas, dois pastores, e mais duas senhoras
Oxfam, Departamento do desenvolvimento social e género, Maria Augusta Peixoto
UEBA (União Evangélica Baptista de Angola), Kumba Susana, e grupo de catorze mulheres.
Mercado do Rosa Pinto: grupo de aproximadamente 15 mulheres, e duas leaders da associação do mercado.
Fora de Luanda
Província do Bié
Kuito: 5 leaders, 38 empregados governamentais, 11 pessoa do pessoal das OPV's, 19 beneficiários, 50 responsáveis dos beneficiários, 2 representantes das NU, 1 jornalista
Manuel Congimbi, Soba, Kuito
António da Conceição Gomes Gonçalves, Governador
Gonçalves António, Vice-Governador
Berta Mendonça, Lar de Cangola- Orfanato
Laurentina Chissemba, Lar Heróis do Kuito- Orfanato
INAFIPE, Castro João e Efraim Camela
SeCOR/IRSEM, Stanislaus Bonnet e Paulino Chivale
N'tuco: 2 médicos da Africare, 4 empregados da Africare, um coronel da UNITA
Andulo: 5 leaders, 6 membros do pessoal da OPV, 1 representante das NU
Coronel Nato, Comandante Regional
Brigadeiro Prata, Governador
Candimba Felix, Vice- Governador
Ten. Cor. Hermelindo
Província do Kuanza-Sul/Waco-Kungo:
5 empregados governamentais, 5 membros do pessoal da OPV, 14 beneficiários, 20 mulheres leaders, 6 homens leaders
Constantim Nalumingo
Província do Huambo:
Cidade do Huambo: 8 empregados governamentais, 10 membros do pessoal da OPV, 8 beneficiários
CREA Aidam Pratick Egan, Debra Ann Vidler, Tracy Lloyd-McRae, Tenday Gwaradzinba, Thomas Tanguis, América Chitunda
ICRC e seis parceiras tradicionais no Huambo
Aproximadamente 15 mulheres profissionais e leaders (em grupos focais)
Programa da **OIKOS** no Huambo, e aproximadamente 20 mulheres de uma aldeia situada há 17 km do Huambo
Ministério da Mulher: Lotti Nolika (Delegada no Huambo), Salomé Caietula, Delegada do Chingenje
Bailundo:
ADEMA, Margarida Nalembe e aproximadamente 15 leaders da ADEMA
Centro para a Educação Básica Boas Novas, Alice Vasco Miguel Pongolola
LIMA, Bailundo, Helena Kaquinda, Miraldina Jamba, Adelaide Carlos e aproximadamente 15 outros.
Lizeth Satumbo Pena, Secretária para a assistência humanitária (UNITA)
Sociedade de Senhoras, Comunidade de S. Miguel, Luemba
Província de Malange:
Catala: 3 leaders, 2 trabalhadores da OPV, 14 beneficiárias, 3 representantes das NU
General Assobie da Bala, UNITA
Coronel Eunice da Silva, UNITA
Major Carlos Belchior, UNITA
FORA DE ANGOLA
Genny Abel, London School of Economics
Professor Gerald Bender, Universidade do Sul de Califórnia
Embaixada da República de Angola, Olga Mundombe & Armando Francisco
FAO: William Sorrenson
Senhora Maria João Franca, jurista, (e esposa do Embaixador de Angola nos EUA)
Serviço de Informação livre de Angola, Jardo Muekalia
Artur Hansen, Universidade de Florida
Linda Haywood, Howard University
Lawrence W. Henderson, missionário retirado, Durham, N.C.
Stephen Kyle, Cornell University
Joseph Miller, Universidade de Virgínia
Richard Mikondo
Rui Rodriguez, Cranston, R.I.
Samuels Internacional Associates, Michael A. Samuels & Lawrence Julihn
Robert Thornton, University of Wittwatersrand, Johannesburg
U.S. AID/Washington : Murl Baker, Melissa Brown, Cate Johnson, Kelly O' Keefe, Deborah Mendelson, Muneera Salem- Murdock, Marc Scott, Bill Yegar,
Lisa VeneKlausen, a Fundação Ásia

ANEXO 7

**CARTA INFORMAL DISTRIBUÍDA EM ANGOLA
E O ARTIGO DO JORNAL DE ANGOLA**

ANEXO 8

INFORMAÇÕES RELATIVAS AS ORGANIZAÇÕES FEMININAS

ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DAS MULHERES JURISTAS

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES JORNALISTAS ANGOLANAS
ASSOMEL- ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPRESÁRIAS DE LUANDA
ADEMA/ BAILUNDO
IGREJA METODISTA UNIDA
DIRECÇÃO GERAL DA SOCIEDADE DAS MULHERES

Para aumentar o papel nos média em Angola e promover o desenvolvimento sócio-cultural da mulher nos média, as mulheres jornalistas angolanas, constituíram uma associação com a seguinte designação:

Associação das Mulheres Jornalistas Angolanas
Data da constituição: 22 de Marco de 1996

Estatuto legal : Organização não Governamental, apolítica, sem fins lucrativos

Objectivos

Promoção da igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres jornalistas no seio dos media

Trabalhar para a consolidação dos média livre e democrático em Angola

Promoção do Estatuto da Mulher através dos media

Desenvolvimento das capacidades profissionais das mulheres dos media

Constituição de parcerias e redes de trabalho com outros grupos dos média dentro ou fora do País

Filiação

Está aberto a todas as mulheres jornalistas angolanas que trabalham em instituições governamentais privadas, free lancers, etc.

Estruturas

Assembleia Geral

Conselho Executivo

Conselho de Supervisão

A ASSOMEL -Luanda, Associação das Mulheres Empresarias, foi fundada aos 03 de Novembro de 1990. É uma Associação provincial, cujo objectivo é reunir as mulheres empresarias, tendo em conta as suas capacidades profissionais e socio-económicas.

Actualmente, a ASSOMEL possui membros a que representam os mais diversos sectores da economia nacional, nomeadamente: Agricultura, Industria Têxtil, Pastelaria, Cabeleireiras, etc.

Um dos objectivos da ASSOMEL é a capacitação dos seus membros, por isso os seus membros têm tido oportunidade de participar em vários fóruns, tanto a nível nacional como internacional.

IGREJA METODÍSTA UNIDA

DIRECÇÃO GERAL DA SOCIEDADE DE MULHERES

Esta Direcção Geral controla aproximadamente 12 mulheres em algumas províncias, como:

Luanda, Bengo, Kuanza-Sul, Uige, Zaire, Benguela, Namibe e Huíla.

Possuímos um projecto agrícola, localizado em Caxito, Província do Bengo, nas proximidades do Lago Ibendua.

A sua extensão é de 3 ha e já beneficiou de uma moto-bomba, doada pelas nossas irmãs da Igreja Metodista da Noruega.

Já plantamos produtos como:

milho, pepino, abóbora, melão, bananeiras, mangueiras e abacateiros. Relativamente aos hortícolas, possuímos repolhos, cenouras, cebolas e mandioca.

Como iniciamos recentemente o projecto e como sómente em Novembro, recebemos a moto-bomba, somente o milho, pepino e os melões estão prontos para a colheita.

Embora este projecto se debata com problemas financeiros, consubstanciado na falta de recursos para a cobertura salarial de 8 trabalhadores, o seu objectivo principal é o apoio a organizações de mulheres bem assim como ao povo mais necessitado.

O Centro de formação para mulheres, constitui outro projecto desta Direcção.

Com a capacidade para acomodar 22 mulheres, o seu staff é composto pelo seguinte pessoal:

Director

Assistente social

6 professores (que ensinam matérias como: croche, bordados, cozinha, pintura, estudos bíblicos, alguns conceitos de saúde pública, economia domestica, liderança e comunidade). Está em perspectiva, a abertura de aulas de inglês, assim que receberem o apoio para tal.

Este Centro recebeu em tempos da Igreja Metodista da Noruega, Máquinas de costura, tecidos, linhas e equipamentos para quartos de dormir e salas de jantar, bem assim como os salários das professores, e uma viatura que infelizmente foi roubada.

Desde a sua fundação em 1981, já foram formadas 253 mulheres de varias províncias.

No fim da formação, recebem um diploma e são encorajadas a regressar as suas áreas de origem e abrir outros sub-centros que são apoiados pela Direcção de acordo as suas disponibilidades.

Luanda 3 de Abril de 1997

Assinado

Victoria José dos Santos Agostinho.

ANEXO 9

INFORMAÇÃO SOBRE PROJECTOS EM CURSO E EM CARTEIRA DAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS

Projectos da LIMA

Centro de Acolhimento Carinho de Mãe "CARME" para órfãos, viúvas e familiares de soldados desmobilizados

Centro de Produção agrícola e de pequenos animais "CARME" para fornecer alimentos aos órfãos e viúvas.

Projectos da ADEMA

Centro de formação profissional para mulheres solteiras e viúvas

Formação profissional em horticultura e avicultura para as viúvas

Assistência as crianças debilitadas dos aquartelados

Centro de Aconselhamento Jurídico da OMA- Luanda "Área jurídica da OMA"

Centro de Educação básica Boas Novas Bailundo

(Educação e alimentação)

Igreja Metodista:

Centro de treinamento da Mulher, Luanda

Sociedade de Senhoras, São Miguel / Luvemba
(Em português e Inglês)

ANEXO 10

**INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA PARA 1997 DA SECRETARIA DE ESTADO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA MULHER
(ACTUALMENTE MINISTÉRIO DA MULHER)**